

MALALA

REVISTA DO GRUPO DE TRABALHO ORIENTE MÉDIO E MUNDO MUÇULMANO (GTOMMM)

Laboratório de Estudos da Ásia (LEA) da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP)



QUAIS AS RAZÕES PARA A VIOLÊNCIA ENDÊMICA NO OMMMM?



E mais:

*Entrevista com
Tullo Vigevani*

*Why be jihadist? Public intellectuals' blind
spot for Islamist terrorism*

*Edward Said: um
perfil intelectual*



Volume 4 • Número 6 • jul. 2016
ISSN 2446-5240
06003

MALALA

v. 4, nº 6 – Julho/2016

Revista do Grupo de Trabalho Oriente Médio e Mundo Muçulmano (GTOMMM)
Laboratório de Estudos da Ásia (LEA)
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH)
Universidade de São Paulo (USP)

Editor-responsável

Prof. Peter Robert Demant

Editores-executivos

Cila Lima

Natália Nahas Carneiro Maia Calfat

Comissão de apoio editorial

Danilo Guiral Bassi

Comissão de layout

Magno Paganelli

Membros do Conselho Científico da revista Malala

Ariel Finguerut (SENAC/pesquisador GT OMMM-USP)

Prof. Guilherme Casarões (FI Rio Branco)

Prof. Ihsan Yilmaz (Istanbul Institute, Turquia)

Prof. Marcos Alan Ferreira (UFPB)

Prof.^a Norma Breda dos Santos (UnB)

Prof. Nizar Messari (Al-Akawayn University, Marrocos)

Prof. Osvaldo Coggiola (USP)

Prof. Paul Aarts (UvA, Holanda)

Prof. Rafael Duarte Villa (USP)

Prof. Samuel Feldberg (USP)

Prof. Tullo Vigevani (UNESP)

Capa

Crianças sírias enchendo garrafas de plástico com água potável no acampamento para refugiados sírios de Al-Zaatari, na Jordânia. (Por Mustafa Bader)

Malala Yousafzai no dia 12 de julho de 2013, ao completar dezesseis anos, falou no plenário das Nações Unidas sobre educação, luta e coragem, declarando, logo no início, que “não sabe ao certo o que as pessoas esperam dela”.

Malala desperta desconfianças e também expectativas. Com seus 16 anos recém-completos, ela pode ainda mudar de opinião, de postura ou até mesmo pode rever suas bandeiras e relação com o islã. Portanto sabemos dos riscos que estamos aceitando ao escolher Malala como nome de nossa revista eletrônica.

Sua trajetória, de menina paquistanesa que, no dia 9 de outubro de 2012, foi alvejada no rosto, em ataque assumido pelo grupo extremista Talibã, em resposta à sua luta por educação, tanto pela internet como em dimensão internacional, com divulgação pela grande mídia, até seu discurso na ONU em comemoração aos seus 16 anos e recuperada do atentado desperta grande comoção. O mundo conheceu a luta dessa jovem muçulmana por educação, igualdade e contra o extremismo religioso. Sem se deixar vencer ou silenciar (já que se salvou do ataque), nem se colocando como vítima, nem prometendo vingança ou declarando “guerra”, Malala mostrou a força de suas (delicadas, mas assertivas) palavras, declarando na ONU que ela, Malala, é “uma garota entre muitas”.

Para nós, Malala mais do que um símbolo político é uma inspiração acadêmica. Ela nos leva a pensar que podemos transcender e vencer preconceitos, superar estereótipos e criar um espaço para discussão e troca de ideias sem medo, com pluralidade, coragem e abertura, sem abrir mão de textos claros, de pesquisas sérias e de debates com ideias que muitas vezes podem ser conflitantes sobre Oriente Médio e Mundo Muçulmano.

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores.
As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da revista *Malala*.

apresentação

Quais as razões para a violência endêmica no Oriente Médio e Mundo Muçulmano.....6

entrevista

A política como superação e ordenamento da violência pela negociação
Tullo Vigevani (Santiago Dantas).....10

ensaio

Why be jihadist? Public intellectuals' blind spot for Islamist terrorism
por Peter Robert Demant (USP/São Paulo).....23

artigos

The violence against Yezidi women: The Islamic State's sexual slavery system
por Beatriz Buarque (Free Yezidi Foundation).....43

A globalização como meio de ocidentalização do Oriente Médio
por Ananda Vilela da Silva Oliveira (UNILA/Paraná).....57

Segurança real e virtual: os novos desafios das teorias de segurança
por André E. R. S. Aprigio (Universidade do Minho/Portugal)
e Isabel Estrada Carvalhais (Universidade do Minho/Portugal).....71

relatos de campo

Refugiados sírios em Campinas/SP e um Aladdin sem a lâmpada mágica
por Victor Begeres Bisneto (USP/São Paulo).....89

As famílias do Movimento Hizmet em São Paulo: brasileiras casadas com muçulmanos turcos
por Flávia Andréa Pasqualin (FFCLRP-USP/São Paulo)
e Francirosy Campos Barbosa (FFCLRPUSP).....110

resenha de livro

Saudi Arabia: A Kingdom in Peril from Paul Aarts and Carolien Roelants
por Augusto Veloso Leão (USP/São Paulo).....119

resenha de filme

5 Câmeras quebradas: entre e além de muros, fronteiras e barreiras
por Luciana Eliza dos Santos (USP/São Paulo).....123

retrato intelectual

Edward Said: um perfil intelectual
por Danilo Guiral Bassi (USP/São Paulo).....130

QUAIS AS RAZÕES PARA A VIOLÊNCIA ENDÊMICA NO ORIENTE MÉDIO E MUNDO MUÇULMANO?

Peter R. Demant
Ariel Finguerut

O grande Oriente Médio majoritariamente muçulmano, desde há muito a região mais complexa do mundo, está hoje mais do que antes rasgado por uma cadeia de guerras, guerras civis e violentas tensões intra- e inter-estatais. O sexto número da Revista *Malala*, produção do Grupo de Trabalho Oriente Médio e Mundo Muçulmano do Laboratório de Estudos da Ásia (LEA FFLCH-USP), é dedicado ao tema da Violência no Oriente Médio e Mundo Muçulmano contemporâneo. Nosso enfoque está nas diversas modalidades de violências - política, religiosa, étnica - e de revoluções. Quais as razões para a violência endêmica no Oriente Médio e Mundo Muçulmano? Ela é aparente ou real? Quais suas dimensões e especificidades históricas, sociológicas ou mesmo psicológicas? Em sua seção de debates a Revista propõe discutir a violência na região (causas, consequências e atores) e seus efeitos diretos sobre os muçulmanos. Para tanto, quatro eixos articulados a esse grande tema foram propostos:

1. Refugiados, crise política europeia e o papel das Organizações Políticas Internacionais.

A atual crise de refugiados é das mais graves da história contemporânea europeia. Partidos nacionalistas com retórica anti-imigrantes como o húngaro Jobbik, liderado por Gabór Vona, e a Aurora Dourada, na Grécia, se aproximam da definição clássica de partidos neofascistas ou de extrema-direita. Contudo, como chama atenção o pesquisador da extrema direita francesa Jean-Yves Camus, partidos como o Front National de Marine Le Pen na França, o Vlaams Belang em Flandres e o Partido da Liberdade na Áustria (FPÖ) não se encaixam na definição clássica de extrema-direita e não exatamente ganharam espaço ou chegaram ao poder com o agravamento da crise. Governos de centro-direita como a Dinamarca de Lars L. Rasmussen ou mesmo a Alemanha de Angela Merkel (líder da União Democrata-Cristã) ou a Holanda - cujo parlamento será dirigido pela trabalhista Khadija Arib (muçulmana, nascida no Marrocos) - estão se fechando para novos refugiados. Eles temem os distúrbios sociais e culturais, além do custo para o Estado, que a chegada dessa população acarreta. Como enfrentar tal crise?

Muitas feministas e ONGs europeias apontam que as mulheres muçulmanas são frequentemente subjugadas, sofrendo violências cotidianas e estruturais e que essa situação poderia ser transportada para a Europa e, conseqüentemente, para as mulheres europeias. Há intenso debate sobre como evitar ataques a mulheres - ataques que já

aconteceram em 2016. Deveriam imigrantes ou refugiados muçulmanos fazer “cursos” que entre outras coisas se preocupam em “ensinar” como tratar mulheres europeias? E como lidar com incidentes homofóbicos e antisemitas que ocorrem entre certos refugiados? São estas medidas as melhores alternativas para combater a violência contra a mulher?

Por outro lado, movimentos como o alemão Pegida – em português: Europeus Patrióticos contra a Islamização do Ocidente, que no começo de 2015 realizou grandes manifestações em várias cidades alemãs – parecem generalizar o problema e fomentar a islamofobia. Quais os desdobramentos desses movimentos europeus?

Diante da crise política dos refugiados, podemos concluir que organizações políticas como as Nações Unidas ou mesmo a União Europeia perderam sua relevância?

2. Sectarismo no Islã: nuances, usos e desdobramentos.

Temos observado diversos conflitos entre grupos sectários dentro do islã. Esses conflitos perpassam zonas de guerras como a Síria, o Iêmen e o Iraque. De um lado, temos, por exemplo, o wahabismo sunita. Há os salafistas – que em alguns aspectos pouco se diferenciam dos wahabistas – que, também sunitas, detém forte presença no Norte da África; e finalmente o próprio Estado Islâmico, que defende um Califado, e que muitas vezes se coloca como uma força protetora anti-xiita dos sunitas. De outro lado tem-se o Irã, uma potência regional importante, com o “governo dos juristas islâmicos” ou *fiqh*, cuja postura oficial muitas vezes defende abertamente os xiitas. O que esses movimentos sectários nos mostram sobre as causas, as motivações e as justificativas para a violência no Oriente Médio e no Mundo Muçulmano? Como enfrentá-los? Por que movimentos “conservadores” como o wahabismo e o salafismo crescem entre muçulmanos no Ocidente? E mesmo sob repúdio generalizado, o Estado Islâmico segue recrutando muçulmanos. Como frear esse processo? E como entender o Irã, que segue jogando seu xadrez geopolítico persa, tendo muitas vezes como adversário os sauditas e/ou turcos e cuja política externa muitas vezes é ambígua - especialmente diante do Ocidente? O Irã é um aliado contra o radicalismo islâmico ou um patrocinador? E os países do Golfo?

3. A Guerra na Síria e o reordenamento dos atores locais, regionais e globais.

O Estado Islâmico, formado por uma grande rede de pequenos grupos jihadistas, sem deixar de ter uma tendência centralizadora, apresenta, muitas vezes, um discurso de combate não aos críticos ao islã – mas, sobretudo, um discurso que aponta para a hipocrisia de certos líderes ou de governos de países muçulmanos que “não seriam de fato muçulmanos”. O Estado Islâmico propõe uma nova visão de comunidade e de inserção social dos muçulmanos. A Síria, mergulhada já há cinco anos numa Guerra Civil - com cerca de 250 mil mortos e 11 milhões de refugiados e deslocados internos – é palco de discursos sectários e de conflitos motivados por acusações de intolerância e de violência étnico-religiosa.

■ apresentação

Por um lado estão as forças fiéis a Bashar al Assad apoiadas por Rússia, Irã e o Hezbollah (grupo xiita libanês com braço militar). Do outro lado, Turquia (com quase 2 milhões de refugiados), Arábia Saudita e seus aliados do Golfo Pérsico. No centro, o Estado Islâmico, alvo de uma coalizão militar aérea com participação dos EUA, mas que ainda controla territórios importantes e ainda é capaz de realizar ataques terroristas no Ocidente. A situação síria mergulha numa geopolítica cada vez mais delicada. Um “efeito dominó” poderia envolver as grandes potências em um novo conflito de grandes proporções? O que esperar dos EUA? E da Turquia? Rússia? ONU? União Europeia? Podemos esperar outros cinco anos de conflito?

Em seu discurso ao Estado da União em 2016, Barack Obama demonstrou preocupação com o conflito, contudo, deixou claro que se trata de uma ameaça internacional e não propriamente uma ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos. A superpotência do século XXI teria perdido sua capacidade de hegemonia? Quais são as possíveis soluções para a Guerra na Síria? Como explicá-la? E, diante dos rumos tomados, quais suas possíveis consequências e desdobramentos?

4. Cultura de Paz e o Radicalismo Religioso.

Quais são as contribuições da chamada “cultura de paz” nos desdobramentos e acontecimentos da política internacional? É possível combater o recrutamento de novos jihadistas? Há experiências que podem evitar novos “homens e mulheres bomba”? Como funcionam as ONGs, grupos ou movimentos civis que focam na estratégia de persuasão anti-fundamentalismo religioso? Há casos de sucesso dentro do islã? Podem eles ser a chave para, de fato, derrotar o Estado Islâmico e ir além, desqualificando discursos sectários que alimentam conflitos entre, por exemplo, xiitas e sunitas ou entre religiosos/conservadores e moderados/liberais?

Tais quatro grandes eixos nortearam nossa busca por pesquisas e reflexões para composição deste sexto número. As contribuições e produções recebidas não abarcam todas as questões propostas, mas em geral dão conta daquelas temáticas e perspectivas mais divulgadas e estudadas no Brasil. A entrevista do professor **Tullo Vigevani** nos faz refletir sobre as causas filosóficas e políticas da violência, remetendo-nos à necessidade de prevalência da política e da compreensão do outro. O ensaio do professor **Peter Robert Demant** desenvolve uma discussão comparativa sobre as recentes contribuições intelectuais em termos das análises e estratégias para lidar com o terrorismo. O fato da maioria dos intelectuais – de um lado ao outro do espectro – não estar comprometida com o verdadeiro entendimento das causas do terrorismo jihadista demonstra a patente incapacidade da academia – e porque não também da classe política – em propor alternativas eficazes para o combate ao fenômeno.

■ apresentação

O artigo de **Beatriz Buarque** traz um estudo sobre a violência do Estado Islâmico contra mulheres e meninas yazidis e seu sistema de escravidão sexual, focado principalmente sobre esta comunidade. O texto de **Ananda Vilela da Silva Oliveira** discute as diversas mudanças sociais, culturais e econômicas sendo vivenciadas pelo Oriente Médio, e de que forma se relacionam com problemáticas tais como inserção internacional, intervenções, integração e resistências. O artigo de **André Aprígio e Isabel Estrada Carvalhais** discorre sobre os desafios contemporâneos das teorias de segurança sob a visão europeia em seu enfrentamento das chamadas “novas ameaças”, sobretudo as virtuais e ligadas ao Estado Islâmico.

O relato de campo de **Victor Begeres Bisneto** compila suas experiências com refugiados sírios em Campinas que buscam no Brasil um local de sobrevivência e refúgio de uma guerra que já dura cinco anos. Baseado em relatos orais recolhidos de Setembro a Novembro de 2015, Victor concentra-se na visão destas imigrantes sobre o conflito sírio e no papel que conferem às potências atuando no país. O relato de campo de **Flávia Andréa Pasqualin e Francirosy Campos Barbosa** apresenta uma parte do movimento Hizmet no Brasil, visando compreender o fenômeno do casamento intercultural. O estudo é feito através da pesquisa de campo etnográfica (presencial e virtual) das famílias turcas e mistas (compostas por brasileiras casadas com muçulmanos turcos) vivendo no país.

A resenha de **Augusto Veloso Leão** da obra de Paul Aarts e Carolien Roelants *Saudi Arabia: a kingdom in peril* debate de que modo se compõem as forças conservadoras e progressistas no país. Os desafios sendo enfrentados pela monarquia wahhabita parecem colocar seu reino em perigo, mas estão longe de verdadeiramente minarem a estabilidade deste sistema – ao menos por hora. **Luciana Eliza dos Santos** elabora uma resenha do filme *Cinco Câmeras Quebradas* do palestino Emad Burnat e do israelense Guy Davidi. Esta contribuição novamente resgata o tema das formas de resistência, da relação com o território e do belicismo. Mas também da (re)acomodação, das manifestações pacíficas em Bil’in e do conhecimento ocidental sobre a realidade palestina. Finalmente, o perfil intelectual de Edward Said por **Danilo Guiral Bassi** encerra este número de forma circular, retornando ao seu princípio: à necessidade de compreensão do outro, da realidade dos intercâmbios e interdependências de nosso tempo, do exercício de alteridade e da ênfase na proposta humanista saidiana.

São Paulo, Julho 2016

A POLÍTICA COMO SUPERAÇÃO E ORDENAMENTO DA VIOLÊNCIA PELA NEGOCIAÇÃO

Entrevista com Tullo Vigevani¹

Revista Malala (RM)

Muito obrigada pelo aceite para essa entrevista.

A primeira pergunta que gostaríamos de fazer é um pouco ampla e mais teórica. Quando se pensa sobre violência na política internacional, esse é um tema que está sempre presente? Quando se estuda a política internacional, é preciso sempre considerar a violência como um tema inevitável? Porque se fossemos lembrar, por exemplo, da Guerra-Fria, tinha-se aquele temor de uma guerra nuclear, então, as pessoas construía aqueles abrigos antinucleares, os lugares tinham referências sobre como fugir em caso de um ataque nuclear. Tínhamos uma estabilidade com esse medo de um conflito nuclear. Hoje em dia nós não temos mais a Guerra-Fria, não se tem essa configuração de bipolaridade. Mas nós temos, por exemplo, essa ameaça terrorista, e de certa forma, também, o tempo todo as pessoas estão com medo de atentados terroristas. Que podem ser nos aeroportos, shopping centers, transportes públicos, etc. Parece que a ordem mudou, mas o fator medo e violência continuam presentes. Como o senhor enxerga essa relação entre a ordem internacional, a política internacional e a presença/persistência da violência?

Tullo Vigevani (TV)

Essa pergunta obviamente exige uma resposta muito ampla, que é difícil de ser resumida em um único comentário pontual. Existe uma infinidade de livros e textos de discussões sobre a questão da violência, desde épocas muito remotas até hoje. Na própria Bíblia fala-se muito em violência e em guerras. Eu diria, para simplificar e dar uma resposta concentrada, que o estado de violência é um estado que tem acompanhado a humanidade desde seus primeiros momentos. Na teoria política clássica o tema é essencial, pensemos em autores como Maquiavel, Hobbes, ou mesmo, de outro lado, em autores como Locke e Rousseau. Para alguns, a política também tem o papel de organizar, de ordenar a violência, de hierarquizá-la. É muito conhecida a definição de Weber sobre o Estado como detentor do uso legítimo da violência. Portanto, ela é parte da ordem política e da ordem social. Sobre quais sejam as razões da violência também há muitas explicações. Alguns atribuem

¹ Entrevista realizada por **Ariel Finguerut** e **Natalia Nahas Calfat** (membros do conselho editorial da Revista Malala e pesquisadores do GTOMMM), em 30 de junho de 2016 na UNESP. Agradecemos o auxílio e contribuições de **Cila Lima** na transcrição e revisão desta entrevista, também membro do conselho editorial da Revista Malala e pesquisadora do GTOMMM. Versão revista pelo professor Tullo Vigevani em 17 de setembro/2016.

à própria natureza do homem, como faz o jus naturalismo. Outros como Rousseau, por exemplo, a atribuem à organização social. Outros, sobretudo na vertente marxista, atribuem a violência às estruturas de classes, às desigualdades e à propriedade. Isto claro, em termos gerais.

No que se refere à violência contemporânea, não estou totalmente de acordo com a visão de que as relações tensas entre os Estados tenham desaparecido. Elas continuam existindo, de outras formas, provavelmente, mas continuam existindo e persiste a tendência dos Estados, na medida de suas capacidades, à expansão, à utilização do próprio poder; e, há a tendência - que foi muito importante no debate de Relações Internacionais no período pós-segunda guerra mundial - à contenção. A contenção é uma política que muitos Estados exercem. Os Estados Unidos a utilizam, os Estados da União Europeia usam essa política, a Rússia também, assim como a China. Outros Estados - de menor peso atualmente no sistema internacional - também buscam usar essa política, ainda que seja em termos locais ou regionais nas suas zonas de influência. Portanto, as tensões internacionais existem e não acabaram. Certamente o mundo contemporâneo vive um tempo longo sem guerras gerais, mundiais, desde 1945, ou seja, há mais de setenta anos. Mas isso tampouco é novo. O Concerto Europeu, com regras e procedimentos imprecisos, como analisou Holsti, garantiu a ordem internacional das grandes potências europeia por cem anos, de 1815 a 1914.

Mas o núcleo da pergunta de vocês é o porquê da violência do terrorismo, o porquê da violência de grupos. Eu daria uma resposta geral para o tema, que obviamente teria que ser melhor analisado, melhor examinado em seus detalhes e em suas profundas diferenças. A violência, em qualquer caso, tem origens, não nasce por acaso, tão pouco é um fato que tem origens apenas culturais. Vou dar alguns exemplos. O Nazismo, que foi um regime que exerceu em formas quase evidentes, quase transparentes, o poder de modo violento, também tem origens explicáveis. Há uma imensa literatura que estuda seus pressupostos culturais, sociais, nas relações de produção, nas relações de classe e, provavelmente, acima de tudo, nas Relações Internacionais. Lembrem-se que tanto Lênin quanto Trotsky, quanto Wilson e Keynes perceberam muito bem os riscos que trariam os *diktats* de Versalhes de 1919, entre eles as indenizações que a Alemanha teria que pagar, depois da Primeira Guerra Mundial. Isso não foi uma invenção do nazismo, trata-se de fatos hoje amplamente reconhecidos. Sabemos a influência que tiveram no desencadeamento do nazismo. Certamente, entender como causas objetivas e até injustiças provocam a violência, implica o exame das circunstâncias particulares em que os fatos são gerados. Achcar (Gilbert) afirma que, diferentemente do que se tornou um senso comum, a violência praticada por alguns segmentos de populações árabes e/ou muçulmanas não tem uma origem especificamente cultural. A origem da violência encontra-se no sentimento de injustiça que essas mesmas populações sofreram ao longo da história, acúmulo de frustrações. Algumas delas não imediatas, mas resultantes de narrativas que se reproduzem ao longo do tempo. As manifestações são de tipos distintos, inclusive, porque as circunstâncias em

que estes povos se encontravam ou se encontram hoje são muito diferentes. Mas as raízes da violência devem ser buscadas em razões materiais, afirma Achcar. Apenas para lembrar, o chinês da literatura colonial é apresentado como preguiçoso, quem o descreveria como tal no século XXI?

Não sou especialista no tema de terrorismo, portanto não poderia afirmar que apenas razões materiais expliquem tudo, mas parece que é uma linha de investigação que efetivamente deve ser bem considerada. Razões materiais não compõem apenas razões econômicas, mas, também, razões históricas, temporais, culturais. No caso do Oriente Médio há muitos tipos de violências internas às populações árabes e muçulmanas, mas, também há outras externas. Nos Estados Unidos há no debate intelectual um crescente reconhecimento de que a Guerra ao Terror aumentou a instabilidade, sendo origem de novas gerações de violência. Ainda que também exigindo melhor precisão de análise, não seria historicamente adequado desconhecer o fato de que o deslocamento da população árabe-palestina em 1948, mas, sobretudo, a permanência da ocupação dos Territórios a partir de 1967, acabou por também produzir confrontos políticos, assim como ações violentas. Do mesmo modo, há formas de ação violenta por parte de Israel (ainda que exercida pelo Estado e não por grupos não estatais). Para explicar a violência do Estado de Israel, também se pode usar a mesma diretriz das razões objetivas, materiais e etc. Há muitos estudos sobre o tema. Na literatura de Relações Internacionais é muito valorizada a ideia da sensação de insegurança que os Estados e as sociedades vivem (seja por razões objetivas ou por razões subjetivas). Sensação que acaba por produzir resultados que criam situações de violência efetiva ou situações de injustiças para outros que estão envolvidos no mesmo processo.

RM

Tullo, o senhor mencionou vários aspectos relacionados à violência: a natureza humana, as injustiças, também as estratégias que os Estados usam para lidar com essa violência. E como é a relação entre religião e violência? Alguns autores irão argumentar que a religião pode ser uma solução para aspectos ligados a uma violência social ou mesmo da natureza humana; enquanto outros autores irão dizer o contrário, que a religião pode ser uma variável que devemos observar, uma vez que ela pode produzir conflito e gerar violência através de uma lógica própria. Então, como o senhor colocaria esse debate sobre a relação entre religião e violência? Ela justifica a violência às vezes ou é um instrumento para frear alguns tipos de violência? Como o senhor enxerga isso?

TV

Bem, declaro minha absoluta ignorância no tema. Portanto só me permito algumas observações que podem resultar do conhecimento de elementos de história ou de discussões sobre moral ou mesmo sobre religião. O tema tem sido muito discutido, muitos falam sobre o assunto. Mas buscar na religião, ainda que parcialmente, explicações para

a violência não me parece justo. Ainda que a religião, de fato, tenha sido, digamos assim, uma justificção ideológica da violência ao longo da História: as Cruzadas, os massacres de povos indígenas. Nesses casos, por se tratar de fatos longínquos, é mais fácil, hoje, buscar objetividade e verificar os interesses.

Um exemplo para evitar os riscos do circunstancial e conjuntural. Na Idade Média, algumas ordens cristãs, os jesuítas e os dominicanos, em alguns casos usaram intensamente a violência para extorquir diversos tipos de atitudes das populações que não se sujeitavam plenamente à sua própria dominação, seja material, seja moral ou religiosa. Inclusive com torturas. A Inquisição é o exemplo mais conhecido. Mas qual era a razão? A razão imediata era lutar contra os infiéis. Para eles, infiéis eram os muçulmanos, os judeus, os pagãos, os indígenas, as bruxas etc. Depois, incluíram também os protestantes ou outros. Entretanto, a razão de fundo era a manutenção da dominação de determinados setores. De modo que algumas ordens usavam esses instrumentos para servir aos soberanos das diferentes regiões, particularmente na Espanha isso foi muito visível. Usou-se a violência, a tortura, o extermínio com o argumento religioso da pureza da fé. Hoje, com a distância que nos permite o tempo, diagnosticamos o objetivo da manutenção do próprio poder. O que não invalida a ideia de que havia pessoas que acreditassem nos argumentos. Voltando às questões contemporâneas, as religiões podem ser instrumentalizadas, e provavelmente o sejam em alguns casos, mas não diria que a essência das religiões - de qualquer religião atualmente existente no mundo - possa ser identificada como, em si mesma, origem da violência.

RM

Então, talvez, digamos assim, um mundo altamente religioso não seja necessariamente um mundo mais violento, nem mais pacífico. Assim como um mundo totalmente laico não seria um mundo nem mais nem menos pacífico.

TV

Não há superposição. Absolutamente, é exatamente esta a ideia.

RM

Tullo, vamos entrar um pouco mais especificamente no Oriente Médio como tema da discussão. Quando se fala em Oriente Médio, isso já é um conceito que traz uma bagagem importante para entender o que estamos falando. E isso em boa medida se relaciona a uma discussão geopolítica. Então o Oriente médio se insere numa visão de mapa e de organização do mundo. E essa visão mais relacionada com questões de território, com questões de área de influência, nos leva a um campo de estudo muito tradicional, que é a geopolítica. Muitos autores vão enfatizar que a geopolítica é uma variável muito importante para explicar a violência no Oriente Médio. Como o senhor relaciona a geopolítica com a violência no Oriente Médio?

TV

Mais uma vez retomo a ideia que cada caso é um caso e há muitas especificidades, cada região, cada grupo étnico, cada país, cada Estado possui suas especificidades. A geopolítica tem muita importância na explicação das complexidades do Oriente Médio, por várias razões. A principal é que esta região toda, certamente como outras (a África e grandes partes da Ásia), foi totalmente colonizada, de forma direta ou não, pelas potências europeias, desde o século XVIII, com forte intensidade no XIX. Fala-se muito na França e na Grã-Bretanha, antes no Império Otomano, mas também Holanda, Bélgica, Itália, Alemanha, Espanha e Portugal. Todos esses países tiveram peso na colonização dessas regiões. O colonialismo exercido por esses países produziu graves dificuldades para o equilíbrio social, econômico, cultural e político nesta região: vejam que me refiro ao equilíbrio. O que não é sinônimo de desenvolvimento ou crescimento. O colonialismo (ou neocolonialismo) teve papel na atomização, na definição ou redefinição de fronteiras. Basta ver as fronteiras no Oriente Médio, são linhas traçadas com a régua – ao menos uma parte delas - e as próprias populações divididas entre vários Estados, vejamos o caso dos curdos, mesmo o caso dos armênios, e outros. O mesmo pode-se dizer em relação a outros grupos como os drusos e os beduínos. O mesmo vale para as divisões étnico-culturais, intrareligiosas, como xiitas e sunitas. Diferente é o caso do Líbano, onde durante séculos a convivência entre cristãos e muçulmanos alcançou grande equilíbrio. Quais são as consequências dos graves desequilíbrios produzidos? São evidentes: dificuldades crescentes. A capacidade das elites de cada país para reagir e superar essas condições foi muito diferente. No caso do Oriente Médio e Próximo, às condições gerais soma-se o papel estratégico que a partir do final do Século XIX representou Suez e, logo em seguida, o petróleo, sobretudo o do Golfo Pérsico. As intervenções externas mais significativas relacionam-se a isso: Mossadegh, Nasser. A geopolítica e as políticas imperiais, sobretudo, dos países da Europa – e, a partir da segunda metade do séc. XX, também os Estados Unidos e em menor grau a União Soviética/y - tiveram o papel de cortar a possibilidade de manutenção do equilíbrio nessas regiões. As consequências subsistem até hoje e explicam muito. Reiterando, não é um problema específico do Oriente Médio. Os problemas e as dificuldades no surgimento de elites modernizadoras e competentes são problemas mais amplos, em algum modo atinge, mesmo que de forma muito dispare, como sabemos, com respostas e capacidades totalmente diferentes, todos os países que sofreram o colonialismo.

RM

Bom, Tullo, o senhor mencionou o histórico da colonização, esse processo da História que nos ajuda a entender a formação dos territórios e as dificuldades que isso produz. Mas será, também, que esse argumento histórico não é usado para justificar alguns conflitos e como instrumento para justificativa de ações violentas? A História não é, muitas vezes, usada até de forma caricata para justificar ações violentas ou revoluções?

TV

Sim, ela pode ser utilizada. Dei um exemplo definitivo para explicar isso. É possível explicar o Nazismo pelas injustiças que os alemães sofreram, particularmente em vista das imposições resultantes dos acordos de Paz resultantes da Primeira Guerra Mundial. Mas, isso justifica o Nazismo? Absolutamente não. Mas digamos, é uma vertente explicativa. Todos os fenômenos têm uma explicação. O que inclui aspectos valorativos, psicológicos, percepções etc. Não se pode atribuir a violência a uma percepção inerente a determinadas sociedades, que produziriam determinados resultados. Lembrando Locke, as sensações humanas são determinadas pelas impressões empiricamente adquiridas e não da existência de ideias, valores, conhecimentos inatos, de um fundamento inteligível pré-existente. As sociedades, as culturas, as famílias, as religiões reproduzem valores. Mas eles têm uma base. Os resultados estão sempre ligados a explicações que têm que ser compreendidas em sua profundidade. Isso permite chegar num ponto sobre o qual é muito importante insistir. Em qualquer tipo de conflito a política é a arte da capacidade de negociação.

O que causa perplexidade enorme em qualquer tipo de conflito - não me refiro somente aos conflitos do Oriente Médio, podem ser conflitos nacionais, internos - é a fuga da política. A política é o campo da negociação. Para quem quer resolver qualquer tema, qualquer questão, o único caminho possível é manter-se dentro da política. Manter-se dentro da política significa reconhecer o adversário, não desqualificá-lo. Adler (Emmanuel), dizia que no caso do Oriente Médio - particularmente no caso do conflito Israel-Palestina - prevalecem lógicas de tipo pré-político e não lógicas da política. Atentados, violência, massacres, atos todos condenáveis, que devem ser impedidos e contidos, refletem acúmulo histórico de injustiças e a percepção de que essas injustiças perduram ao longo tempo. Os atos condenáveis espelham a recusa, que também tem motivações e devem ser compreendidas nas suas razões, de ingressar no campo da política, no campo da negociação.

Por isso a necessidade da comparação entre democracia representativa (que para os liberais é a mais pertinente) e sistema de democracia direta. A democracia direta é a manifestação direta dos interesses, por isso, muitas vezes, a esquerda entende que este tipo é o mais democrático. Porque manifestam-se de forma direta os interesses, sem mediações. Pode levar ao choque e ao enfrentamento. No caso da democracia representativa, esta tem por natureza o diálogo e a negociação. Por isso, os representantes parlamentares têm em princípio a tendência a serem mais aptos ao diálogo com opositores, adversários ou até inimigos. O fato de que isso nem sempre aconteça, não invalida o conceito. Em todos os casos, o espaço do diálogo e da política é o que pode produzir resultados efetivos. Se não há este espaço, ou se a negociação é utilizada apenas como instrumento para a obtenção de resultados absolutos, se inviabiliza a política. Às vezes, nestas questões quem age de forma mais violenta o faz na crença de que não há outra possibilidade para alcançar seus objetivos. É nesse sentido que deve ser compreendida a afirmação de Clausewitz, a guerra é

uma parte da política e a violência também o é. Para ele, o valor que prevalece é a política. Muitas ações de violência estão conectadas a objetivos políticos. Aron (Raymond) entende que a paz é um intervalo entre guerras. O pressuposto de que o estado natural dos povos é a guerra origina-se na ideia westfaliana da soberania e da anarquia internacional. Toda a evolução política e institucional, com desdobramentos fortes no Direito Internacional Público, ao longo do século XX e agora no XXI, deveria reforçar o valor e a capacidade real da política em oferecer garantias. Há ainda significativa debilidade do campo da política, o uso das diferentes formas de força, seja a guerra, sejam outras, é o perdurar de temas não adequadamente resolvidos.

RM

Esta perspectiva fica bastante clara quando o Estado Islâmico declara, por exemplo, que irá abolir as fronteiras do acordo de Sykes-Picot, que foi seguido em linhas gerais pelo Mandato Francês em sua delimitação das fronteiras na região.

TV

Em 2016 comemoram-se os 100 anos do acordo. Trata-se de uma ocasião, como tem sido, para pesquisar qual sua real importância. Foi um acordo, quase informal, concluído por dois diplomatas, britânico e francês, para desenhar as zonas de influência no Oriente Médio. Essas zonas e parte dos limites dos Estados foram desenhados por esse acordo, particularmente as de Jordânia, Iraque, Líbano e Síria. Tampouco pode ser superestimado. É muito lembrado, assim como a Declaração de Balfour, de 1917, porque os acontecimentos regionais sucessivos tiveram desdobramentos que levaram à implementação de parte de seus pressupostos. As potências europeias e as elites árabes respeitaram parte das diretrizes de Sykes-Picot por servirem à consolidação de seus interesses.

RM

Nesse sentido, nós tínhamos três agendas naquele momento para a região: uma agenda seria o tratado de Sykes-Picot; a outra seria o tratado de Balfour e sua promessa de um lar judaico na Palestina; e uma terceira agenda seria a promessa de Grande Arábia ao Sherif Hussein de Meca - que foi precisamente o projeto que o Sykes-Picot e Balfour trairiam. Portanto eu pergunto: é possível argumentar que o Oriente Médio seja vítima deste imperialismo ocidental? Ou isso é uma análise muito rasa, ou, talvez, uma análise cruamente marxista e existem outros elementos que deveríamos adicionar à análise? Quer seja falar em uma dificuldade religiosa endêmica, quer seja falar de uma dificuldade societária de entrar em acordo. Complementando isso, hoje temos os intelectuais se posicionando de maneira polarizada nesse sentido. De um lado os intelectuais neomarxistas, muito alinhados aos intelectuais mais relativistas dizem que o Oriente Médio é fruto deste processo histórico colonialista e isso está em boa medida no cerne das razões para a violência atual.

E qualquer violação de direitos humanos deve ser de alguma forma respeitada, por que aquilo tem a ver com o relativismo cultural e com práticas muito específicas, devendo ser tomado com bastante cuidado. E a outra linha, seria, por exemplo, os intelectuais mais liberais que falam de uma paz democrática, argumentando que se esses países fossem efetivamente mais democráticos e liberais a guerra não ocorreria. E aí podemos falar em exportação de democracia, de aumento de Direitos Humanos. Aqui faço a referência a um texto do próprio Peter Demant que tenta enquadrar os intelectuais neste debate sobre o Oriente Médio e sobre o terrorismo.

TV

Tenho muitas dúvidas sobre as duas opções intelectuais que vocês apontam. Explicar o Oriente Médio como resultado linear da ação do imperialismo ocidental mais do que raso, é errado. Seria desconhecer o papel das elites dos diferentes países, a estrutura social e econômica, o papel dos valores etc. Do mesmo modo, explicar pelas dificuldades religiosas é muito restritivo. Como já disse, a atribuição aos povos e às pessoas de características inatas, imutáveis, é uma ideia absurdamente a-histórica. No campo da Teoria das Relações Internacionais há intenso debate sobre quais são as motivações da paz. A contribuição neokantiana de Doyle (Michael) sobre a ideia de Paz Democrática é relevante. Autores importantes, como Przeworski (Adam), buscam estabelecer correlação entre democracia e aptidão à paz. Na verdade, essa correlação é difícil de ser estabelecida. Przeworski argumenta que há uma certa correlação, ainda que não total. A forma como se estabelecem as correspondências deve ser levada em conta. Na história contemporânea, de 1990 à atualidade, grande parte dos conflitos não foram inter-estatais, ou quando o foram tiveram intensidade relativamente baixa: como contabilizá-los? Na Primeira Guerra Mundial as alianças não foram estabelecidas entre regimes autoritários de um lado e regimes democráticos do outro. A Alemanha era um Estado democrático, assim como a França, e os dois entraram em guerra. No contexto europeu do período, um Estado autoritário, ou semi-autoritário, era a Rússia e a Rússia foi aliada de países democráticos. Portanto, interpretar o Oriente Médio, por um lado, como vítima do imperialismo ou, por outro, como resultado de dificuldades societárias, mesmo ambos contendo verdades parciais, parecem ideias reducionistas, simplificadoras.

RM

E também se há uma correlação, também ela não explica o elemento de causalidade, não é?

TV

Sim, não explica o elemento de causalidade. Como estabelecer isso no Oriente Médio? Por exemplo, se há um país do Oriente Médio reconhecidamente autocrático é a Arábia Saudita, mas a Arábia Saudita não tem participado ativamente de guerras, ao menos de

guerras formais. É uma potência militar muito importante no Oriente Médio, mas não participou ou não causou diretamente guerras importantes na região nos últimos 60 anos. Quem participou de guerras plenas foram Síria, Israel, Jordânia, Iraque e também o Irã. Outros países árabes não participaram, como Tunísia, Argélia, Marrocos. O Egito sim, até 1973, mas depois não mais participou de guerras, apesar de seu ativismo militar.

RM

Tullo, o debate sobre os Direitos Humanos é importante porque, muitas vezes, intelectuais fazem críticas ao Islã e aos Estados do mundo muçulmano, justamente enfatizando essa questão das violações dos Direitos Humanos. Outros autores são mais relativistas e afirmam que pela estruturação social e por razões sociais, religiosas, culturais ou históricas algumas violências se manifestam nestes locais. Dessa forma, para esses autores, falar em DH no Oriente Médio e no Mundo Muçulmano é uma forma de ataque, de ignorância ou de autores mal-intencionados. Como o senhor pensa e avalia esse debate?

TV

Sobre o tema de Direitos Humanos, há muitos pesquisadores e intelectuais, inclusive no Brasil, que vem estudando essa questão. Um dos autores que vem escrevendo a esse respeito é o embaixador Lindgren Alves. Inclusive aqui no Instituto de Ciência e Tecnologia de Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU) há estudos importantes a respeito, particularmente do ponto de vista das relações internacionais, com foco nas políticas dos Estados Unidos, como os de Andrei Koerner, Marrielle Maia, Glenda Mezarobba, Debora Maciel entre outros. Não sou especialista no tema, não posso dizer nada definitivo. O tema dos Direitos é secular: incluindo temas morais, filosóficos, sociológicos, de gênero e outros. O risco é cair em formas universalistas que não se sustentam, ou, inversamente, aceitar relativismos ou pós-modernismos sem sentido. Também esse confronto tem sido e continua intenso e está longe de se resolver. O debate sobre o relativismo em Direitos Humanos ocorreu na Conferência das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos, em Genebra em 1993. Em relação a esse tema podemos retomar o que já foi dito: sua formulação, sua mobilização corresponde também a interesses, a concepções de mundo a que estão ligados. A conferência das Nações Unidas reconheceu essas diferenças, mas também estabeleceu que há um núcleo comum de Direitos Humanos que é válido para todas as civilizações. São direitos milenares, ainda que muitas vezes não respeitados: direito à vida, a pensar livremente, ao bem estar, etc..

Respondendo à pergunta, atribuir ao Islã uma aptidão maior para estabelecer limites e restrições aos DH não parece responder à verdade histórica. Limites ao papel da mulher existem entre os cristãos, entre os judeus. Por outro lado, há Estados muçulmanos e árabes onde prevalece grande liberdade laica, como no Marrocos ou na Tunísia. O que podemos concluir é que a questão dos direitos existe sim, mas não é geneticamente diferente dos

limites existentes em outras sociedades e em outras culturas. A instrumentalização de certos valores, mesmo religiosos, corresponde a interesses de grupos, de elites, muitas vezes é utilizada como fator de coesão social, ainda que consentida.

RM

Passando agora para algumas questões mais específicas de conjuntura, o acordo nuclear entre Irã e Estados Unidos está prestes a completar um ano e o debate é ainda aberto. Alguns analistas afirmam que o acordo foi benéfico, e que o Irã é um ator estável e responsável; enquanto outros afirmam que o Irã não necessariamente vem cumprindo o prometido e o país vem se tornando uma ameaça crescente no Oriente Médio. Qual sua avaliação sobre este acordo Estados Unidos-Irã?

TV

Ressalvando meu desconhecimento sobre as especificidades do acordo e sobre sua implementação, do ponto de vista das Relações Internacionais, isto é, do ponto de vista político, o acordo parece ser positivo. Como vim expondo nesta entrevista, o fortalecimento do campo da política é sempre positivo. Negociar acordos é importante para preservação não somente da paz, mas também dos direitos. Paz sem direitos cria pressupostos para rompimento da mesma em fases sucessivas. Pelo que é de conhecimento público, os países promotores do acordo detém meios para avaliação da *compliance*, inclusive meios corretivos se necessário.

RM

Agora um Irã, digamos assim, mais fortalecido nas relações regionais, isso é interessante em termos de política internacional ou ele seria mais uma ameaça?

TV

Países insatisfeitos representaram ao longo da história um grave risco para a paz e a segurança. O Irã é um país com uma cultura e com um desenvolvimento social e tecnológico importante. O fato não é novo, buscou sempre, inclusive no período do Xá Rezha Pavlevi, modernizar-se. A República Islâmica manteve o desenvolvimento tecnológico, há uma elite intelectual preparada. O International Institute for Strategic Studies (IISS) de Estocolmo informa que hoje aproximadamente 35 países têm a capacitação tecnológica para produzir armas nucleares. Não as possuem, mas há a potencialidade de produzi-las de forma rápida, têm a tecnologia.

Há um outro problema, que se refere ao fato de apenas alguns Estados manterem as armas nucleares. Waltz (Kenneth), em artigo de 2012 afirma que a contenção da expansão da tecnologia nuclear não necessariamente é uma garantia para evitar perigos maiores². No

² “Why Iran Should Get the Bomb” **Foreign Affairs**, July/August 2012.

fundo, ele trabalha com o que é próprio de sua obra, o equilíbrio. Para ele, evitar os riscos nucleares implica ter maior número de atores com armas nucleares para manter um equilíbrio no jogo. Sem necessariamente compartilhar a totalidade da análise, de qualquer forma, no caso do Irã, o acordo impede a produção de armas nucleares a curto prazo, a longo prazo dependerá de nova geração de acordos. O Acordo conferiu a possibilidade ao país de manter-se com um desenvolvimento tecnológico compatível com seus interesses - ainda que proibida a produção de armas nucleares - e está viabilizando o retorno do Irã à comunidade internacional do ponto de vista comercial, financeiro, tecnológico, de comunicações, de viagens etc. Nesse sentido, o acordo, em princípio, é favorável e dentro destas circunstâncias - como o Irã está sendo decididamente monitorado pelos seis países que assinaram o acordo e pela Agência Internacional de Energia Atômica - o fato do Irã permanecer como um país militarmente significativo na região não é um elemento negativo. De distintos pontos de vista, realista, liberal, institucionalista, poderá ser induzido a um jogo de equilíbrios, incluindo Turquia, Arábia Saudita, Egito e Israel, além de Estados Unidos e Rússia.

RM

Tullo, ainda nessa discussão de conjuntura, um outro dado político que é muito complicado é o crescimento da extrema direita na Europa. A extrema direita, no espectro político, sempre existiu com características que refletem o momento histórico. E, no momento atual, ela tem essa característica muito ligada à xenofobia, ao sentimento anti-estrangeiro, mas, também, com uma forte mensagem anti-Islã: a islamofobia. Como o senhor avalia esse movimento de crescimento da extrema direita com uma retórica islamofóbica?

TV

Qualquer pessoa com visão democrática vê com extrema preocupação esse tipo de atitude. Os Estados deveriam ter instrumentos para combater esse fenômeno que é antigo, mas se apresenta como novo. Como alguns resultados eleitorais têm demonstrado, votações para determinados partidos políticos, na Áustria, por exemplo, mesmo na Itália, os resultados do referendo na Inglaterra, evidenciam que sentimentos de xenofobia, particularistas, anti-modernização, vem se multiplicando por diferentes razões. Há sentimentos de preservação de privilégios, há sentimentos tradicionalistas, que originam a xenofobia e o racismo. Há a busca de preservação de identidades, a busca de se contrapor a outros grupos étnicos, nacionais, culturais, religiosos. Tudo isso estimulado por forças que buscam a instrumentalização para fortalecer-se social e eleitoralmente. O combate a essas tendências não pode ser feito só com base na tentativa de convencer intelectual e

Waltz era um defensor da tese de que quanto mais armas nucleares no mundo, maior o equilíbrio de poder e a paz global, haja vista que os países analisam melhor as consequências de um ataque militar de seus adversários No mesmo sentido, *"The Spread of nuclear Weapons: More May Be Better"* **The Adelphi Papers**, Volume 21, Issue 171, 1981. [Nota do entrevistador].

culturalmente de que a xenofobia é um sentimento moralmente negativo.

Trata-se de debate de grande envergadura. Sobretudo, seria necessário um debate mundial, nacional e em cada lugar sobre as razões das grandes e descontroladas migrações. Esse tema relaciona-se diretamente com o eixo dessa entrevista, as responsabilidades históricas, a pobreza, a eliminação de estruturas sociais e sistemas de proteção em muitos países, etc.. Combinando esse debate com as consequências do desenvolvimento científico e tecnológico, com a distribuição crescentemente assimétrica dos benefícios. Se determinados grupos sociais são marginalizados, se aumenta o seu nível de pobreza e se sentem excluídos dos benefícios da globalização e da modernização da economia. Não resolvidos os temas de fundo, os riscos de aumento do racismo são grandes. Algumas das forças genericamente chamadas xenófobas não possuem ainda viés autoritário, podem ser confundidas com a chamada onda anti-política que parece existir em países ricos e em pobres.

RM

Tullo, ao longo da entrevista você enfatizou a importância do entendimento através da política, da negociação e do diálogo, ao mesmo tempo em que se presta atenção nos processos históricos e nas injustiças, além das especificidades de cada conjuntura. Mas se fossemos pensar em soluções para estes problemas, qual seria sua percepção para lidar com o terrorismo, com a violência relacionada à religião (contra ou através dela), com o combate ao DAESH/Estado Islâmico e com esta trama de conflitos contemporâneos?

TV

Repetindo o que disse, a solução deve ser dada pela prevalência da política e pela compreensão do outro, é a compreensão das razões do outro, mesmo que este outro desenvolva ações que vão contra nossos próprios interesses. É importante compreender as razões dos outros para avançarmos. Uma lembrança: falamos de algumas das razões que levaram à Segunda Guerra Mundial. Um dos pontos importantes acertados entre Roosevelt, Churchill e Stalin durante a Segunda Guerra Mundial foi de que alguns dos erros dos anos 1920 não deveriam repetir-se: repartições coloniais, reparações, acordos secretos. De fato, esses erros não se repetiram. Não se trata de uma visão simplista e idealista. Problemas atuais, terrorismo, violações de direitos humanos, guerras devem ser compreendidos em suas razões. Buscando ao menos a compreensão de suas causas, das razões do outro. Não resolve, mas é um ponto de partida.

RM

Mesmo que este outro seja um fundamentalista ou um fanático? Outra coisa que é fundamental é reconhecer a racionalidade dessas estratégias e destes atores. A extrema direita pode ser fundamentalista porque antissemita e xenófoba, mas tem suas razões materiais e estruturais de ser, pois responde a vácuos ideológicos e identitários, a

■ entrevista

problemas de burocracias do establishment e a mazelas econômicas. O mesmo vale para um fundamentalista religioso.

TV

A definição de fundamentalista é complexa. Mesmo um fundamentalista, é um ator. Esta é a lógica da política, é entender quais são suas razões, e não há como evitar isto. A alternativa seria o aniquilamento dos opositores, uma visão também presente na política, como na obra de Schmitt (Carl), mas produzirá resultado posterior indesejado. Quase qualquer movimento revolucionário, anarquistas espanhóis ou anarquistas sérvios, podem ser classificados como terroristas. Hoje, separar estas figuras de suas razões políticas seria difícil. Não se considera os anarquistas espanhóis como terroristas atualmente, e atitudes como o assassinato do arquiduque Francisco Fernando em 1914 em Sarajevo são hoje consideradas como parte da história europeia.

Portanto entender o outro é o grande problema contemporâneo. ■

WHY BE JIHADIST? PUBLIC INTELLECTUALS' BLIND SPOT FOR ISLAMIST TERRORISM¹

Peter Demant²

Abstract

Western public intellectuals, in particular those on the Left, have sometimes relativized terrorism, including jihadist attacks perpetuated by a small minority of Muslims. This article discusses recent contributions of intellectuals to analysis of, and strategies to cope with, terrorism. We classify intellectual positions along two axes, one corresponding to the “classical” Left-Right spectrum and the other going from universalism to relativism. This yields 4 quadrants, viz. roughly the (Marxist-anarchist) Leftist and the liberal versions of universalism, and the postmodernist-multiculturalist and conservative-culturalist wings of relativism. Each quadrant has its specific explanation and answer to the challenge of jihadi terrorism, however, while the former two find themselves on the defense, the latter pair is growing. Both Marxists and postmodernists tend to blame world capitalism. But while the universalistic Left shares with liberal democrats a search for universally transformative structural change, relativists call foremost for changes in attitude, with Leftwing multiculturalism blaming the West and arguing for tolerance of subaltern Islam (sometimes including its violent expressions), while the culturalist Right blames Islam and calls for (“Islamophobic”) cultural protectionism.

However, thus far no effective answer to jihadism seems to have emerged, a lacuna which may be imputed to a blind spot common to most intellectual positions: reluctance to address the

Resumo

Intelectuais públicos ocidentais, principalmente os de esquerda, muitas vezes relativizaram o terrorismo, inclusive os ataques jihadistas perpetrados por uma pequena minoria de muçulmanos. Este artigo discute as recentes contribuições intelectuais em termos de análise e estratégias para lidar com o terrorismo.

Nós classificamos as posições de intelectuais em duas vertentes, uma, correspondente ao espectro clássico Esquerda-Direita e, a outra, indo do universalismo ao relativismo. Esta abordagem cria quatro quadrantes: duas versões universalistas, a esquerdista (marxista-anarquista) e a liberal; e duas alas do relativismo, uma pós-moderna-multiculturalista e a outra culturalista conservadora. Cada quadrante tem uma explicação e resposta específica ao desafio do terrorismo jihadista, porém, enquanto as duas primeiras estão numa posição defensiva, o segundo grupo está crescendo. Tanto marxistas quanto pós-modernistas tendem a acusar o capitalismo. Mas, enquanto a esquerda universalista co-divide com os democratas liberais a busca por uma mudança estrutural universalmente transformadora, os relativistas clamam por mudanças de atitude, com o multiculturalismo da esquerda acusando o ocidente e chamando para uma tolerância ao islã subalterno (inclusive suas ocasionais expressões violentas), enquanto a direita culturalista culpa o islã e clama por um protecionismo cultural (“islamofóbico”). No entanto, até agora não parece ter surgido nenhuma resposta efetiva ao jihadismo, lacuna que pode ser

¹ Paper presented at the International Conference on Terrorism [Conferência Internacional sobre Terrorismo: Religiões, Intelectuais e Mídias: Posições diante do Terrorismo] of the Centro Cultural Brasil-Turquia and Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 8-9 March 2016.

Note on terminology: I use the terms *terrorism* for the phenomenon of violence inflicted by non-state perpetrators against noncombatant citizens for the sake of some ideal. I differentiate *Islam* and *Muslim* denoting the religion (Islam) and Islamic civilization from the concepts *Islamism* and *Islamist* (*islamiyya*, synonymous with Islamic fundamentalism) which designates an ideology that stems from a certain political reading of this religion. *Jihadism* is a tendency within Islam. The *Islamic State* (*al-Dawla al-Islamiyya*, IS) refers to the group formerly called *Islamic State in Iraq and the Levant* (also known as ISIS or Da'esh, the Arabic acronym for *al-Dawlah al-Islamiyah fi 'l-'Irāq wal-sham*), which as of this writing controls an independent territory between Iraq and Syria. Using the name this group gives itself does not imply any judgment on its Islamic quality, no more than calling for example Israel the “Jewish state” would imply acceptance of the specific view of Judaism of the Israeli leadership.

² Prof. Dr. Peter Robert Demant is historian and observer of International Relations, specializing in Middle East issues, the Muslim world and Islam-West relations. Ph.D. in Modern and Contemporary History at Amsterdam University (1988), and “Livre-Docência” in Contemporary History, University of São Paulo USP (2007). Currently associate professor at USP History Department, also lecturing at the Institute of International Relations (IRI-USP), Demant is also coordinator of the Asian Studies Laboratory (LEA-USP) and responsible for its Middle East and Islamic World Working Group (GTOMMM).

sources of attraction that seduce some people into terrorist activity. The article compares a few recent attempts at understanding these sources, and concludes that their common denominator is a crisis of belonging and transcendence of the West itself: addressing and responding to this social and ideological crisis is a task for the West's public intellectuals, and precondition for effectively countering terrorism.

atribuída a um ponto cego comum à maioria das posições intelectuais: a relutância em lidar com as causas que atraem algumas pessoas ao terrorismo. Este artigo compara algumas tentativas recentes de entender estas causas e conclui que seu denominador comum é uma crise de pertencimento e transcendência do próprio ocidente; lidar e responder a esta crise social e ideológica é tarefa dos intelectuais ocidentais públicos e condição para efetivamente atacar o problema do terrorismo.

“Scarcely a mass-murdering dictator of the twentieth century was without his intellectual supporters, not simply in his own country, but also in foreign democracies, where people were free to say whatever they wished”.³ Does this damning sentence at the opening of *Intellectuals and Society* (2009) of libertarian American economist Thomas Sowell also apply to the attitudes of Western “opinion leaders” to terrorism, jihadist in particular? And if so, why? Do better alternatives exist? This is the focus of the following critical reflection on intellectual reactions in the West to the rising curve of jihadi terrorism of the last years.

Immediately after the January 2015 attacks against *Charlie Hebdo*, millions of stupefied and scandalized French marched in massive demonstrations against terrorism. Sociologist Emmanuel Todd, however, deciphered and delegitimized these acts as an Islamophobic manifestation of the conservative fraction of France.⁴ Noam Chomsky, the world's most quoted live intellectual reacted to the terrorist acts exclaiming that “Contrary to the eloquent pronouncements, it is not the case that “Terrorism is terrorism. There's no two ways about it. “There definitely are two ways about it: theirs versus ours”⁵ If we look at other recent attacks, we find more disconcerting examples of usually Leftist, public intellectuals, who have relativized attacks or considered them “understandable”. On 9/11 2001, al-Qaeda's attacks on New York's Twin Towers horrified humankind. For Chomsky, however, the real terrorists were the US whose wickedness had provoked this just punishment. Philosopher Slavoj Žižek did not go as far as praising Osama bin Laden but considered fundamentalism and global capitalism as two sides of one same “real”. Philosopher Jean Baudrillard actually celebrated the attack as the symbolic reaction to a commodified capitalist world. Playwright Harold Pinter and novelists Norman Mailer and Arundhati Roy were among several intellectuals who expressed some understanding for the act of terror.⁶ But the association of a certain intelligentsia with political violence

³ Sowell (2009) p. 11.

⁴ Todd (2015) was immediately criticized by Alain Finkielkraut and other French public intellectuals.

⁵ Chomsky (2015)

⁶ Baudrillard (2003); Žižek 2002; https://en.wikiquote.org/wiki/Harold_Pinter <http://www.telegraph.co.uk/comment/personal-view/3585148/The-American-administration-is-a-bloodthirsty-wild-animal.html>; http://www.newenglishreview.org/Ibn_Warraq/Apologetists_of_Totalitarianism%3A_From_Communist

started long before 9/11. Libertarian (“autonomist”) Marxist Antonio Negri, accused of responsibility for the terrorist acts of the Red Brigades group in the 1970s, spent the years from 1997 to 2003 in an Italian prison, where he wrote with Michael Hardt his book *Empire*. The link of few famous public intellectuals with terrorism goes beyond this and is older. Michel Foucault met Khomeini and in 1978 expressed sympathy for the Islamic Revolution in Iran.⁷ Sartre praised in his 1961 preface to Frantz Fanon’s *The Wretched of the Earth* the author’s call for “cathartic” anticolonial violence in the Algerian war with the words. “In first phase of the revolt one has to kill: to shoot down a European is to kill two birds with a stone, eliminating at once an oppressor and an oppressed; what is left is a dead man and a free man.”⁸ In this context it may not be superfluous to recall that Martin Heidegger, the philosopher who most influenced the existentialist Sartre and the postmodernists such as Foucault, had in the 1930s been an active supporter of the Nazis; even after World War II, he never really repented.⁹

We should perhaps not exaggerate such expressions, all of the Left, which might be read as reflecting a pro-terrorist trend. On the one hand, such voices are a minority compared to those others that oppose to violence and favor solidarity with the victims. On the other, one may find completely different intellectual lineages that also inspired terrorist acts. In 2011, the Norwegian terrorist Anders Breivik pointed among others, at anti-Islamic intellectuals Robert Spencer and Ayaan Hirsi Ali as inspirations of his massacre, supposedly in protest against multiculturalism.¹⁰

Even so, the silence of many intellectuals in the aftermath of 9/11 was perhaps worse than any words. I want to address here a complex connection. Have public intellectuals helped us to understand terrorism, and in particular Islamic and jihadist terrorism? Have certain “critical” positions contributed to legitimizing it? Do the contributions of public intellectuals help us to deal with terrorism and develop a strategy against it?

What and who are the public intellectuals?

To understand how “public intellectuals” might fit into a typology of responses to today’s grand debates, we must first of all define them. I define public intellectuals here as our interpreters of current crises. They are philosophers, sociologists, historians, journalists,

nism_to_Islam_Part_IV/; <http://www.theguardian.com/world/2001/sep/29/september11.afghanistan>

⁷ Afary and Anderson (2005).

⁸ “Car, en le premier temps de la révolte, il faut tuer: abattre un Européen c’est faire d’une pierre deux coups, supprimer en même temps un oppresseur et un opprimé: restent un homme mort et un homme libre (...):” Fanon p. 29.

⁹ Cf. Farias (1989) e Lilla (2001) pp. 1-45. For the prolongation of the Heidegger question in French philosophy, cf. Richard Wolin, “French Heidegger Wars”. in: Wolin (1988), pp. 271-300.

¹⁰ In his manifest-compendium that justifies his terrorist act, Breivik quotes admiringly several intellectuals such as Robert Spencer, Pamela Geller, Ayaan Hirsi Ali, Keith Windschuttle, and Patrick Buchanan: Berwick (2011) (Berwick is Anders Breivik’s pseudonym).

novelists and others who do not limit themselves to their specialty, but express themselves in the public arena, and take part in, and shape the debate about the big issues of our world (“opinion leaders”). In the past century those topics might have been the Dreyfus process, the Vietnam war, or the question of Stalinism. Today the agenda is dominated by the question of Islam, and its difficulties or possibilities to coexist with and integrate in the West, and by the challenge of understanding and dealing with Islamist... and Islamophobic violence and terrorism. An important feature is that public intellectuals are (almost by definition) “irresponsible”: despite their prestige among the educated public (also by definition) and the fact that they have the ear of political decision makers, they seldom have to answer for the consequences of their words. Doctors, pilots, or generals cannot afford this luxury of irresponsibility. Nor, incidentally, researchers, results of whose efforts are usually controlled by external bodies. In theory public intellectuals, even those who criticize reason or the Enlightenment, operate within a shared rationalist discourse. The kind of modern “ideas producer” first emerged in France in the late 19th century. Until World War II, they were mostly novelists: Zola, Gide, Malraux, etc. Next Sartre and Camus introduced the philosopher as public intellectual. And in more recent decades we have to deal with Althusser, Baudrillard, Derrida, and other stylistically challenged university professors. However, worse than this recent academization of public intellectuals is the fact that - since Lyotard proclaimed the death of metanarratives - we suffer from a lack of innovative global analyses. The qualitative decline of the public intellectual, identified and deplored twenty years ago by Richard Posner, seems justified.¹¹

Public intellectuals are generalists. They may or may not be also experts or researchers or intellectuals of another other kind, i.e. whose products are not addressed to the general public but to other specialists. The distinction is significant. It is thanks to the work of researchers that we know how many Muslim women opt for wearing the burqa. But we owe to philosopher and public intellectual Martha Nussbaum an argument in favor of the freedom of dress of Muslim women. Researchers (journalists, psychologists...) have discovered that jihadist terrorists are - unlike the opinion of certain statesmen - neither nihilists nor psychopaths. But public intellectuals such as Samuel Huntington or Jean Baudrillard or John Gray then articulate opinions about how to understand the jihadists’ acts - e.g. how 9/11 fits in the clash of civilizations, or creates an absolute event made inevitable by the expansion of capitalist globalization, or else symbolizes the aporia of modernity.¹² Henceforth I will use the generic term “intellectual” for public intellectuals - the specific subject of this article.

To establish a list of such voices may be somewhat arbitrary and difficult, but is not impossible. Confining ourselves here to Western intellectuals (or to those writing in or

¹¹ Cf. Posner (2001). About the academization of intellectuals, cf. Jacoby (2000) e Sowell (2009).

¹² About the burqa cf. Nussbaum (2010); Huntington (1993) and his subsequent homonymous book of 1996. Baudrillard (2003); Gray (2005).

regularly translated into English or French and for a primarily Western audience)¹³ and excluding long dead intellectuals, and those who are foremost religious or political rather than intellectual leaders (e.g. Pope Benedict XVI, or Henry Kissinger in the 1969-1977 era when he was US Secretary of State), and basing ourselves on the polls of a couple of widely read magazines and sites, one list of the ten most important intellectuals might look this (not necessarily by quality or originality of arguments but by popularity, and in order of public relevance):¹⁴

1. Noam Chomsky
- 2 Michel Foucault
- 3 Jürgen Habermas
- 4 Edward Said
- 5 Slavoj Žižek
- 6 Samuel Huntington
- 7 Francis Fukuyama
- 8 Salman Rushdie
- 9 Alain Finkielkraut
- 10 Antonio Negri

This list is of course impressionistic and it would not be hard to add other names. Nor does it reflect any preference for specific (by the way, incompatible) ideas, and yours would no doubt look different. But it would probably be possible to agree on a list of twenty or thirty of the most notable and influential names. Even so, it is obvious that not all intellectuals express themselves about every issue. If we leave aside a larger number of relatively little-known specialists, the group of public intellectuals that actively molds the debate on Islamic terrorism is not numerous.

Regardless of the composition of such a list (and the method for arriving at it), it seems clear that the public discussion of such a crucial political, security and ideological issue as jihadist terrorism is largely dominated by a relatively small number of famous voices.¹⁵

¹³ Despite globalization many intellectual discourses still predominantly circulate within the orbit of specific civilizations and languages. Alexandr Dugin, Putin's Eurasianist apostle and perhaps the best known Russian public intellectual, is almost unknown outside Russia. Intellectuals writing in Chinese have little impact outside China. The same goes for most Islamic thinkers who write (even in English or French) for Muslim audiences, such as Yusuf al-Qaradawi, Fethullah Gülen, or Abdolkarim Soroush. Tariq Ramadan is one of the few exceptions.

¹⁴ At the end of the 20th century Posner published lists based on popularity by quotation. *Prospect* and *Foreign Policy* publish (since 2005 and 2009, respectively) annual lists based on reader preferences. But each list has its arbitrariness and has been the object of criticisms. Foucault, Huntington, and Said are no longer alive, and Chomsky, Negri, and Habermas are at an advanced age. Still they are among the most quoted intellectuals.

¹⁵ The following names spring to mind: Michael Walzer, Jacques Derrida, Judith Butler, Christopher Hitchens, Bruno Latour, Bernard-Henri Lévy, Bernard Lewis, Alain Badiou, John Gray, Jacques Derrida, Anthony Giddens, Charles Taylor, Immanuel Wallerstein, Emmanuel Todd, Niall Ferguson, Amartya Sen, Thomas Friedman, Fareed Zakaria, Ian Buruma, Robert Wright, Michel Houellebecq. Bassam Tibi, Philip Bobbitt, Marcel Gauchet, Robert Fisk, Paul Berman, Anthony Giddens, Fareed Zakaria, Ian Buruma, Kwame Appiah, and Charles Taylor would be a few other obvious candidates. The (in)famous "list of Posner" of 546 public intellectuals based on ranking in the media and academic citations has been the object of fierce though not always honest criticism (cf. <http://www.complete-review.com/quarterly/vol3/issue2/posner.htm>), but re-

The four intellectual families

Intellectuals like to debate and defend opposing views. How to classify them? The traditional classification of political and intellectual positions on a one-dimensional scale from Left to Center to Right may be challenged.¹⁶ To do justice to the complexity of the debate on e.g. terrorism, I propose to replace this diagram by a two-dimensional frame, one of its coordinates matching the classic Left/Right antinomy, and the other, the universalistic / particularistic-relativistic dimension.

The first coordinate would then go from anticapitalist and emancipatory positions which consider the status quo as intolerable and which believe in the malleability of social and international arrangements, to more defensive positions that consider current structures as either acceptable or the lesser evil, and view social arrangements as essentially immutable. The Left, “progressive”, believes in transformation of the political and social status quo toward greater equality and emancipation of the oppressed or the excluded. The Right, “conservative”, accepts inequalities as inevitable, and rejects extreme changes of the status quo. It is also possible to define the two poles as utopian and dystopian.

The second axis distributes opinions on a scale that ranges from universalistic, generally accepting modernity, to relativistic and critical of modernity. The modernist accepts the existence of objective truth, the (at least potential) rationality of the human being, and the possibility of progress. Its opposite rejects the possibility of objective and universally valid judgments and, instead of the narrative of progress, advocates respect for the insurmountable differences between human groups.

This produces the table below (each quadrant has affinity for a particular school of international relations)

mains a landmark. For the *Foreign Policy* list, cf. <http://foreignpolicy.com/2008/05/15/top-100-public-intellectuals/>.

¹⁶ Obviously there are many other possibilities, e.g. combining the Left/Right axis with a second individualism/communalism coordinate; or with Hans Eysenck’s mentality axis reaching from tough-mindedness to tender-mindedness, and its variation in the “Nolan diagram”; or with an authoritarianism/democracy spectrum; in Ronald Inglehart’s World Values Survey, a biaxial system crosses one coordinate from traditionalism to secularism with another ranging from “survivalism” to self-expression.

POLITICAL POSITIONS OF MAIN INTELLECTUAL CURRENTS	LEFT (utopian)	CENTER / RIGHT (dystopian)
UNIVERSALISM/MODERNISM (positivist)	Emancipation, extension of rights. Anticapitalist. Human nature and social reality are malleable, <i>status quo</i> is intolerable	Protection of ac-quired rights. Not anticapitalist. Human nature and social reality are immutable. <i>status quo</i> = lesser evil
RELATIVISM/PARTICULARISM ANTIMODERNISM (subjectivist)	1. Marxism & anarchism (IR: marxism)	3. liberal democracy & neoconservatives (IR: idealism)
	2. Pomo (post-modernism) (IR: constructivism)	4. conservatism-culturalism (IR: realism)

(IR: equivalent International Relations theory)

A rapid (and necessarily schematic) characterization will permit us to contextualize how each quadrant relates to terrorism.

1. the **first** quadrant 1, which includes **Marxists** and **anarchists**, constituted up to half a century ago *the* alternative to the status quo, but has lost much influence due to a number of well-known factors: the transformation of capitalism into the welfare state, with consumerism leading to the concomitant loss of the proletariat as the revolutionary subject; the unimaginable human cost of the construction of communism in the USSR, China and elsewhere; their economic failures and totalitarian policies; anti-positivist trends in science; and the implosion of the Soviet system at the end of the Cold War. However, no less serious have been, intellectually, the postures of denial from Sartre to Chomsky, of the gulag and the genocides. For many in the West, the collapse of communism in the 1980s and 1990s delegitimized the Marxist project, as well as several related projects that tried to combine nationalism with socialism. Part of the intellectuals migrated to more centrist or even rightist anti-totalitarian positions (such as the neo-conservatives in the US and the “new philosophers” in France). Another part migrated to relativist positions. A universalistic Left survives i.a. in today’s alterglobalist movement. And there is still a rather fertile intellectual production - protagonists include Negri, Chomsky, Alain Badiou, and Immanuel Wallerstein.
2. **Quadrant 2** includes **postmodernists** and **multiculturalists**. As anti-essentialists they deny the objective existence of social categories such as race, nation, gender, sexual orientation, which they decipher as socially constructed. The emphasis is on respect for diversity and otherness, even if some of the to-be-emancipated non-

Western or subaltern groups have customs that may look exotic to the Western elite (from cannibalism to the stoning of adulterers). In fact, racism, slavery, and genocides perpetrated by a West inspired by dichotomous Orientalist worldviews have generated a “post-colonial guilt” that supposedly invalidates any liberal protests and justifies “politically correct” censorship. Intellectuals in this quadrant tend to doubt the primacy of reason, responsible not so much for freedom as for genocide and totalitarianism, and deconstruct many categories as mere, unstable or perhaps nonexistent, social constructs. Foucault, Jacques Derrida, François Lyotard, Said, Zizek, Judith Butler and Bruno Latour are the prime references, though (according to Mark Lilla) stronger in attitude than in argument.¹⁷ The weakness of this current lies in its difficulty to translate abstract radical theory in coherent collective policies, which has led critics such as Richard Wolin to assume a subterranean affinity between this Left and the Nietzschean or Heideggerian Right that supposedly inspires it. Despite the criticism, the protagonists keep their strength, and in many academic circles, anti-status quo “pomo” currents have remained hegemonic.

3. The **third quadrant** are the universalist and **liberal internationalists**, including supporters of global exportation of democracy and human rights: Michael Walzer, Fukuyama, Bernard-Henri Lévy, Vaclav Havel, Michael Ignatieff, Alain Finkielkraut, and Thomas Sowell and (though more qualifiedly) Habermas and Anthony Giddens, both of whom have been called by critics “the last modernist”).¹⁸ Although philosophically important differences divide them, what is relevant here are their convergent public postures. This universalistic current has recently been weakened by factors such as its association with neo-liberal globalization, the failures of US interventions in the Islamic world, and popular reticence (or fatigue) to confront autocracies. In the aftermath of the third stage of democratic expansion,¹⁹ we are today experiencing a reflux: in the old Western powers, democracy has generated depoliticization, while in the plural and segmented societies of Eastern Europe, Asia, Africa and Latin America, new democracies have rarely been able to transform ingrained conflict mentalities of zero-sum and winner-takes-all.

4. **Quadrant 4** includes a variety of relativists who defend the status quo: **culturalists** insisting in the incommensurability of civilizations and religions, **conservatives** who seek to defend their nation, race or social norms against supposed invasions of revolutionaries, “superficial” globalist “levelers”, or migrants carriers of alien cultures. They are the champions of fixed identities (state, nation, family, civilization and others). While this may

¹⁷ The historian of ideas Mark Lilla observes that “... postmodernism is long on attitude and short on argument” (Lilla 2001, p. 163).

¹⁸ Mestrovic (1998).

¹⁹ Huntington (1991).

not sound relativistic, in the end their insistence on the uniqueness if not superiority of their own group dilutes whatever universal values they proclaim: the primacy of one's heritage cannot be reduced to any universal essence. Again, this is a heterogeneous group where communitarians and family values advocates, nationalists, isolationists and Eurasianists rub shoulders with anti-Semites and Islamophobes, ecologists with climate change deniers, and traditionalist Christians with adherents of various esoteric sects. While pre-World War II racism is rare today, the New Right has replaced the old category "race" by that of an almost hereditary and no less closed "culture". This current is the only one that is indubitably growing, due to the perception in many places of an external cultural attack, either by supranational bureaucracies or by immigrants. To address these threats, Marxist and liberal as well as postmodern and postcolonial intellectuals, are considered at best naive and in the worst case, traitors. This current has populist and anti-intellectualistic fringes, and may even inspire their own violent extremists, but has also included influential intellectuals such as Louis Pauwels, William Buckley, John Gray, Samuel Huntington and Robert Spencer.

Like any classification, also this one is vulnerable to a criticism of forced analogies and schematism. Against the above proposed division one may, for example, raise the following objections: (1) to join in the same category centrists and rightists would not please either. My criterion here was to separate those intellectuals whose opposition to the status quo advocacy of revolutionary (implicitly violent) transformation from those who reject it. But of course there exist also violent counterrevolutionary conservative voices.²⁰ (2) universalism does not always overlap with modernism nor relativism with anti-modernism.²¹ (3) within each category there are major differences;²² (4) Some authors would fit into more than one category, others none;²³ and finally (5) our categorization may be too culturally specific. Islamists are by definition universalists, yet politically they

²⁰ Frauke Petry, leader of the Far Right party *Alternative für Deutschland* (AfD, Alternative for Germany) in March 2016 urged the police to shoot refugees trying to enter illegally in Germany: "Frauke Petry, the new face of the extreme right in Germany." In: *Carta Capital* 11-3-2016. <http://www.cartacapital.com.br/revista/888/hitler-de-saias>.

²¹ E.g. Michael Walzer is doubtlessly a modernist yet he embraces certain relativistic positions: for him, ultimately every human community is committed to their own values which instill meaning into the actions and lives of its members; Ian Buruma was criticized for his supposed cultural relativism, though he is certainly not anti-modern.

²² Samuel Huntington and Alexandr Dugin are both defensive culturalist conservatives, but beyond that, their positions differ strongly, with Huntington a defender of democracy and Dugin bordering on fascism. Habermas and Sowell can both with some effort be made to fit in the same quadrant 3, yet their "liberalism" has diametrically opposed origins.

²³ The modernist Habermas, although no longer a classical Marxist, has his roots in the Frankfurt tradition. Zizek mixes Marxist concepts with Lacanian ones. There are crossover cases between quadrants 1 and 2, 1 and 3, 2 and 4, and 3 and 4: only between 2 and 3 there do not seem to be occur links. Several novelists as well as intellectuals whose interventions focus on other controversial issues (such as evolution vs. creationism, or religion vs. atheism) are also difficult to accommodate in a particular quadrant (e.g. Paulo Coelho, or Richard Dawkins).

are often allies of progressive relativists (in the question of imperialism) or conservative relativists (in the women's question). My rationale for keeping to our diagram is that it organizes opinions in a succinct and broadly usable way and accounts for most cases. For the purposes of this article, that seems to be enough.

We conclude that the two universalistic currents, the Marxist and the liberal-democratic are today in decline or under attack, while the two relativistic wings, the postmodern/post-colonial Left and the cultural-protectionist Right, have maintained themselves, or grown.

That gives us already a clue as to the ongoing exacerbation of the terrorism issue: while the postmodern current tends to excuse jihadism, its nativist, anti-immigrant and Islamophobic counterpart of the "clash of civilizations" is creating arguments which the jihadis then use against themselves, thus provoking more terrorism.

What is terrorism?

It is sometimes observed that "one person's terrorist is the freedom fighter of the other." It would all depend on one's perspective. I reject such facile relativism which confounds means and ends. After all, every terrorist considers himself as someone who defends a noble cause; yet do noble causes need bloodbaths of innocent victims for their defense? All the same, terrorism is a complex concept. One researcher counted over one hundred definitions.²⁴ For the purposes of the present argument I define terrorism by the combination of the following three criteria:

- (1) use of violence against non-combatants and other defenseless people
- (2) in favor of a political-ideological goal
- (3) by an actor opposed to current power holders

This simple definition allows us to pin down which violent acts are or are not terrorism.

Ad (1) **violence against noncombatants**: according to this distinction, Lebanese Hezbollah attacks against Israeli soldiers is not terrorism, but a Palestinian suicide bomber from Hamas who explodes twenty Israeli citizens in a nightclub in Tel Aviv is a terrorist;

²⁴ Alex Schmid, the Dutch-Swiss Nestor of terrorism studies, analyzed more than 100 definitions in the literature, and comes the following "consensual academic" definition: "Terrorism is an anxiety-inspiring method of repeated violent action, employed by (semi-) clandestine individual, group or state actors, for idiosyncratic, criminal or political reasons, whereby - in contrast to assassination - the direct targets of violence are not the main targets. The immediate human victims of violence are generally chosen randomly (targets of opportunity) or selectively (representative or symbolic targets) from a target population, and serve as message generators. Threat- and violence-based communication processes between terrorist (organization), (imperilled) victims, and main targets are used to manipulate the main target (audience(s)), turning it into a target of terror, a target of demands, or a target of attention, depending on whether intimidation, coercion, or propaganda is primarily sought": Schmid 1988. Cf. <http://web.archive.org/web/20070527145632/> and http://www.unodc.org/unodc/terrorism_definitions.html. Cf. Hoffman (1998), p. 39.

Ad (2) **political and ideological goal**: a psychopath who kills ten students at a US university is not a terrorist, but Anders Breivik who massacred in 2011 65 young socialists on a Norwegian island in protest against multiculturalism is a terrorist. Just as Major Nidal Hassan, who killed thirteen US soldiers at a military base in 2009 for jihadists reasons.

Ad (3) the terrorist actor acts **in opposition to power**: this allows us to disentangle terrorism from “state terrorism,” a confusion introduced by Chomsky.²⁵ When Saddam Hussein massacred 80,000 Kurds in the 80ies, he was the Iraqi dictator: this was state terrorism. When President Obama orders the execution of Osama bin Laden or bombs Islamic State offices in their capital Raqqa, this may or may not be an act of war, and it may or may not be state terrorism; but it is certainly not the terrorism an oppositional actor. Terrorism is, as its early theorists in 19th-century Russia reasoned, “propaganda of the deed”: the violent act would force a public debate of the terrorist’s cause and thus advance it. It is not only an attack but also a *communication* albeit one that transcends verbal or written persuasion.

Today the vast majority of terrorist attacks around the world have an Islamist motive.²⁶ Therefore it is the jihadist type of terrorism that occupies most attention of intellectuals. Unfortunately, the fifteen years old maxim of Middle East specialist Bernard Lewis is still

²⁵ “Chomsky says US is world’s biggest terrorist.” *Euronews* 17-4-2015: <http://www.euronews.com/2015/04/17/chomsky-says-us-is-world-s-biggest-terrorist/>. Cf. Chomsky and Herman (1979).

²⁶ The question of the proportion of Islamist attacks within contemporary terrorism has itself become controversial and politicized. Some publications claim that the record shows Muslims account only for a tiny proportion of all terrorist acts (fewer Muslim than Jewish terrorists acts would occur), and that most attacks are of a nationalistic (Basque, Corsican, Kurdish etc.) nature or else (according to other sources) come from the extreme Right. Disproportionate public emphasis on Muslim violence must therefore be the result of media bias (if not of more obscure conspiratorial forces) or, in a word, of Islamophobia. Anti-Islamic think tanks and sites obviously promote an opposite reading. This is not the place for a thorough discussion of the subject, but some observations are in order. These tend to reinforce a critical interpretation of Islam. Statistics can be manipulated by chronological starting or cutting-off point (for example, if one starts counting from the 1970s, the percentage of Islamist attacks decreases, because they only became more numerous after September 11, 2001), by the definition used (is an attack only considered terrorist if it results in dead? Does one count the number of attacks or of perpetrators or victims?), and by other considerations. According to a FBI count, a huge part of attacks in the US did not cause any casualties, and attacks with Islamist reason constitute a tiny portion: https://www.fbi.gov/stats-services/publications/terrorism-2002-2005/terror02_05.pdf. But the FBI excludes terrorism outside the US territory, and includes in its list not only all attempts using bombs, but also kidnappings and politically motivated bank robberies, vandalism, and attacks on circus wagons to free animals etc. Once one counts the number of victims, however, the Islamist attacks predominate even in the US. Cf. “All Terrorists are Muslims...Except the 94% that aren’t.” in: *Loonwatch* 20-1-2010 <http://www.loonwatch.com/2010/01/not-all-terrorists-are-muslims/>; “The Myth of the Non-Muslim Terrorist.” in: <http://www.thereligionofpeace.com/pages/articles/loonwatch-94-percent.aspx>; Dean Obeidallah, “Are All Terrorists Muslims? It’s Not Even Close” (14-1-2015), in: <http://www.thedailybeast.com/articles/2015/01/14/are-all-terrorists-muslims-it-s-not-even-close.html>.

But the US has historically been spared by terrorism and - except for the outlier of 9/11 - victims of “normal” murders are far more numerous. On a global scale, however, the proportion of deadly and injured victims of Islamist attacks is huge, growing, and undeniable. According to a recent study by Yoram Schweitzer of the Institute for National Security Studies at Tel Aviv University, in 2015 alone 99% of attacks by suicide bombers (adding 4,370 dead) were motivated by Islamism: Avi Issacharoff, “450 of 452 suicide attacks in 2015 were by Muslim extremists, study shows”. in: <http://www.timesofisrael.com/450-of-452-suicide-attacks-in-2015-were-by-muslim-extremists-study-shows/>.

More detailed data on international terrorism may be consulted i.a. at the *Global Terrorism Database* of University of Maryland: <http://www.start.umd.edu/gtd/>.

pertinent: although only a small percentage of Muslims support terrorism, most terrorists are Muslims.²⁷ In spite of certain “optical errors” that may exaggerate the impact of jihadism, the attention given to it is not fortuitous.

In fact, jihadism displays a rising curve of deadly attacks. The vast majority of its victims, incidentally, are not Westerners but other Muslims. The Islamic State, the angry son of “father” al-Qaeda may not be the only jihadist organization with a universal program, but at present it is doubtlessly the most successful and dangerous one.

Obviously our definition reaches its limit when a terrorist organization is at the same time also a state: such is the case of the Islamic State, which is in open war against its neighbors and against all states in the world! When a suicide bomber kills 40 Shiites at a funeral in Baghdad (an almost daily occurrence that does not even enters the news anymore...) or over 100 in Paris (this one still calling attention) and the outrages are claimed by the Islamic State, it is hard to define whether it is terrorism or a military attack. However, as such acts are committed by local (Iraqi, French, Belgians and other) supporters on behalf of IS, we will for now consider them as terrorism.

THE INTELLECTUAL QUADRANTS FACE TERRORISM

REACTIONS TO JI-HADIST TERRORISM	LEFT	CENTER-RIGHT
UNIVERSALISTIC MODERNIST	MARXISTS <ul style="list-style-type: none"> • “imperialism is worse”. Capitalism is guilty • raising awareness 	POMO MULTICULTI <ul style="list-style-type: none"> • “imperialism is worse ” and the West is guilty – • from “respect otherness” to preventive concessions to Islamist demands
RELATIVISTIC ANTIMODERNIST	LIBERAL DEMOCRATS <ul style="list-style-type: none"> • dialogue (“misunderstandings are responsible”) • from exporting democracy and human rights to intervention in the Middle East 	CONSERVATIVE CULTURALISTS <ul style="list-style-type: none"> • “Islam is guilty”, clash of civilizations • cultural protectionism - Islamophobia

Since the last decades, globalization with its many unresolved problems has produced a worsening of new crises. Among these, violent tendencies among various religious fundamentalisms stand out, including anti-Western and anti-modern Islamist terrorism. Since 9/11 in particular, Islamist-type violence has increasingly dominated discussions among both the general public and intellectuals. The French islamologist (and public intellectual) Olivier Roy has correctly remarked that most intellectual analyses fit into one of two categories: either anti-imperialist or anti-Islamic. Both narratives are incomplete.²⁸

²⁷ “Most Muslims are not fundamentalists, and most fundamentalists are not terrorists, but most present-day terrorists are Muslims and proudly identify themselves as such.”: Lewis (2003), p. 137.

²⁸ Roy (2015).

The **analyses and assessments** of terrorism stem from the a priori worldview of each quadrant. Thus for the **relativistic New Left (quadrant 2)**, Islamist terrorism is the fault of the capitalist West. Some intellectuals openly defend in particular Palestinian terrorism.²⁹ It is, however, more common to hear voices that relativize its importance, or accuse external factors, covering up or even justifying jihadism as distorted (but “understandable”) counter reaction to the worse terror that would be Western imperialism (or the neoliberal order; or the deployment of pro-Western regimes in the Middle East; or Western support for Israel; or discrimination and “oppression” of Muslims in Western countries; or even Western cultural invasion of the Muslim world, disrespectful of the otherness of the non-Western Muslim other, and through its Orientalist prism denying and undermining his authenticity). Ultimately the West is guilty and Islamist violence is its collateral and even logical effect: a wrong but understandable response to Western policies. In particular the US foreign policy in the Middle East, with its invasions of Afghanistan, Iraq, and Libya, is seen as the root cause. Chomsky, Said and Zizek, among others, exemplify this externalist and Islamophile explanation.

(Quadrant 1 Marxist analyses follow more or less the same track; public influence of its several theoreticians is, however, smaller).

The **culturalist New Right (quadrant 4)** defends the opposite, Islamophobic and internalist view that reduces jihadism to Islam itself (“there is no moderate Islam”), and accuses Islam *per se* of being conducive to terror. Terrorism then, becomes the expression of a supposed incompatibility between an (inherently “violent”) Islam and “Western values”; and in accord with the clash of civilizations logic that violence shows its incompatibility with Western civilization. Alain Finkielkraut, Christopher Hitchens, and Ayaan Hirsi Ali are some of the voices tending in this direction.

Although its triumphalism has turned sour since Fukuyama proclaimed the end of history in 1989/1993, **quadrant 3 universalists** still maintain a long term optimistic outlook. They view jihadism as a malignant outgrowth of contemporary Islam’s difficulty to integrate in modernity. It is also the only line that seeks to explain terrorism by polarization within Islam, which therefore divides Muslims into the “good” ones (those who can and should align with the universal liberal project) and the “baddies” (which allow themselves to be radicalized).³⁰

²⁹ Zizek (2012) comes close to apologizing for terrorism in his preface to the book of Sophie Wahnich, *In defense of the terror: Liberty and death in the French Revolution* (2012). English-Canadian philosopher Ted Honderich (not especially postmodernist), though recognizing Israel’s right of existence justifies the use of Palestinian suicide bombings as legitimate resistance to “neo-Zionism”: Honderich (2003). Cf. his debate with Richard Wolin, “Are Suicide Bombings Morally Defensible?”. In: <http://www.ucl.ac.uk/~uctytho/Wolinhispiece.html>, and Honderich’s rejoinder in: <http://www.ucl.ac.uk/~uctytho/Wolinmyreply.html>.

³⁰ Mamdani (2005).

Responses and strategies proposed by each line derive from of its analysis. As seen above, a significant portion of the intelligentsia is anti-capitalist and/or liberal and therefore has an emancipatory attitude of opposition to the status quo. This has historically been reflected in a certain support for (or “understanding” of) currents that used violence to destroy the system, including acts of guerrilla or terrorism, and sometimes support of illiberal tendencies in post-colonial states, including in the Muslim world.

The **postmodern quadrant 2** advocates *in general*, “politically correct” concessions to Islamist demands, in the name of respect for the Muslim Other. These range from censorship of Mozart operas and of naked statues in museums to the removal of references to the Holocaust of the Jews in schools, to incorporation of shari’a in Western law, as well as demands for canceling the West’s interventionist presence in the Middle East. A worrying aspect is the systematic non-attention to, or even rejection by the *bien-pensant* Leftist intelligentsia of moderate antijihadist analysis coming from progressive, critical and apostate Muslims.³¹

All this, however, does not directly address terrorism. In fact, beyond insisting in radical transformation of the West itself (or of the world) and in preventive compliance with generic Islamist pressures, postmodernist intellectuals have no *specific* strategy to face the demands of terrorist jihadis. And this would indeed be impossible, as it would imply total surrender of the non-Islamic world (as well as of the majority of Muslims who reject jihadist theology and practice) to terrorists. That would soon lead to self-destruction of all Western intellectual tendencies, including that of the postmodernists themselves. One may question why this tolerance of a certain multiculturalist Left vis-à-vis a terrorism that has nothing progressive and reminds of fascism. But one cannot deny it. The caliph of the Islamic State probably views his naive supporters in the West just as Stalin viewed George Bernard Shaw, Romain Rolland or Sartre, who proclaimed the beauty of the Soviet system to Western audiences: “useful idiots.”

For **cultural protectionists (quadrant 4)** the answer has to be defensive or confrontational. In general, they are pessimistic about Muslim intentions and the likelihood of reform within Islam, and advocate a strategy of anti-Islamic resistance. This ranges from demands for greater adaptation or even assimilation of Muslims living in the West, and for rejection of new refugees, to hate crimes and physical attacks. Such attitudes articulated by the ideologues of Rightwing parties are becoming increasingly popular in Europe and the USA. Ultimately, this may approach an opposite terrorism, e.g. burning houses of Muslim immigrants. Of course, this strategy of cultural and territorial closure also works in favor

³¹ The most blatant cases are no doubt those of ex-Muslims (apostates) such as Ibn Warraq, Wafa Sultan, or Ayaan Hirsi Ali, but a similar treatment is meted out to critical Muslims such as Irshad Manji or Maajid Nawaz, and even to more mainstream but explicitly nonviolent and modernists such as Abdullahi an-Na’im or Fethullah Gülen.

of jihadis, because it only serves to deepen the alienation of Muslims around the world, thus encouraging radicalization.

It is interesting to observe how two tendencies that are both relativistic (albeit for opposite reasons) and both posturing as opposed to the “elite” of Western states, basically end up strengthening the object they want to control. Nonetheless between them they appear to dominate today’s debates.

As against these quite consistent though counterproductive views, we encounter a **vacuum in quadrant 3**. In practical terms, intellectuals connected with this line propose confusing strategies. In principle they would prefer dialogical engagement with the Muslim world. Democratic and universalistic liberal intellectuals would insist on dialogue and negotiation and reject the use of violence as a method of conflict resolution, and are critical of both sides. Thus Walzer and Ignatieff would accept the use of terrorist means (as well as State counter-violence such as torture) only in the most extreme and restrictive circumstances, as a last means to rescue justice.³² Rushdie, Bassam Tibi and many other progressive Muslims are in favor of a reform within Islam.

In addition to its preference for dialogue, however, many in this quadrant are close to humanitarian interventionism or even to the neoconservative program of exporting democracy. Liberal democracy with its cortege of human and individual rights, international law and supranational institutions, is today the unofficial consensus of the international community. Not coincidentally have authors such as Fukuyama and “BHL” articulated military proposals against states or militant groups they view as facilitators of jihadism and/or human rights violators: Afghanistan, Iraq, Libya and now Syria and the Islamic State. Each new massacre committed by terrorists and each new humanitarian crisis posit again the dilemma between helping (“imperialist”) or remaining indifferent (“cowardly inaction”). Now any intervention no matter how limited always and inevitably cause collateral civilian casualties, which stimulates anti-Western and possibly pro-jihadi reactions. These and other paradoxical effects of interventions have worn down Western public support for new interventions: today anti-interventionist forces in the West effectively block any new intrusions in the Middle East sufficient to make a decisive military difference (assuming that a “military solution” to the jihadist challenge exists at all). True, recent jihadist attacks in the West (i.a. in Paris, November 2015) may erode public resistance to military action against the Islamic State and related groups. However, the beneficiary of the West’s ideological “revival” is much more the Islamophobic Right than democratic universalists. In quadrant 3, the result is paralysis!

Proponents of proactive human solidarity with victims of *both* terrorism *and* state terrorism (the famous R2P, the “responsibility to protect”) are stuck in a stalemate between the failures of non-intervention (e.g. Rwanda 1996, and Syria today) and the calamities of intervention (Afghanistan 2001, Iraq 2003, Libya 2011).

³² Walzer (1992) pp. 197-206, e Ignatieff (2004).

Everyone agrees that a military defeat of the Islamic State would only be a battle, not victory in the war on terror. For this war to succeed, it would need to defeat not only current terrorists, but the growing attraction of jihadism among youth groups whose alienation from the society they live in will eventually constitute a mortal danger to all. Habermas, Fukuyama, Rushdie, Giddens, Ian Buruma, Robert Wright, Charles Taylor, and a host of other intellectuals of the third quadrant know and say that a solution cannot be achieved by violence but only by *integration of those at risk of becoming future terrorists*. Unfortunately, no one has yet articulated the new theory required for this task.

In brief, while there is no shortage of explanations, *no* intellectual current has so far offered a viable response to the jihadists. Most Western intellectuals point at large scale problems as causes for the deep crises in the Islamic world, the West, or between both. The existence of grave and worsening international and intercivilizational crises cannot be denied indeed, whether these are caused by incessant Western imperialism, permanent Western hostility to Islam, inherent hostility of Islam to the West, or still other factors. And yes, for some, religious terrorism might conceivably be one way of coping with crisis. Terrorism is, however, by no means necessarily the only or most probable choice. But which intellectual has shown *why this is the road taken* by those who do so? why it is growing in our days? to what outcomes, good or bad, may it lead – let alone what might be done to stop it? For alternatives exist and are actively pursued by many Muslims and non-Muslims. Yet even with a plethora of analyses attempting to identify structural or incidental factors that partly explain the phenomenon of jihadist terror, **few public intellectuals address the sources of the attraction that jihadism succeeds in exercising**. The focus on abstract causes (whether of a class, international, or cultural nature) of a situation propitious for the emergence of terror, and the failure to address the specific factors that lead ever more idealistic young people to embrace indeed jihadist terror, is the blind spot of our intellectuals. But thus far Western intellectualdom has failed to understand its roots – and no understanding, no strategy! There is no terrorism without terrorists.

But why do they become terrorists?

Recently I read in a Dutch newspaper an interview with a terrorist who said in summary: “We do not kill because we are bloodthirsty. We have no pleasure in killing people. But the jihad has to go on and someone has to shoulder the task.”³³ The Islamic State has become the most successful terrorist organization in history, combining State functions with a global network of extremist anti-Western, anti-democratic and anti-modern grouplets. It has a specific and (so far) particularly effective strategy to terrorize and destabilize “diabolical” society in the West, Hindu India, Christian Nigeria, Buddhist Thailand, or even any Muslim community labeled “heretic.” Like previous terrorist groups, it uses the

³³ Vermeulen (2016).

method of exacerbation, purposely causing Islamophobic reactions in order to destroy the “gray area” where (by trial and error) coexistence between Muslims and others is being built. No use trying to obfuscate the issue by declaring that ISIS militants “are not true Muslims.”³⁴ This is about as enlightening as affirming the opposite infamy, that “the Islamic State does what all Muslims dream to do.” The central question is: who is attracted and mobilized to join this group and why?

Both interpretations mentioned by Roy, the Third Worldist Leftist one and the Rightist clash of civilizations, would in order to be proven, require that a majority of the world’s Muslims identify with jihadism. This, however, is evidently not the case: despite their criticism of the West, the vast majority of Muslims around the world firmly rejects terrorism.³⁵ Only a small minority radicalizes and takes up arms against the West or against those of their coreligionists supposedly “infected” by Western microbes. IS activists are usually young, relatively educated, but alienated from the society in which they live. In Europe they are young second-generation Muslim immigrants, who do not feel accepted by the surrounding Western society, and who feel discriminated against and rejected.³⁶ This does not mean that all or even most radicalized are personally victims of oppression: more common is super-identification with the suffering of other Muslims, through television images, the Internet, and social media. Their exclusion may partly be blamed on the host society, and is partly due to cultural resistance within Muslim minorities. The values that guide life in the West’s big cities - consumerism and the chase for pleasures, individual, sexual, intellectual and religious freedom - are for the new Muslim generation a permanent temptation, at once seductive and repulsive. We are talking here of a minority who no longer feels “at home” in their own society and in an increasingly incomprehensible and chaotic world that fails to offer them a meaning in life. When they commit suicide in the act of killing other young people, at a musical show or in a restaurant, do they not also kill a part of themselves: that side that desires that which they exorcise? In an important article anthropologist Scott Atran analyzes how the success of recruitment in extremist Islamist groups is explained by the answer they offer to young people in search of belonging and a meaningful ideal: the extremist vision fills emptiness of meaning that our own Western society does not know how to confront. It is the ideology of redemption and psychological fusion with a group of “peers” believing in the same ideal that generates mobilization to death, and that is the terrorist machine. Atran recalls Goebbels’ and Hitler’s incantatory “do you want butter or guns?”, the phrase that mesmerized millions of Germans with a sacrificial vision for an ideal - more than with promises of prosperity.³⁷

The jihad is a revolution and, as Atran emphasizes, every revolution is a moral event. Young Muslims who leave to join the Islamic State in Syria as well as those who stay in

³⁴ Ahmad (2015).

³⁵ Esposito and Mogahed (2008).

³⁶ Cf. Kepel (2015).

³⁷ Atran (2015).

the West to obey its call for bringing jihad home, do not sacrifice lives (their own and that of others) out of selfishness but on behalf of an ideal. The Islamic State functions here as a sort of Islamist Zion, a guiding country that is at once ideal, inspiration, and source of emulation. To identify at the root extremism such a lack of a credible ideal means to point at a fundamental weakness in modern society in general – and that is something that goes beyond the specific problematic situation of Muslim youth, and of the other growing cohorts of excluded. In the West, a hyper-individualistic democracy, post-Christian and post-socialist, obsessed by the search for material *means* and by hedonism, has failed to respond to the lack of *ends*, of meaning, purpose, and transcendence. It suffers from a lack of mobilizing “ism”. It is of course easier to bomb the Islamic State in Syria and Iraq than to integrate through a new vision, the West’s own alienated at risk of radicalization. But this second strategy would be more effective against terrorism.

The radicalized minority of young Muslims engaging in jihadi terrorism can also count on a social periphery, a potential fifth column of alienated and radicalizable supporters who might detach themselves from their families and communities and join in their turn the ranks of jihadism. The risk is not limited to the Muslim community. Alongside the specific group of second generation Muslims, one encounters among jihadists a very high rate of converted of European descent. Unless challenged by an alternative and *more* convincing utopia, jihadi idealism at war against secular modernity may affect many other Muslims *and* non-Muslims.

Both the post-colonial global context and intra-religious issues doubtless play their role in the genesis of terrorism. However, as Roy remarks, in the first place “we are dealing not with the radicalization of Islam but with the Islamiation of radicalism.”³⁸ In other words, the attraction of terrorism is explained less by Islam as a religion than by the weakening of other radical ideologies such as the extreme Left, which has left Islamism “prevalent in the radical market.” The same young idealists who one generation ago gravitated to the Red Brigades or Che Guevara, are today absorbed by jihadism. Might Muslim minorities in the West fuse with other excluded alienated groups to eventually replace the proletariat as the famous lost subject of emancipation?³⁹

Conclusion: The task of the intelligentsia

At the start of this article I asked if public intellectuals have contributed strategic proposals to combat terrorism. Unfortunately, we are forced to conclude that the answer must be a qualified “no”. If we understand today quite a lot about terrorism, then we owe it more to generally un-glamorous scholars who find little echo in popular media.

The mystique of jihad as an ideal for a significant portion of young Muslims helps us to

³⁸ Roy, op. cit., p. 16.

³⁹ Cf. Keucheyan (2013).

understand the impotence of many intellectuals no less than the impetus of terrorism proper. After all, reflecting on ideas and ideals for society, and eventually developing new ones, is the task par excellence for public intellectuals. The same mystique also suggests how public intellectuals might go about answering the challenge. The terrorist - anarchist or nationalist yesterday, religious fundamentalist today - exerts his fascination on certain intellectuals precisely because he dares to *act* on his idealism. This fascination is similar to the one he has on his own followers. In every jihadist there is also a bit of the public intellectual, but one who does not only pontificate but acts. In the conjuncture of lack of ideological alternatives, the task of our intellectuals is to make explicit and reject this underground correlation, and to develop a new ideal that can replace the attraction of terror. Trying to do so, however, they must face the challenge of credibility. Terrorists are among those who apply what they preach, and whose practice reflects their theory. Political, religious and intellectual leaders gain credibility to the extent they are willing to suffer for their convictions, and “walk their talk”. To the extent that they do not, they unmask themselves as opportunists, clowns or criminals. This equation was as valid for Trotsky, Gandhi, Mandela or Martin Luther King as for Hitler and Osama bin Laden. In this sense suicide bombers are the supreme ideologues and their martyrdom, the most unbeatable propaganda. Unfortunately, in the question of assuming the personal costs of their public positions, the history of many intellectuals leaves much to be desired. ■

BIBLIOGRAPHY

- AFARY (Janet) and Kevin B. Anderson, *Foucault and the Iranian Revolution: Gender and the Seductions of Islamism*. Chicago and London, 2005.
- AHMED (Nafeez Mosaddeq), “ISIS wants to destroy the ‘grey zone’. Here’s how we defend it.” in: *OpenDemocracy* 16 November 2015. <https://www.opendemocracy.net/nafeez-ahmed/isis-wants-destroy-greyzone-how-we-defend>
- ATRAN (Scott), “ISIS is a revolution.” 15-12-2015. in: <https://aeon.co/essays/why-isis-has-the-potential-to-be-a-world-altering-revolution>
- BAUDRILLARD (Jean), *The spirit of terrorism*. New revised edition. London and New York: Verso, 2003.
- BERWICK (Andrew), *2083: A European declaration of Independence*. London, 2011.
- CHOMSKY (Noam) and Edward S. Herman, *The political economy of human rights* (1979).
- CHOMSKY (Noam) 19-1-2016 “Noam Chomsky Slams West’s Charlie Hebdo Outrage: ‘Many Journalists Were Killed by Israel in Gaza Too’” in: <http://www.alternet.org/media/noam-chomsky-slams-wests-charlie-hebdo-outrage-many-journalists-were-killed-israel-gaza-too>
- ESPOSITO (John L.) and Dalia Mogahed, *Who Speaks For Islam? What a Billion Muslims Really Think*. Gallup Press, 2008.
- FANON (Frantz), *Les damnés de la terre*. Préface de Jean-Paul Sartre (1961). Paris: La

- Découverte, 2002 (1961, 1st).
- FARIAS (Victor), *Heidegger and Nazism*, Temple University Press, 1989.
- GRAY (John), *Al Qaeda and What it Means to be Modern*. The New Press, 2005.
- HOFFMAN (Bruce), *Inside Terrorism*. New York: Columbia University Press, 1998.
- HONDERICH (Ted), *After the terror*. Montreal : McGill-Queen's University Press, 2003.
- HUNTINGTON (Samuel), *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. University of Oklahoma Press, 1991.
- HUNTINGTON (Samuel), "The Clash of Civilizations?" in: *Foreign Affairs* 7,3 (summer 1993) pp. 22-49.
- IGNATIEFF (Michael), *The lesser evil: Political ethics in an age of terror*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2004.
- JACOBY (Russell), *The last intellectuals: American culture in the age of academe*. New York: Basic Books, 2000 (1987, 1st).
- KEUCHEYAN (Razmig), *The Left Hemisphere: Mapping Critical Theory Today*. London and New York: Verso, 2013.
- LEWIS (Bernard), *The crisis of Islam: Holy War and Unholy Terror*. (2003)
- LILLA (Mark), *The reckless mind: Intellectuals in politics*. New York: NYRB, 2001.
- MAMDANI (Mahmood), *Good Muslim, Bad Muslim: America, the Cold War, and the Roots of Terror* (2005).
- MESTROVIC (Stjepan G.), *Anthony Giddens: The last modernist*. London and New York: Routledge, 1998.
- NUSSBAUM (Martha), "Veiled threats?". In: *New York Times* 11-7-2010.
- POSNER (Richard), *Public intellectuals: A study of decline*. Cambridge, MA and London: Harvard University Press, 2001.
- ROY (Olivier), "Une revolte générationelle et nihiliste". in: (*Le Monde* Hors-Série Janvier-Mars 2016), Djihadisme: 100 pages pour comprendre. Pp. 14-17. (artigo original em *Le Monde* de 24-11-2015: http://www.lemonde.fr/idees/article/2015/11/24/le-djihadisme-une-revolte-generationelle-et-nihiliste_4815992_3232.html)
- SCHMID (Alex), Jongman et al., *Political terrorism: a new guide to actors, authors, concepts, data bases, theories, and literature*. Amsterdam: Transaction Books, 1988.
- SOWELL (Thomas), *Intellectuals and society*. New York: Basic Books, 2009.
- TODD (Emmanuel), *Qui est Charlie ?: Sociologie d'une crise religieuse*. Paris: Seuil, 2015.
- VERMEULEN (Margreet), "Het brein van de terrorist" (The brain of the terrorist). in: *De Volkskrant* (Amsterdã) 23 January 2016, p. 41.
- WALZER (Michael), *Just and unjust wars: A moral argument with historical illustrations*. New York: Basic Books, 1992 (1977, 1st).
- WOLIN (Richard) (Ed.), *The Heidegger controversy: A critical reader*. Cambridge and London: MIT, 1998 (1993, 1st).
- ZIZEK (Slavoj), "Foreword: The Dark Matter of Violence, Or, Putting Terror in Perspective." In: Wahnich (Sophie), *In defense of the terror: Liberty and death in the French Revolution*. New and London: Verso, 2012. Pp. Xi-xxxi.

THE VIOLENCE AGAINST YEZIDI WOMEN: THE ISLAMIC STATE'S SEXUAL SLAVERY SYSTEM

Beatriz Buarque¹

Abstract: Since August 2014, thousands of Yezidi women and girls have been taken away from their communities and have received brutal treatment from the so-called organization Islamic State, including rape and the selling of them as goods. This kind of violence has been occurring for almost two years, but only recently the world became aware of it as some of the girls managed to flee from the captivity and testified the brutal treatment they received under the hands of the extremist group. This article intends to throw some light in the sexual slavery system established by the Islamic State focused on Yezidi women and makes an effort to understand why governments and security organizations have failed to extinguish this kind of gender violence that has made millions of victims along these years.

Keywords: sexual slavery – Islamic State – rape – Yezidi women

Resumo: Desde agosto de 2014, milhares de mulheres e meninas Yezidi são tiradas de suas comunidades, estupradas e vendidas como mercadoria pelo autoproclamado Estado Islâmico. Esse tipo de violência já dura pelo menos dois anos, mas apenas recentemente o mundo tomou conhecimento da forma pela qual essas mulheres são tratadas pelo grupo extremista. O presente artigo se propõe a lançar luz sobre o sistema de escravidão sexual estabelecido pelo Estado Islâmico, buscando compreender porque o sistema foca principalmente na comunidade Yezidi. O artigo também tenta compreender por que governos e organizações de segurança têm falhado na extinção desse tipo de violência de gênero que tem feito milhões de vítimas ao longo dos anos.

Palavras-chave: escravidão sexual – Estado Islâmico – estupro – mulheres Yezidi

Introduction

Yezidism is the religion of a minority found mainly in Iraq, but with followers in Syria, Armenia and other countries. Due to the historical persecution Yezidis have suffered, they used to live in the mountains of northern Iraq to protect themselves against Muslims who accused them of being Devil worshippers.

According to the NGO Yazda², the Yezidi population living in Iraq prior to August, 2014 (when the Islamic State conquered important regions in the country) was about six hundred thousand. The organization estimates about 25% of them left the country after the Islamic State occupation. Yazda estimates five thousand Yezidis may have been killed in Sinjar alone, a Yezidi-inhabited Iraq district in the mountains of North Iraq

In August 2014, when the so-called Islamic State started conquering areas near Sinjar, thousands of Yezidis managed to flee from there prior to its arrival. However, thousands of

¹ **Beatriz Buarque** é jornalista formada pela UFRJ, com participação em congressos sobre a História da Midiologia. Trabalha há quase dez anos na TV Globo e atualmente é voluntária da ONG Free Yezidi Foundation.

² Yazda Organization is an NGO that helps Yezidi people in Northern Iraq, northeastern Syria and those living in the US. It also provides information to researchers interested in the Yezidi situation.

families were unable to do so. Yazda estimates that about 5.838 people were abducted during the invasion. Among those left behind, testimonies are almost the same as those Amnesty International presented in its report *Escape from Hell* (2014): younger women were separated from their parents and exposed to all kinds of sexual violence.

A report from the Assyrian International News Agency is even more accurate in describing the siege of Mount Sinjar:

F says she was driven to the Iraqi city of Mosul some six hours away, where they herded them into the Galaxy Wedding Hall. Other groups of women and girls were taken to a palace from the Saddam Hussein era, the Badoosh prison compound and the Directory of Youth building in Mosul, recent escapees said. And in addition to Mosul, women were herded into elementary schools and municipal buildings in the Iraqi towns of Tal Afar, Solah, Ba'aj and Sinjar City. They would be held in confinement, some for days, and some for months. Then, inevitably, they were loaded into the same fleet of buses again before being sent in smaller groups to Syria or to other locations inside Iraq, where they were bought and sold for sex. (Callimachi, 2015: 02)

Recently, an American researcher who has worked for Yazda in Iraq revealed that around 2.400 people - including women and even men – managed to escape from IS captivity from 2014 until now. Regarding sexual slavery, the Yezidi community believes more than 1.500 women and girls remain in captivity.

Amnesty Report believes up to 300 abducted women and children managed to escape from IS until the end of 2014. One possible explanation of the increase in the number of escapees might be linked to a kind of *rescue market* that has emerged around the captives. By interviewing board members of some Foundations³ that help Yezidis in Iraq, I was able to understand more about the rescue operation. Steve Maman, a Jew well-known for his efforts to rescue Yezidi women and girls, told me, in details, how that process works:

We realized the amount of women that have been taken around the month of November, December, January 2015, there were lots of news report about women that were been sold in the market, young girls been sold and the sex slavery and all that, and we started to look at ideas on how to put together a team in order to be able to negotiate the release of those girls. Until today, we have negotiated the release of 140 women and girls from the point where they were held sexual slaves⁴.

According to Steve Maman, there are two types of negotiation: in one type, he gives money to strugglers – Iraqi men who know captivities' location and have some information on soldiers' fragilities, which enables him to rescue women and girls; in the other type, families are wealthy enough to pay for the rescues. Despite the fact this operation is based on negotiations, Mr. Maman is emphatic in his defense of not negotiating with Islamic State soldiers.

³ One of these Foundations is CYCI, The Liberation of Christian and Yazidi Children of Iraq, founded by Steve Maman. CYCI has rescued Yezidi women and girls through different ways with the same agent: a struggler – a person who knows captivities' fragilities.

⁴ Interview in February 2016. Some of its content can be read at <http://fuentelatina.org/el-judio-que-ha-salvado-a-los-yazidis/>

He explains he uses money solely to pay the so-called strugglers – the Iraqi men who actually rescue women and girls from captivity. Whether it is correct or not is not the aim of this article. However, it was important to quote this rescue strategy as an example of action to save Yezidis that has nothing to do with governmental procedures.

Through his organization, CYCI, Steve Maman let the world know there was a way to save women and girls who were captured as slaves and it brought two consequences: rescue prices went up, making it more difficult to save Yezidis; but, on the other hand, it let the world know some enslaved women and girls were being rescued and, as free people, they were able to share their testimonies with the world.

Last year, many newspapers and newscasts started writing stories on girls who were treated as slaves and some of them allowed reporters to record interviews. Those testimonies were important to confirm the revival of slavery in 21th century.

Despite all reports and testimonies, only a few months ago, in March 15th 2016, United States finally recognized the genocide against Yezidi people in Syria and Iraq – not only regarding women and girls, but also men, as many of them have been deliberately executed every day.

This article focuses on the treatment received by women and girls who remain enslaved in dozens of buildings in Iraq and Syria. A study on how this perverse system works might help the academic community to raise awareness over the urgency of measures that effectively guarantee women's rights.

Yezidi Religion

Yezidi Religion has drawn the attention of many researches in the past years. Although several elements found in this religion derivate from an ancient Iranian faith, researchers haven't come to a conclusion over the origins of this Religion, as it has some features of Islamism, Zoroastrianism and the faith of Ahl-e Haqq⁵. The lack of consensus over Yezidism was widely studied by Philip G. Kreyenbroek in 1995.

Besides the difficulty to identify Yezidism's origins, Kreyenbroek (1995) also points out another challenge to understand it: the absence of a sacred book. Scholars found some religious texts, but evidences proved Yezidism is a non-literate religion and this feature makes Yezidism different from other religions before the eyes of Islamic State⁶.

The Yezidi tradition can only be understood as the product of a long period of oral transmission. The lack of a written tradition has, as we saw, prevented the development

⁵ Ahl-e Haqq is a cult probably originated among Western Iranians in which people believe some nature elements such as water, air, fire and earth must be respected because they are signs of god.

⁶ One of the reasons presented by Islamic State to persecute Yezidis is the absence of a sacred book. Some reports have shown that for Christians and Jews – Religions that follow a sacred book – IS usually give them the chance to pay a fee to live when they don't want to convert themselves to Islamism. This option is not offered to Yezidis, which shall die if they do not convert to Islamism. Therefore, the absence of a sacred book may be one of the reasons used by IS to justify its efforts to eradicate Yezidis.

of a formal theology, or the emergency of a single, monolithic system of beliefs. (Kreyenbroek, 1995: 19)

Another feature of Yezidism that has been frequently used as a justification to its followers' persecution is the fact they worship not only God, but also a figure known as Tamusi Malak, which is the Angel Peacock created by God prior to the world's inception – this worship has historically been misunderstood as devil's devotion. In fact, Orthodox Muslims believe this angel is Satan itself, hence, according to them, Yezidis don't deserve the protection of Islamic law as they are considered Satan's devotees. This might explain why followers of Orthodox Islam have persecuted Yezidis since 1.442⁷, when one of Persian theologians named Jalāl al-Dīn Muhammad ibn 'Izz al-Dīn Yūsuf al-Hulwānī ordered the killing of a large number of Sheikh Adī's followers in the Kurdish Hakkarī Mountains⁸.

Despite the absence of a sacred book, some Yezidi precepts can be found in two documents (one made by the Ottoman government in 1872 – and another made in 1908 as a request of Armenian Yezidis)⁹. Here are some of their main points (Kreyenbroek, 1995):

- Every member of the sect must visit the shrine of Sheykh Adī every year.
- Every member must go to a place to see the rising sun where there is no Muslims, Jews or Christians.
- Yezidis must avoid dark blue clothes
- Yezidis cannot enter a closet, go into a public bath, and eat with the spoon of a Muslim.
- Yezidis believe in one God.
- Yezidis does not have a scripture.
- It is forbidden to have relations with people from different countries.
- Yezidis must build schools so as to instruct children in science and language.

Sex Slavery justifications

As highlighted before, the misunderstanding over the Yezidis worship in Tamusi Malak dates back to the origins of Yezidism and some documents have evidences that Orthodox Muslims have historically persecuted Yezidis.

⁷ It can be deduced that the persecution against Yezidis is historical. Orthodox Muslims never accepted their existence as they believe Yezidis are Satan's devotees. Hence, the appearance of Islamic State increased hate to a level in which extremists believe Yezidis don't deserve to live.

⁸ Sheykh Adī is one of the most important figures of Yezidism, which is why his tomb is a place of pilgrimage. As other scholars, Kreyenbroek considers him one of the key persons that enabled the emergence of Yezidism. He was born in 1073 or 1078, had Sufi training in Iraq and gained the reputation of mystic. Many people decided to follow him in the Hakkari Mountains, Northern Iraq, and he soon became famous. He died in 1160 or 1162 (Kreyenbroek, 1995).

⁹ The first document is known as "the 1872 Petition" and was made to exempt the Yezidis from military service. The second document was written by a Yezidi in order to revitalize the community, mainly in other countries.

Currently, this persecution reappeared with Islamic State, which has released flyers teaching people how they can recognize a Yezidi so as to treat them different from people from other Religions such as Catholic and Jew. This differentiation becomes particularly clear if we read the fourth edition of the group's online magazine, Dabiq:

Their continual existence to this day is a matter that Muslims should question as they will be asked about it on Judgment Day (...) kill the mushrikīn wherever you find them, and capture them, and besiege them, and sit and wait for them at every place of ambush. (...) The Yazidis present-day creed – as it has changed over history – entails the worship of Iblīs who they consider to be a fallen but forgiven angel amongst the angels who were ordered to prostrate to Ādam! (...) Their creed is so deviant from the truth that even cross-worshipping Christians for ages considered them devil worshippers and Satanists, as is recorded in accounts of Westerners and Orientalists who encountered them or studied them. (Dabiq, 2014)

Unlike the Jews and Christians, there was no room for jizyah payment. Also, their women could be enslaved unlike female apostates who the majority of the fuqahā say cannot be enslaved. (Dabiq, 2014)

One should remember that enslaving the families of the kuffār and taking their women as concubines is a firmly established aspect of the Sharī'ah that if one were to deny or mock, he would be denying or mocking the verses of the Qur'ān and the narrations of the Prophet (Dabiq, 2014)

Despite the fact that Yezidi women and girls are the most targeted group to be enslaved, there are also reports of other minorities that have been captured and sold in slavery market.¹⁰

It is believed that in order to establish the sex slavery system, Islamic State released a pamphlet with some rules (always quoting the Qur'an) to be followed by its soldiers and supporters regarding sexual slavery. By way of knowledge here are some of its points: it is permitted to have sexual intercourse with a female captive if she is not virgin (in this case, her uterus must be previously purified) and even if she has not reached puberty (in this case, it is advisable to see if the girl fits for intercourse, but the pamphlet doesn't mention any limit age); it is also permitted to buy, sell or give the slaves as gift because they're merely property (in their own words)¹¹.

There are many evidences of young girls who have been raped by IS soldiers, indicating the concept of "fitting to sexual intercourse" seems to be only a matter of opinion.

The Sweden scholar Martina Johansson investigated the use of sexual violence by Islamic State since August, 2014. Through a qualitative method, using official documents that provide

¹⁰ Some reports from organizations dedicated to releasing Yezidis from captivity have spoken of Christian women and girls that have remained in the hands of Islamic State as sexual slaves. Nevertheless, they seem to represent a small number if compared to Yezidi slaves.

¹¹ The pamphlet's full content can be found at Free Yezidi Foundation's website: <https://www.freeyezidi.org/what-is-happening-to-the-yezidi-people/>

information on what IS has been doing to Yezidi women and girls, she tried to find reasons used by extremist groups to legitimate sexual violence. In her thesis, she identified at least three explanations: a religious one; a process to humiliate and intimidate Yezidi women and girls as to make them feel worthless; and a way to confirm the soldiers' masculinity – a common practice in conflict areas. Johansson (2015: 7) worked with these three possible explanations to the IS usage of sexual violence.

All those three possible justifications seem to play an important role in the construction of the sexual slavery system. Religion is used to legitimate the practice among soldiers and IS supporters. Many women's testimonies describe men praying before raping them and devoting this kind of rape (particularly referring to Yezidi women and girls) to God.

The humiliation and intimidation component is important to avoid Yezidi reactions, inflicting fear. And fear is known as an important tool used by terrorists, including those ones who swore loyalty to Islamic State. La Corte (2007) focused on the psychosocial approach to explain the usage of violence to instill fear.

The spreading of fear or terror through violence has a communicative dimension. Remember the relationship between terrorism and propaganda: after all, terrorist violence is a means to direct people's attention to certain problems (real, exaggerated or fictitious) and publicize the terrorist's political or religious demands (La Corte, 2007: 2)

Regarding sexual violence – especially the sexual slavery market – propaganda has seem to be used targeting national citizens, that is, reports and advertises seem to focus on IS soldiers, supporters and potential fighters (that used to live abroad and abandon their homes to join Islamic State in Syria and Iraq). This hypothesis may be true due to the relatively absence of slavery videos released by ISIS in the Internet, whereas mass executions and decapitations are widely disseminated in the Internet.

The third component studied by Johansson (2015: 9) is associated with masculinity concept and may be labeled as a universal explanation to the usage of violence against women in wartime since practically in all humankind's conflicts, there were indications of women raped and used as weapon of war.

In view of these three possible explanations to IS violence against women it can be inferred that all of them have played an important role in the establishment of the slavery market in Iraq and Syria. As Johansson concluded:

The findings in this thesis suggest that the sexual violence committed by ISIL against women and girls can be explained as weapon of war and has a strategic function in targeting the Yezidis. And the underlying reason for this is ISIL's religious doctrine, which permits and encourages them to use sexual violence against non-Muslim women and girls¹². (Johansson, 2015: 28)

¹² Despite the fact that there are some evidences of rapes of non-Muslim women and girls (not only Yezidis), reports made by many official organizations such as UN, Human Rights Watch and Amnesty International have shown that Yezidi women and girls are the most targeted group to be enslaved.

Historical approach of sex slavery

Victims' testimonies have left humankind shocked by the cruelty used by IS against Yezidi women and girls in the markets. A place where IS supporters buy and sell Yezidi women as goods.

Unfortunately, there is nothing new in trading human beings – including, for sex - as stated by Brooten (2010: 3):

Slavery as a legal institution has existed for most of recorded history and was allowed by Jewish, Christian, and Islamic sacred texts, traditions and religious law. The forms of slavery varied considerably but shared the underlying concept of owning a human body. That concept has had a profound impact on Jewish, Christian and Islamic thinking about sexuality and about marriage between women and men.

The professor of Christian's studies at Brandeis University, Bernadette Brooten, provides historical information on this issue in one of her researches, presenting evidences that slavery – including sexual slavery - might date back from the time of ancient Israelites and was, later, spread to the new World. In fact, the researcher defends that sexual slope has always played an important role in slavery history.

Regarding religious justifications to sex slavery, many scholars have found documents that confirm Christians, Jews and Muslims supported this practice in old times and, in some cases, they even encouraged it. One of these examples can be found in Brooten's book (2010: 6), where she quotes one instruction regarding this issue signed by Pope Pius IX in 1866:

Slavery itself, considered as such in its essential nature, it is not all contrary to the natural and divine law, and there can be several just titles of slavery... It is not contrary to the natural and divine law for a slave to be sold, bought, exchanged or given¹³.

Explanations for slavery are also found in the Qur'an as early Islamic jurists allowed male slaveholders to have sex with their slaves (Brooten, 2010:11): "...who abstain from sex, except with those joined to them in the marriage bond, or (the captives) whom their right hands possess..." (Qur'an 23: 5-6)

The verses above are, indeed, very used nowadays by Islamic State to explain the revival of sex slavery.

Islamic State's sexual slave market

In the light of constructivist theory, which considers the impact of rules and norms in social behavior, it is important to present some empirical evidences of how IS sexual slave market works in Iraq so as to try to understand how Yezidi people have coped with it and why

¹³ Instruction of the Holy Office, June, 20, 1866, signed by Pope Pius IX, cited by John Francis Maxwell, "The Development of Catholic Doctrine Concerning Slavery", World jurist 11 (1969-1970) 306-307

global authorities seem to have been doing little to extinguish it.

As Islamic State was advancing in his aim of creating a Caliphate, it created some rules that must be followed by people who live in areas IS has conquered: some of them are applied to thieves, others to Christians who accepts to pay a fee so as to not convert to Islam and there are some specific rules to slaves. These rules seem to have changed dramatically the way of life of thousands people who remain under the power of the extremist Sunni group, which is why the constructivist approach seems to be the most appropriated to help understanding the impact of a specific rule – the permission of slavery – in the behavior of a whole community. Currently many scholars tend to use the constructivist theory while studying extremists' action because it considers the importance of the ideological factor as stated by David Schild (2011: 16):

Neo-realism, is wholly unable to account for the rise to prominence of ideologically-driven, non-utilitarian transnational terrorist activity – military action (supposedly the realm of neo-realist analysis) taken by a non-state entity (unconstrained by a power hierarchy necessitated by anarchy) against a state entity with no strategic benefit inherent in the act (an act that is an end in itself, devoid of security enhancement)¹⁴.

Sexual slavery system appears to be an end in itself – not a mean to conquer more territories, through a military perspective. Therefore, ideological factor plays an important role in this matter and has to been taken into account as it is necessary to convince its supporters to buy slaves and to show Yezidi women and girls that if they don't obey their owners, they'll be punished.

Official reports, articles written by local journalists in Syria and Iraq, as well as interviews with people directly involved in rescue operations of Yezidis provide some information to start studying the sexual slave market established by Islamic State. After careful review of this material it was possible to infer that this sexual slave market seems to have been introduced in August, 2014 when IS took over Mount Sinjar, in Northern Iraq. On Skype, Pari Ibrahim (co-founder of Free Yezidi Organization), described what happened there.

In the morning people were fleeing from ISIS and family members were saying they were killing men and taking women and girls to sell them as sex slaves in markets in Raqqa, Syria, and Mosul, Iraq. And we heard that they were checking children under their arm – the young boys – if they had “hair”, they would shoot them immediately. If they didn't have any hair under their armpits, they would use these children, young boys, to train them and brain wash into ISIS fighters or suicide bombers. The boys that were too old were killed immediately and men were also killed. And young women were taken as sex slaves and the women that were too old to be sold as sex slaves, they were immediately killed. Too old is like really old women, I think above 35¹⁵.

¹⁴ Although this quote focus on terrorist actions, it seemed appropriate here because the article is about a practice that was established by an extremist group that is recognized as terrorist by the international community. Neo-realism theory tend to have a military approach and to set aside the ideological influence in the international process. Regarding sexual slavery, coercion power is not only dictated by military sources, but mainly through ideological strategies, as the Islamic State uses Religion to justify its practice.

¹⁵ Interview given to me in February 21st, 2016, verbal information, Rio de Janeiro, Brazil, interview made through Skype.

In the article *ISIS Enshrines a Theology of Rape*, the journalist Rikmini Callimachi moves forward in this study. She explains how dozens of women and girls were taken from Sinjar and transported to Mosul. According to her, they were forced to get into white buses with the windows closed with curtains so as to not allow them to see the road. Survivors' testimonies indicate IS soldiers used to put dozens of women and girls in the same bus and after around six hours they were forced to get into some buildings, such as the Galaxy Wedding Hall and one of Saddam Hussein's palace. She adds that in addition to Mosul, there are also reports indicating some women and girls were taken to elementary schools and municipal buildings in other Iraq cities such as Tal Afar, Solah, Ba'aj and Sinjar. As soon as they arrived there, IS fighters conducted a kind of census so as to identify the exact number of captives they were keeping in one particular place. Recent escapees say that when a slave is bought, her slaveholder receives a contract and if he sells her to another person, he needs to make a new contract, following the same model used for property transfers. The slave can be set free if her owner signs her freedom. There is one testimony of this in the latest Amnesty International report on sexual slavery in Iraq. One 13 year-old girl said:

He took me to his home and I slept in a room with his older wife while he slept in another room with his younger wife. The older wife was very nice to me. He said he had bought me because he felt sorry for me and wanted to send me and my little sister back to my family and indeed he did so (Amnesty International Report, 2014: 10)

In some cases, the soldiers' family doesn't agree with the slavery system, but is afraid of doing anything to help setting free the slave. Fear seems to have been deeply ingrained in people under the domain of Islamic State, which reinforces the theory that it has been used to avoid people's reactions against its rules and norms.

Reports made by Human Rights Watch, Amnesty International and OHCHR provide more information on the sex slavery system established in Iraq around August 3th, 2014 – when IS took over the region of Sinjar. The scholar Martina Johansson compiled seven of these reports and analyzed at least eighty interviews with women that escaped from IS between 2014 and 2015 so as to try to understand why Islamic State has been using sexual violence against women and girls, mainly the Yezidi ones. Therefore, her study is an important source of details, with testimonies that confirm the extreme violence used by Islamic State and its supporters.

From 9:30 in the morning, men would come to buy girls to rape them. I saw in front of my eyes ISIS soldiers pulling hair, beating girls, and slamming the heads of anyone who resisted. They were like animals... Once they took the girls out, they would rape them and bring them back to exchange for new girls. The girl's ages ranged from 8 to 30 years... Only 20 girls remained in the end (Johansson, 2015: 25)

Many women confirm that girls from 8 to 12 years old have been raped as the only prohibition addressed to IS soldiers is to have sex with a pregnant slave. Some girls were treated with so much violence that their bodies couldn't bare it. The journalist Rukmini Callimachi

interviewed a Yezidi woman who shared the household with a 12-year-old who was repeatedly raped:

He destroyed her body. She was badly infected. The fighter kept coming and asking me 'Why does she smell so bad?' And I said, she has an infection on the inside, you need to take care of her. (Callimachi, 2015: 4)

In some cases, women would rather die than being raped and, as a consequence, they committed suicide.

We were 21 girls in one room, two of them were very young, 10-12 years. One day we were given clothes that looked like dance costumes and were told to bathe and wear those clothes. Jilan killed herself in the bathroom. She cut her wrists and hanged herself. She was very beautiful. I think she knew that she was going to be taken away by a man and that is why she killed herself. (Amnesty International Report, 2014: 8)

Since August, 2014, the number of women and girls who managed to flee from Islamic State has increased and so has increased the number of testimonies confirming the trade of slaves, describing the violence and how soldiers and IS supporters have treated women and girls. In spite of offering valuable information on the operation of the sexual slave market, the reports mentioned above don't present any estimation of how many women and girls have fled until now, how many were raped, how many committed suicide. The only numbers we could access were those provided by Yezidi organizations, but they are only related to Yezidis, which appears to be the community most harmed by IS.

What about human rights

In the previous pages, it was explained that sex slavery is a practice that was justified by some religions in the past centuries and some of Qur'an verses have been used to justify the revival of this trade system in 21th century. It's true that slavery in seventeenth and eighteenth century need to be studied in those contexts, where some human beings were considered worthless. However, how can researchers explain the failure of human rights defense in our days as authorities were not able to avoid the establishment of sex slavery system in Iraq in August, 2014?

Despite the sex slavery system implemented by Islamic State, some similar practices appeared in recent years. Just to enumerate some of them: there are records of thousands of Korean women who were kidnapped during Second World War to serve as concubines to Japanese soldiers; during Civil War in Guatemala (1960-1996), extreme violence was used against women, including mass rapes and sexual mutilation. These examples appear to be some variations of sex slavery as none of them seems to have had a manual dedicated to it as the Islamic State made - as a clear measure to conduct this kind of trade.

If sexual slavery appears to arise once in a while in History, in spite of the existence of some international precepts that guarantee human rights, then, what would be the reasons for this sort of cyclic arisen?

In the study over the usage of women bodies in wartime, the student Beth Speake tried to explain it.

Historically, gender-based violence has been ignored and unpunished, implicitly condoned through the prevalent and widely held assumption that rape and sexual violence are an unavoidable and inevitable element of the conflict (IRIN, 2014). Moreover, despite the recent attention to the issue of gender-based violence, enforcement of human rights law and international human rights treaties, particularly those laws dealing with women's rights remains weak (McQuigg, 2007, p. 474) and gender-based violence continues to affect great swathes of the world's population. (Speake, 2012: 2)

After analyzing the extreme violence used against women in different conflicts in 20th Century, Speake came to the conclusion that international norms that should guarantee human's right remain weak. In the field of International Relations, it would be possible to conduct a deep investigation over the reasons why norms dictated by United Nations, for instance, haven't been enough to avoid such violent actions.

In this sense, the constructivist scholar Martha Finnemore researched specifically the norms around humanitarian intervention, which can play an important role in conflict areas. She analyzed changes in some norms along History that have a straight impact in areas where human rights have not been respected. Through a historical approach, she explained the universal concept of humanity, as we currently know, was consolidated after slavery abolition in 19th century.

The ways in which interveners identify with victims to determine who is an appropriate or compelling candidate for intervention, changed dramatically over the twentieth century as the "humanity" deserving protection by military intervention became universalized. The seeds of this change lie in the nineteenth century, however, with efforts to end slavery and the slave trade. With the abolition of slavery in the nineteenth century and decolonization in the twentieth, a new set of norms was consolidated that universalized "humanity". (Finnemore, 1996: 170)

Therefore, after slavery abolition and decolonization, all human beings started been considered worthy and some countries decided to intervene in situations where this right was not being respected. However, as the international measures to protect human's rights were moving forward, explanations to intervene became more and more diverse and started to undergo the approval of the United Nations, which sometimes make things difficult as it is not quite easy to please the five countries of Security Council.

The necessity of United Nations approval goes beyond humanitarian intervention. Following the multilateral approach that currently legitimates important decisions made by governments towards other nations, military actions also need UN's approval, which could have made it more difficult to put some strategies in practice against Islamic State.

Another hypothesis to the apparently weakness of human rights defense would be the often changed definition of who is recognized as a human being and deserves humanitarian assistance - which is a concept that has changed over the history.

Humanitarian intervention is not new. It has, however, changed over time in some systemic and important ways. First, the definition of who qualifies as human and, therefore, as deserving of humanitarian protection by foreign governments has changed (Finnemore, 1996: 184).

Regarding the sexual slavery system established by Islamic State, this point seems to play an important role because, historically, central countries as United of States and some European countries have usually been willing to take more rapidly action in conflicts where its people are directly involved, which is not the case regarding sexual slavery in Iraq and Syria. In this matter, it is inevitable to raise the question: what would happen if some European or American women and girls were negotiated and raped? What is the difference between Yezidi women and the European ones? Unfortunately, History has proved that nations are usually not very concerned about thousands of people who are used to living with violence in conflict areas, especially in Africa. Their problem seems to only become a global issue when it makes victims in the West.

Conclusion

After all that was exposed in this article, one last thing needs to be highlighted. The Universal Declaration of Human Rights was firmid in December, 1948 and has one specific article referring to slavery: “No one shall be held in slavery or servitude; slavery and the slave trade shall be prohibited in all their forms” (UN, 1948). This document was signed in 1948. Nevertheless sixty eight years later, there are lots of reports of women and girls who have been treated as properties and have been sold and raped in Iraq and Syria.

Many scholars have been dedicating their time to understand how this cruel type of gender violence still happens but it seems that more study need to be done. In this article, some possible explanations were pointed out (such as the weakness of international laws; the need of UN approval to start a humanitarian intervention, which sometimes is harder to achieve and, as a consequence, the people under a conflict remains without assistance; the variable concept that qualifies who deserves humanitarian assistance).

In spite all of that, further researches need to be done not only to understand why a secular violent practice continues making victims, but also to help authorities and governments to find an effectively way to extinguish it, mainly the system established by the so-called Islamic State.

With more research, the academy may contribute to set free thousands of women that remain under extremists' hands and put an end to this violent practice that has never totally been banned. ■

References

AMNESTY INTERNATIONAL. *Escape from Hell: Torture and Sexual Slavery in Islamic State Captivity in Iraq*, 2014. Available in: https://www.es.amnesty.org/uploads/media/Escape_from_hell_-_Torture_and_sexual_slavery_in_Islamic_State_captivity_in_Iraq_-_English.pdf Accessed on: May 2nd, 2016.

BROOTEN, Bernadette. *Beyond Slavery: Overcoming Its Religious and Sexual Legacies*. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

CALLIMACHI, Rukmini. ISIS Enshrines a Theology of Rape. *Assyrian International News Agency*, August, 2015. Available in: <http://www.aina.org/news/20150813132827.htm> Accessed on: April 2nd, 2016.

FINNEMORE, Martha. Constructing Norms of Humanitarian Intervention In: KATZENSTEIN, P. (org.) *The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics*. Ithaca: Cornell University Press, 1996. p. 153-185.

JOHANSSON, Martina. *Wartime Sexual Violence: the case of Islamic State in Iraq and the Levant (ISIL)*, 2015. Available in: <http://lup.lub.lu.se/luur/download?func=downloadFile&recordId=5468180&fileId=5468182> Accessed on: April 21th, 2016.

KREYENBROEK, Philip G. *Yezidism – Its background observances and textual tradition*. United of States: The Edwin Mellen Press, 1995.

LA CORTE, Luis de. *Explaining Terrorism: A Psychosocial Approach*, 2007. Available in: <http://www.terrorismanalysts.com/pt/index.php/pot/article/view/8> Accessed on: March 18th, 2016.

SCHILD, DAVID. *Constructivism as a basis for understanding transnational terrorism: the case of Al Qaeda*, 2011. Available in: <http://ujdigispace.uj.ac.za/bitstream/handle/10210/4228/Schild.pdf?sequence=3> Accessed on: June 26th, 2016.

SPEAKE, Beth. *Women's Bodies are battlefields*, 2012. Available in: <http://www.e-ir.info/2012/04/25/womens-bodies-are-battlefields/> Accessed on: April 21th, 2016.

THE revival of slavery before the hour. *Dabiq*, 4th Edition. October, 2014. Available in: <https://>

■ artigo

media.clarionproject.org/files/islamic-state/islamic-state-isis-magazine-Issue-4-the-failed-crusade.pdf Accessed on: March 15th, 2016.

UN General Assembly. *Universal Declaration of Human Rights*. 10th December, 1948.

Available in: <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>

Accessed on: March 29th, 2016.

WHAT happened to the captured women and children. *Free Yezidi Organization*. Available

in: <https://www.freeyezidi.org/what-is-happening-to-the-yezidi-people/> Accessed on:

March 29th, 2016.

A GLOBALIZAÇÃO COMO MEIO DE OCIDENTALIZAÇÃO DO ORIENTE MÉDIO

Ananda Vilela da Silva Oliveira¹

Resumo: A partir do conceito de globalização perversa de Milton Santos, esse artigo analisa a tentativa de ocidentalização do Oriente Médio que utiliza instrumentos econômicos e culturais para expandir as fronteiras do capitalismo. Para isso, serão utilizados dados históricos para uma análise qualitativa das mudanças no Oriente Médio, que podem ser fruto de uma globalização que busca a expansão de mercados, partindo-se da hipótese de que esta serve aos países mais fortes no sistema internacional, passando por cima de culturas milenares e universalizando a visão de uma região atrasada e inane.

Palavras-chave: Oriente Médio, Ocidente, Globalização e Ocidentalização.

Abstract: From the concept of perverse globalization of Milton Santos, this article analyzes the attempt to Westernization the Middle East using economic and cultural instruments to expand the boundaries of capitalism. For this, historical data will be used for a qualitative analysis of the changes in the Middle East, which may be the result of a globalization that seeks to expand markets, starting from the hypothesis that this serves the strongest countries in the international system, going over of old cultures and universalizing vision of a backward and inane region.

Keywords: *Middle East, West, Globalization and Westernization.*

Introdução

Utilizando o conceito de globalização perversa de Milton Santos, que relaciona as mudanças de estruturas culturais a partir da imposição de valores de um ser dominante no Sistema Internacional, o presente artigo tem como problema central a análise de diversas mudanças sociais, culturais e econômicas no Médio Oriente a partir da imposição de valores ocidentais na região. Para isso, foi analisado o conceito de globalização perversa de Milton Santos, relacionando os câmbios na sociedade daquela região, tais como inserção de empresas ocidentais e, mudanças nos hábitos culturais, com a entrada de valores alheios a região como forma de dominação da ordem regional nascente no Oriente Médio no pós-guerra fria.

Na primeira sessão foi apresentada a relação da criação da ideia do Oriente com as intervenções nesse lugar. Para isso, considerou-se o trabalho de Edward Said em *Orientalismo* e sua visão de construção de si a partir do outro. Também nessa sessão, expôs-se o conceito de globalização perversa de Milton Santos, a fim de dar luz às demais análises.

Na segunda sessão foi trabalhado um breve histórico da região, evidenciando as

¹ **Ananda Vilela da Silva Oliveira** é acadêmica do curso de Relações Internacionais e Integração da Universidade Federal da Integração Latino Americana na cidade de Foz do Iguaçu-PR. (ananda.vilela@hotmail.com)

intervenções francesas e inglesas num primeiro momento, e posteriormente a ingerência dos EUA. Os tratados de criação de novos Estados e as sutilezas das interferências ocidentais na região são trabalhados nessa sessão, dando o arcabouço histórico para a instrumentalização do capital trabalhada a seguir.

Na terceira e última sessão, buscou-se com exemplos, mostrar os efeitos da globalização na região, fez-se uma análise dos instrumentos capitalistas usados para compor as diferenças entre o antes e o depois da ocidentalização. Concretizando a hipótese de que por mais que a globalização seja entendida como benéfica pelos meios de comunicação dominantes, ela serve aos países mais poderosos no cenário internacional, que perversamente subordinam os Estados mais fracos a eles.

1. Marco teórico e a globalização perversa

Para que fosse possível a colonização no Oriente Médio, foi necessário não só força militar e ocupação de territórios, mas também o conhecimento sobre a cultura local, o idioma e as preferências daquela sociedade. A partir desse saber, a influência na região se tornou mais fácil, mas nem por isso menos violenta.

Por meio dessas intervenções, mais sutis ou mais incisivas, se constrói a ideia de Oriente, de fato, como uma analogia ao Ocidente, com os viajantes que iam para as terras árabes a fim de conhecer a cultura, para posteriormente inserir-se politicamente. Para Teresa Teófilo,

Há quem afirme que os portugueses criaram o primeiro orientalismo europeu a partir do século XVI. (...) as navegações marítimas portuguesas permitiram a construção de um império, não só territorial, geográfico, comercial, mas também cultural e imagético: o Oriente Português. Do contacto com culturas tão diferentes como a Índia ou a China, resultou uma construção da visão do Outro ao longo dos séculos. (TEÓFILO, 2003 *apud* MACEDO, 2006:08).

Portanto, é um conceito ocidental criado para reduzir a riqueza da cultura em relação à sua, é uma forma de conhecer e criticar, analisar e dominar. Essa dicotomia cultural se torna fonte de desentendimento, não só entre as duas civilizações diferentes, mas também no interior da região.

Nesses termos, ao estudar a concepção do Oriente por meio do conhecimento de intelectuais, - que foram chamados de Orientalistas - Edward Said põe a tona o interminável duelo que existe entre as duas culturas, opondo civilização e barbárie, progresso e retrocesso, modernização e arcaísmo, Ocidente e Oriente.

Assim, o Oriente pode ser entendido além de uma ordem geográfica num plano cartesiano, representando uma construção ocidental com bases em estereótipos que reduzem a cultura e a homogeneíza, passível agora de ser dominada por um Ocidente também idealizado (MACEDO, 2006:9).

Acerca dos estudos de Edward Said sobre a criação do Oriente, o professor Helder Alexandre Medeiros de Macedo afirma que,

(...) trata-se de uma invenção do Ocidente, ou seja, de uma criação discursiva da Europa, com o objetivo de (re)afirmar: a) sua superioridade frente às regiões designadas como orientais, tidas como atrasadas e deslocadas no tempo e espaço; b) a identidade homogênea das populações européias, diversa da dos povos não-europeus; c) a necessidade de definição de um determinado lugar através do reconhecimento da alteridade, isto é, do Oriente (MACEDO, 2006:8).

Além disso, não só Said trabalhou a questão de invento do Oriente, mas também o sociólogo Sérgio Costa que problematizou a importância dos estudos pós-coloniais para as Ciências Sociais como um todo. Referindo-se ao Orientalismo como forma institucionalizada de produzir representações sobre a parte leste do mundo, que é confirmada e atualizada pelos conhecimentos e imagens recriados. Assim, o autor afirma que,

O oriente do Orientalismo, ainda que remeta, vagamente, a um lugar geográfico, expressa mais propriamente uma fronteira cultural e definidora de sentido entre um nós e um eles, no interior de uma relação que produz e reproduz o outro como inferior, ao mesmo tempo em que permite definir o nós, o si mesmo, em oposição a este outro, ora representado com caricatura, ora como estereótipo e sempre como uma síntese aglutinadora de tudo aquilo que o nós não é e nem quer ser (COSTA apud MACEDO, 2006:9).

Portanto, pode-se entender que o Ocidente criou sua própria identidade em contraposição ao Oriente. Essa ideia foi consolidada pelos valores como a racionalidade, o desenvolvimento e a superioridade do lado oeste do mundo. Ao leste, atribuiu-se características como inferior e subdesenvolvida. Esse discurso foi em muito fomentado pela presença das três potências – França, Inglaterra e Estados Unidos – na região do Oriente Médio cada uma há seu tempo, foram esses territórios imaginativos que produziram e construíram versões do Oriente.

Nesses termos, o Ocidente considera a si próprio como superior a qualquer outra civilização existente ou que já tenha existido. Tem como base para essa afirmação dois fatores importantes para a história europeia e para o resto do mundo colonizado por eles, o Renascimento e o retorno da cultura greco-romana para a modernidade, saindo do escuro da idade média, e também a descoberta do Novo Mundo na margem oposta do Atlântico (MACEDO, 2006:13).

A partir do conhecimento de um mundo aquém do conhecido até então, surge a necessidade de discernimento e transformação do outro, por meio da religião, formas de vida, economia, política e o que for passível de mudança, isto é, inicia-se um processo de aculturação do outro.

Por isso, como efeito da dilatação da cultura ocidental pelo mundo por meio das colonizações e intervenções militares, vê-se um processo profundo de ocidentalização, ou seja, um

(...) movimento de difusão/imposição da cultura ocidental nas colônias dos Impérios Ultramarinos – em outras palavras, à conquista das almas, dos corpos e dos territórios do Novo Mundo. Esse movimento de ocidentalização, levado à frente por castelhanos e posteriormente por portugueses, produz situações de

choque e relações de poder entre os recém-chegados (os europeus) e os que se encontravam na terra firme (os nativos). Segue mais ou menos o mesmo padrão – o da imposição da cultura ocidental sobre os modos de vida e as cosmogonias nativas –, porém, cria especificidades dependendo da porção do continente que estava sendo ocupada (MACEDO, 2006:17).

Assim, tendo em vista que a ocidentalização se inicia com a colonização, a globalização da continuação a esse sistema. O processo de globalização é, antes de tudo, um processo econômico e político, que consegue atingir todas as culturas e povos de forma heterogênea, e trazendo desenvolvimento desigual às diversas nações do globo.

Dessa forma, assim como o imperialismo foi uma etapa do capitalismo, a globalização está sendo mais um estágio. Esse atual momento leva o capital a territórios inimagináveis, ultrapassa fronteiras, passando por cima de valores e culturas em busca da expansão do capital financeiro. O desenvolvimento da produção e comércio é agora sobreposto pela financeirização da economia.

Nesses termos, Milton Santos afirma existir três mundos contidos em um. “O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro o mundo como ele pode ser: uma outra globalização” (2000:09).

Com foco da globalização perversa, entende-se que a

(...) perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização (SANTOS, 2000:10).

Com o fim de permitir a ampliação de conhecimento no planeta, a informação funciona como um canal de saber, que se torna despótico a partir da globalização. Com a intenção de apresentar uma ideologia, a informação chega já manipulada tanto à população quanto às empresas, a fim de convencer. Ademais, é inegável perceber que as principais redes televisivas do mundo passam imagens de árabes associadas ao terrorismo (SANTOS, 2000:19).

No pós 11 de setembro, a mídia fez eco aos discursos de guerra ao terror, mas não evidenciou que o termo terrorismo foi usado ainda no governo Reagan nos EUA, com a invasão à Nicarágua e as atrocidades feitas naquele país (CHOMSKY, 2003:118). Isso acontece porque a imprensa hoje é uma máquina capitalista, que busca manter o poder político e econômico por meio de ideologias que condiciona a população.

Em entrevista em 2003, o Professor Noam Chomsky reitera a necessidade de uma mídia imparcial e democrática, que realmente informe ao invés de disseminar ideias que mantenham o *status-quo*. Seria necessário não demonizar, mas mostrar com clareza os fatos e discursos daqueles que fazem a guerra acontecer.² A internet pode ocupar o lugar

² Entrevista realizada por Federico Casalegno (MIT) e traduzida por Adriana Amaral (Doutoranda do PPG-

de imprensa informadora, quando proporciona uma quantidade infinitamente maior de fontes com perspectivas diferentes.

Um conceito muito difundido na era da globalização é o de “aldeia global”, que faz referência à aproximação das pessoas, “um mundo só, pelas mãos do mercado global, coisas, relações, dinheiros, gostos largamente se difundem por sobre continentes, raças, línguas, religiões, como se as particularidades tecidas ao longo de séculos houvessem sido todas esgarçadas” (SANTOS, 2000:21). Dentro desse conceito, discute-se a ideia de um cidadão global, uma população desterritorializada.

Nesses termos, o pensamento de uma cidadania global não explica as medidas governamentais que restringem a entrada de imigrantes em diversos países, não explica as cotas de refugiados derivados das guerras no Oriente Médio que os países europeus estão impondo.³ Milhões de sírios são obrigados a saírem de seus lares em virtude da guerra, buscando abrigo em países que pregam a democracia, a solidariedade e a globalização como forma de aproximação dos povos e culturas, porém não os aceitam.⁴

Ao estudar os fatores da globalização perversa, Santos também aborda a violência do dinheiro. Em outras palavras, a monetarização da economia e a “presença do dinheiro em toda parte acaba por constituir um dado ameaçador da nossa existência cotidiana” (2000:22). Um grande exemplo dessa violência é a criação da guerra como meio de abrir mercado.

A percepção de insegurança no mundo proporcionada pela chamada Guerra contra o Terror conduzida pelos EUA, após 2001, propiciou ainda um aumento considerável na venda de armas para os países em todo o mundo. As 100 maiores empresas produtoras de armas do mundo venderam US\$ 410 bilhões em armas e serviços militares em 2011. Um estudo do Sipri mostra que a despesa militar no mundo, em 2011, foi de 1,6 trilhão de dólares, um aumento de 40% em 10 anos (CARTA MAIOR, 24/03/2013).

Guerra do Iraque em 2003 proporcionou aos Estados Unidos, através das ações de *nation-building*, contratações de:

centenas de empresas para uma gama enorme de atividades sob a rubrica “reconstrução”: infraestrutura do país (sistemas de água, eletricidade, gás e transporte), escolas e hospitais; serviços de segurança aos “novos trabalhadores”, treinamento das forças iraquianas e suporte logístico às operações antiterrorismo; serviços financeiros, e, naturalmente, a sua indústria petrolífera. A maior parte dos recursos foi alocada na contratação de empresas privadas de segurança. Em 2008, os dez principais fornecedores de serviços militares receberam cerca de US\$150 bilhões em contratos (CARTA MAIOR, 23/03/2013).

COM - PUCRS).

³ Em setembro de 2015, a União Europeia estabeleceu cotas de 120 mil refugiados em seus territórios. (G1, 22/09/2015)

⁴ Sete dias após o atentado a uma casa de shows em Paris (13/11/2015), a Câmara dos Representantes (equivalente à Câmara dos Deputados) dos Estados Unidos aprovou por 289 votos a favor e 137 contra um projeto de lei que aumenta exigências no processo de triagem de refugiados da Síria e do Iraque. (TERRA, 19/11/2015)

Com isso, observa-se que a globalização é um conceito construído com o intuito de transformar as populações de diversas partes do planeta em uma massa de consumo. Pode-se então, descartar todas as fantasias maravilhosas de um mundo integrado e amigável, que supõe a participação de toda sociedade nas transformações mundiais, pois essas informações não passam de fábulas (SANTOS, 2000:10).

2. Contexto histórico e a construção do Oriente

O Oriente Médio, berço das três religiões reveladas e de muitas civilizações, por muito tempo foi o centro do mundo, com modernas técnicas de comércio. (VISENTINI, 2012:16). Contudo, a presença ocidental na região foi limitando a sua autonomia ao longo do tempo.

A intervenção estrangeira tornou-se mais expressiva a partir do século XIX. Com França e Grã-Bretanha dominando o Canal de Suez que era passagem obrigatória para o comércio entre Europa e Ásia, e usando o Egito como trampolim para dominação de toda a região, a exploração dos recursos naturais na localidade era questão de tempo.

Nesses termos, o Irã foi de suma importância para a aproximação do ocidente com o Oriente Médio, com a criação em 1933 da Anglo Persian Oil Company, a primeira companhia a explorar petróleo na região. Posteriormente Londres também passa a tomar conta do Áden, do Kuwait, de Bahrein, de Omã e dos pequenos emirados da Península Arábica (ARANTES, 2012:1).

No início do século XX, pós-primeira guerra mundial, com a dissolução do Império Otomano, a intervenção ocidental se tornou ainda mais significativa. Com os protetorados ingleses e franceses regendo a economia, política e sociedade da região, além do período das independências. Além disso, foi nesse período que as independências eclodiram, revelando as assimetrias e as divergências culturais impostas na região.

A situação se agravou ainda mais a partir do Acordo Sykes-Picot, em 1916, entre França e Inglaterra. Esse tratado secreto preparava a divisão do Império Otomano entre as duas zonas de influência no pós-grande guerra e foi a partir deles que os Estados artificiais⁵ da região foram criados.

Esses territórios, submetidos a governos monárquicos favoráveis aos interesses das metrópoles, corroboraram para a manutenção da situação nos eixos por tempo que interessasse aos britânicos (ARANTES, 2012:03). Ao Reino Unido coube a Palestina, a Transjordânia e o Iraque, à França coube o Líbano e a Síria. (VISENTINI, 2012:19). Concomitante aos acordos com os franceses, a Inglaterra também assinou tratados contraditórios com árabes e judeus. Prometendo a criação de um grande Estado Árabe,

⁵ Em oposição ao conceito de “fronteiras naturais” que delimita os Estados a partir da divisão dos territórios por rios, montanhas ou fatores naturais que os diferem. Portanto, fronteiras artificiais podem ser entendidas como linhas imaginárias que separam os Estados, normalmente estabelecidas por acordos políticos. JERONÍMO, Patrícia. O regime internacional dos espaços. Disponível em < http://www.fup.pt/files/biblioteca/pdf/10_pdf_eqvtfg4kis2c_livro_dip_espacos.pdf>.

a intenção inglesa com os árabes era conter insurgências caso houvesse contrariedade à ocupação do território turco. Já com os judeus, foi assegurado o estabelecimento da Palestina como sua terra, ganhando a simpatia da comunidade judaica e afastando o perigo da concorrência francesa.

Já para meados do século, o fim da II Guerra Mundial soma à antiga lógica do Oriente Médio novos atores centrais para a esfera internacional. Dividindo o mundo a partir de sua influência e interesse, os principais atores do momento passam a serem Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Todavia, a promessa de um Estado judaico por parte dos ingleses ainda estava em pauta. A partir do encaminhamento da “questão palestina” à ONU, em 1948, foi criado o Estado de Israel na terra sagrada da Palestina. A situação tornou insustentável a relação entre árabes e judeus. Transformando a contrariedade aos países do ocidente em ódio, os médio-orientais veem no fundamentalismo islâmico um modo de barrar a influência ocidental nos países árabes e em seu entorno (VISENTINI, 2012:22-28).

Além disso, a Guerra Fria deixou marcas nos países ainda colonizados, que foram se rebelando contra as intervenções estrangeiras em seus territórios. A luta partia de várias frentes, a maioria de cunho nacionalista, que procuravam a autonomia de seus países. O domínio das antigas metrópoles se tornava mais fraco à medida que se via diretamente afetado pelas duas grandes guerras.

Assim, por volta de 1950, as nações árabes se lançavam na onda independentista, com a criação da Liga Árabe culminando em instituição pan-arabista. Ferraboli afirma que “entre os anos de 1954 e 1973, temos um Mundo Árabe recém-independente politicamente, mas não economicamente, que sofre os efeitos da Guerra Fria e que é atormentado pela difícil escolha entre soberania estatal e pan-arabismo” (2007:76).

A redefinição dos novos inimigos dos EUA no contexto do pós-guerra fria acrescentou elementos para as preocupações do país. Policiando as relações entre os Estados que se tornavam independentes, os EUA passam a representar o papel de xerife do mundo. Por conseguinte, encontraram no Oriente Médio sua fonte de recursos e forma de deixar ainda mais claro sua hegemonia não só militar, mas também política e ideológica, aumentando seu poder.

Assim, os Estados Unidos se utilizaram de mecanismos econômicos para propor um mundo livre e democrático, exportando seus valores além das fronteiras do mundo ocidental, conseguindo aliados na região que poderiam justificar as intervenções militares. A denominação de *rogue states* (ou Estados párias) marcou ainda mais a tentativa de dominação do Oriente Médio pela potência, possibilitando que essa dominação fosse aceita pelos demais países do Sistema Internacional, visto que agora não era somente uma intervenção comercial/financeira, era pelo bem global.

Por *rogue states* entendem-se países que tentavam “a busca pela obtenção e pelo desenvolvimento - ou já a posse - de Armas de Destruição em Massa (Weapons of Mass

Destruction) e o apoio ao terrorismo” foi levada a cabo pelos dirigentes estadunidenses definindo os países que não compartilhavam de seus princípios (MIZUTA, 2012:01). Segundo o Governo Bush, esses Estados são os que

“brutalize their own people and squander their natural resources of the personal gain of the rulers, display no regard for international law, are determined to acquire weapons of mass destruction, sponsor terrorism around the globe, and reject basic human values and hate the United States and everything for which it stands.” (NSSUSA 2002:13 apud MIZUTA, 2012:02).

Chomsky também trabalha a partir da declaração de *rogue state* por EUA e Inglaterra para países como Iraque: *“The Washington and London declared Iraq a “rogue state,” a threat to its neighbors and to the entire world, an “outlaw nation” led by a reincarnation of Hitler who must be contained by the guardians of world order, the United States and its British “junior partner”.* (CHOMSKY, 1994:01) O autor ainda afirma que o conceito é usado para determinar países que vão em contra da dominação estadunidense, a *““rogue state” is not simply a criminal state, but one that defies the orders of the powerful—who are, of course, exempt.”* (CHOMSKY, 1994:16).

A partir da dita definição de inimigos no pós-guerra fria e do ataque à Nova York e Washington em 11 de setembro de 2001, o então presidente estadunidense George W. Bush discursa acerca da tentativa de criação de uma nova ordem mundial com base no interesse nacional desse país, e a guerra ao terror dava legitimidade a esse tipo de ação:

Most Americans know instinctively why we are in the Gulf. They know we had to stop Saddam now not later. (...) They know we must make sure that control of the world’s oil resources does not fall into his hands, only to finance aggression. They know that we know to build a new, enduring peace, based not on arms race and confrontation but on shared principles and the rule of law” (State of the Union, 1991 apud CASTRO, 2010:20)

Dessa forma, entende-se que o interesse ocidental no Oriente se deu por motivos econômicos na fase imperialista do capitalismo. Esse interesse teve como objetivo a expansão do mercado, isso foi alcançado por meio de diversos instrumentos, que não só possibilitaram esse aumento de consumo, mas também modificaram tradições e costumes na região.

3. Instrumentos capitalistas na ocidentalização do Oriente Médio

Assim, a ocidentalização passou de geração em geração, iniciando-se durante a colonização ibérica e atingindo qualquer país que sofreu intervenção ocidental posteriormente, se tratando de uma forma de dominação e controle de determinada população ou política. Com a expansão do capitalismo, tendo seus pilares no livre comércio entre as nações, o processo de ocidentalização intensificou-se ainda mais, fazendo com que as populações de diversos territórios fossem afetadas por mudanças externas, independente de suas vontades.

A ocidentalização, que já era maléfica desde o início do período colonial europeu, ganhar forças com a expansão do capital estadunidense, a obtenção de lucro se torna mais importante que o bem estar da população. Isso é exatamente o que ocorre no Oriente Médio, o capital atravessou fronteiras e deixou de afetar somente os nacionais das principais potências, atingindo o mundo todo. Segundo Tavares e Belluzzo,

(...) a internacionalização do capital se dá a partir da estrutura da grande empresa, (...) e condensa todos os mecanismos interiores de expansão: mercantis, industriais e financeiros. Condensam também as práticas dos Estados imperiais anteriores, desde o impulso expansionista, até a face protecionista interna e francamente intervencionista na defesa das reservas estratégicas de matérias primas (TAVARES e BELLUZZO, 2004:116).

Dessa forma, aproveitando-se da fragilidade da população da região e também do medo da violência, os Estados Unidos usam a retórica da proteção contra a guerra ao terror e do mantimento das reservas de petróleo disponíveis para consumo, a fim de expandir seu mercado e acumular capital, usando os instrumentos da globalização, como os meios de comunicação, o cinema, a moda e as formas de vida para facilitar o trabalho.

A combinação dos instrumentos de poder é fundamental para a construção positiva dos países no Sistema Internacional. Os Estados Unidos são o maior exemplo disso, quando faz a combinação quase impecável de *hard power* e *soft power*, interagindo de maneira eficiente o seu *smart power*. Assim, a potência consegue “persuadir, traçar interesses em alianças, executar uma agenda internacional que lhe traga credibilidade, mantendo ou conquistando novos aliados, seja por valores políticos ou ideologias culturais” (NYE, 2010 *apud* BAJAA, 2015:02).

Uma das ferramentas mais utilizadas pelos Estados Unidos para invocar a opinião pública a seu favor é o cinema. Através de Hollywood, é disseminada uma visão orientalista sobre arabismo, terrorismo e islamismo, que é tida como verdade por grande parte da população ocidental. Segundo Bajaa, “a Indústria Hollywoodiana é se não o maior, o mais eficaz expoente de proliferação da cultura estadunidense ou das concepções de mundo que esta nação tem em relação às demais” (2015:19).

Em 1985 e 1988 estrearamos filmes *Águia de Aço I e II*, respectivamente, que previram a Guerra do Golfo, como forma de disseminar um sentimento antiárabe, demonizando mulçumanos, fazendo com que os mesmos recebessem tratamento diferenciado onde estivessem (BAJAA, 2015:04). Hollywood não cessou seus investimentos na criação de filmes que indis põem culturas e civilizações, produções como *Nova York Sitiada* (1998), *Borat* (2007), *Guerra ao Terror* (2010), *Argo* (2012), *A Hora mais Escura* (2013) e *Sniper Americano* (2015) que tiveram grande apreço da academia, expõem a visão genérica e hostil dos estadunidenses para com os árabes.⁶

Por meio desses filmes, os orientais em geral, e os árabes e mulçumanos em particular, são mostrados com estereótipos construídos, nunca como cidadãos civis entendidos

⁶ Todos os filmes foram encontrados em resenhas do site < <http://www.adorocinema.com/>>.

como normais, mas como desajustados socialmente, interessados apenas em suicídio e forma de causar a morte de demais pessoas, semeando o ódio e desavença por meio da cultura. O enredo maniqueísta, dividido entre o lado bom e o ruim da história, cria certa empatia com os soldados estadunidenses e antipatia aos árabes, a quem não é dado o direito de voz. A estratégia de falar pelo outro é mais uma forma de aculturação, tomando-os como incapazes de contar sua própria versão da história, consegue-se a imposição do pensamento ocidental.

A moda também exerce papel importante na ocidentalização do Oriente Médio como forma de homogeneização de uma cultura baseada no consumo de massa e nos processos de globalização. A roupa não tem só a função de proteção do corpo contra frio e umidade, mas desempenha também o papel de indicar uma identidade, uma origem ou forma de vida (SASAKI, 2010:03).

No entanto, é comum encontrar nas cidades do Oriente Médio, homens sentados em cafés, vestidos com calça jeans e camiseta, vestimentas muito distintas das que marcaram suas culturas durante séculos e que se assemelha do vestuário ocidental. Embora os homens estejam, em relação às roupas, acompanhando as tendências ocidentais, a maioria das mulheres ainda continua usando as tradicionais burcas ou *hijab*, sendo excluídas das mudanças no mundo *fashion* (SASAKI, 2010:02).

Ainda que a ocidentalização da moda esteja atingindo uma parte da população oriental, ela não é maioria, visto que as classes mais abastadas são as que têm acesso ao consumo de tais produtos, afastando as mudanças de grande parte do povo. As modificações no vestuário oriental, feminino principalmente, não se dão explicitamente nas roupas, mas sim nos acessórios e sapatos, que não são rechaçados em suas próprias sociedades, ou seja, mesma que tenha imposição da cultural ocidental e certa abertura por parte daquela sociedade, ainda se tem resguardo com algumas características das culturas milenares.

Não somente as roupas são de acesso das classes mais altas, mas também as formas de vida e consumo ocidentais internacionalizadas, como a alimentação. Segundo Santos, o

(...) alimento constitui uma categoria histórica, pois os padrões de permanência e mudanças dos hábitos e práticas alimentares têm referências na própria dinâmica social. Os alimentos não são somente alimentos. Alimentar-se é um ato nutricional, comer é um ato social, pois constitui atitudes ligadas aos usos, costumes, protocolos, condutas e situações. Nenhum alimento que entra em nossas bocas é neutro. A historicidade da sensibilidade gastronômica explica e é explicada pelas manifestações culturais e sociais, como espelho de uma época e que marcaram uma época. Nesse sentido, o que se come é tão importante quanto quando se come, onde se come, como se come e com quem se come (SANTOS, 2006:1).

A internacionalização da comida compartimentada, ou *fast food*, se dá por meio da *McDonald's Corporation*, que exporta seus restaurantes pelo mundo todo. Como resultado, diferem a forma alimentar dos lugares onde está presente, impondo sua

dominação alimentar em termos econômico, social, político e cultural, baseada em uma grande explosão de consumo. “Desde 1993, os países do Oriente Médio cedem ao Império Mcdonald, sendo que se estendeu neste ano para Israel e Arábia Saudita, e no ano seguinte, em 1994, invadiu o Egito, o Bahrein e os Emirados Árabes” (SANTOS, 2006:09). Apesar de a modificação alimentar ser imposta, isso de certa forma é aceito e internalizado como forma de diferenciação, “o que lhe traz a distinção e que lhe permite a mudança do estatuto sócio econômico e cultural” (BOURDIEU, 1979 *apud* SANTOS, 2006:03). Também é necessário entender que o problema vai além da imposição alimentar, com a internacionalização das grandes corporações, fortalecendo grandes monopólios e “constituindo um império estandardizado sobre o(s) seu(s) produto(s), suas matérias primas, seus modos de produção, de comercialização e de consumo” (SANTOS, 2009:03).

Na década de 90, um colunista do *New York Times* desenvolveu a Teoria dos Arcos Dourados, na qual afirma que os países que possuem McDonalds não guerreiam entre si. Em exemplos como Líbano, Jordânia e Arábia Saudita, que se abriram para a rede de *fast food*, e Síria, Irã e Iraque, que não tem o restaurante em seus territórios, vê-se que a teoria tem certa veracidade, uma vez que, os três primeiros não conflitam entre si, em diferença de Irã e Iraque tem sérias contradições e desavenças (SARFATI, 2005:102).

Todavia, a afirmação de que as guerras entre os possuidores de McDonalds não aconteceu é uma analogia à inserção do capitalismo nessas sociedades, mas seria certo afirmar que o capitalismo impede conflitos? Não, apesar de não lutarem entre si, diversos países capitalistas, inclusive esses já citados, financiam guerras contra Estados inimigos, quando não declaram combate diretamente.

Em síntese, a sociedade árabe está passando por modificações cada vez mais contundentes não só na sua forma de alimentar-se e vestir-se, mas também na forma de se portar frente à importação de inovações ocidentais na região. Observa-se que a aceitação da aculturação parte, principalmente, das classes mais altas, não atingindo a totalidade da população, mas que está mudando lenta e profundamente culturas milenares.

Considerações Finais

Em suma, entendendo a globalização como uma nova fase do desenvolvimento do capitalismo, que nas palavras de Vilas, faz parte de um processo

(...) multissecular de expansão do capitalismo desde suas origens mercantis em algumas cidades da Europa nos séculos XIV e XV. Como tal, é parte integrante de um modo de organização econômica e social profundamente desigualador, baseado na exploração dos seres humanos e na depredação da natureza: um modo de organização social e econômica que associa o progresso de alguns com as desventuras de muitos; o êxito com o desalento; a abundância com o empobrecimento (VILAS, 2008:23).

Conclui-se que os meios utilizados pelas potências hegemônicas em seus períodos

de notoriedade, foram usados para que seus interesses fossem alcançados de diferentes formas, sob lentes sutis como a internacionalização de *fast foods* ou mais violentas como trabalhadas no texto, transformando a realidade da sociedade do Oriente Médio.

A irradiação de uma imagem de árabes violentos e sedentos por mortes de infieis legitima as intervenções militares no Oriente Médio, que tem como objetivo final a dominação da região, proporciona a abertura do mercado regional ao capital estadunidense. Um agravante dessa situação é a veiculação pela internet de vídeos com terroristas torturando ocidentais ou simpatizantes dos mesmos, ou seja, essa ação de grupos extremistas acaba por corroborar a imagem vendida no mundo todo pelo interesse do capital hegemônico.

Por meio dos estudos de Said e de dados históricos, foi possível perceber que não é um evento recente a ocidentalização no Oriente Médio. França e Inglaterra iniciaram o processo em meados do século XIX, ocupando o local durante anos, tendo em vista que aproveitaram de sua fragilidade social e econômica, dividindo o território a seu bel prazer. Em seu período de glórias, os dois países abusaram economicamente do território, levando a “modernidade” para eles em troca de recursos naturais estratégicos.

Atualmente, com a redução da força dos países europeus, a preponderância estadunidense nesses países é marcante, seja por meio de intervenções militares, como no caso do Iraque - que posteriormente passou a ser também através de empresas transnacionais - ou por meio de coalizões, como os casos da Arábia Saudita e Israel, que representam desde o início da presença estadunidense os principais aliados na região.

Portanto, como o propósito final desse artigo, considera-se que a globalização é um conceito construído sob a farsa da integração, que na verdade serve aos interesses das principais potências mundiais, notadamente os Estados Unidos. ■

Bibliografia

ARANTES, José Tadeu, (Kabir). **A invenção do Oriente Médio**. Disponível em: <<https://josedadeuarantes.wordpress.com/2012/04/10/a-invencao-do-orientes-medio/>>. Acesso em: 17 Nov. 2015.

BAJAA BAJAA, Ashraf Abdul Jabbar. **Construção hollywoodiana de um mundo antiárabe: o desconcerto de “Nova York Sitiada” sob um xadrez teórico**. NOVAS FRONTEIRAS: - v.2 n.1 (Jan-Jun) 2015. Revista Acadêmica de Relações Internacionais da ESPM-Sul. Disponível em < <http://novasfronteiras.espm.br/index.php/RNF/article/view/41>>. Acesso em 18 Nov. 2015.

BELLUZZO, L. G. M. ; TAVARES, M. C. . **A mundialização do capital e a expansão do poder americano**. In: José Luís Fiori. (Org.). O poder americano. 1ed. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 111-138

CASTRO SANTOS, Maria Helena. **O papel dos Estados Unidos na Nova Ordem**

Internacional e as intervenções militares americanas no pós-Guerra Fria: que lugar ocupa aí a democracia?. Boletim Meridiano 47, No. 117, 2010, p. 18 a 22. Disponível em: < <http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/436/259>>. Acesso em 17 Nov. 2015.

_____. **O Processo de Democratização da Terceira Onda de Democracia: quanto pesam as variáveis externas?**. Boletim Meridiano 47, No. 115, 2010, p. 15-18. Disponível em <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/467/281>>. Acesso em 17 Nov. 2015.

CHOMSKY, Noam. **Mídia, terrorismo e (des)informação**. Revista FAMECOS • Porto Alegre • nº 22 • dezembro 2003, p. 117-125. Disponível em < <http://revistas.univerciencia.org/index.php/famecos/article/viewFile/239/183>>. Acesso em 19 Nov. 2015.

_____. **Rogue States**. Z Magazine, April, 2994. Disponível em < https://chomsky.info/199804_/>. Acesso em 01 Ago. 2016.

FERRABOLI, Silvia. **Relações Internacionais do Mundo Árabe (1954-2004): Os Desafios para a Realização da Utopia Pan-arabista**. CONTEXTO INTERNACIONAL – vol. 29, no 1, jan/jun 2007, p. 63-97.

FOLHA. **Ataques coordenados aterrorizam Paris e deixam 129 mortos**. 13 de Novembro de 2015. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/11/1706236-policia-francesa-registra-tiroteio-e-explosao-em-paris.shtml>>. Acesso em 19 Nov. 2015.

FORBES BRASIL. **Entenda em 10 minutos como nasceu a crise no Oriente Médio, que chegou à França**. 16 de Novembro de 2015. Disponível em < <http://www.forbes.com.br/videos/2015/11/entenda-em-10-minutos-como-nasceu-a-crise-no-orientes-medio-que-chegou-a-franca/>>. Acesso em 19 Nov. 2015.

G1. **Ministros da UE entram em acordo para divisão de cotas de refugiados**. 22 de Setembro de 2015. Disponível em < <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/ministros-da-ue-entram-em-acordo-para-divisao-de-cotas-de-refugiados.html>>. Acesso em 19 Nov. 2015.

HALLIDAY, Fred. **The Middle East in International Relations: Power, Politics and Ideology**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2005.

KAMRAVA, Mehran. **The modern Middle East: a political history since the First World War**. University of California Press, 2005.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Oriente, Ocidente e Ocidentalização: discutindo conceitos**. Revista da Faculdade do Seridó, v.1, n. 0, jan./jun.2006.

MIZUTA, Karen Katarine. **Rogue States: o conceito e sua utilização sob a ótica construtivista**. IV Congresso Uruguaio de Ciência Política “A Ciência Política desde o Sul”. Associação Uruguaia de Ciência Política, 2012. Disponível em <http://www.aucip.org.uy/docs/cuarto_congreso/13122415%20-%20Mizuta,%20Karen.pdf>

NASSER, Reginaldo Mattar. **Iraque dez anos depois: a guerra é um grande negócio!**.

São Paulo, 24 de março de 2013. Disponível em < <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Iraque-dez-anos-depois-a-guerra-e-um-grande-negocio-/6/27750>>. Acesso em 19 Nov. 2015.

PRETO, Afonso Ouro. **Oriente Médio**. In: O Brasil no mundo que vem aí / I Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional, Rio de Janeiro, 6 e 7 de julho de 2006. – Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. p. 305-316. Disponível em < <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0452.pdf>>. Acesso em 19 Nov. 2015.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. 1ª ed. Companhia das Letras. São Paulo, 2007.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **O Império do Mcdonalds e a Mcdonalização da Sociedade: Alimentação, Cultura e Poder**. Seminário Facetas do Império da História. Paraná, 2006. Disponível em < <http://people.ufpr.br/~andreadore/antunes.pdf>>. Acesso em 19 Nov. 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das relações internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SASAKI, Silvia. **Moda no Médio Oriente: Aspectos Históricos e Culturais sob Influência Ocidental**. 6º Colóquio de Moda. 3ª edição internacional. São Paulo – SP, 2010. Disponível em <http://www.coloquiomoda.com.br/anais/anais/6-Coloquio-de-Moda_2010/71317_Moda_no_Medio_Oriente_-_aspectos_historicos_e_culturais.pdf>. Acesso em 18 Nov. 2015.

TERRA. **Cresce pressão para que EUA rejeitem refugiados sírios**. 19 de Novembro de 2015. Disponível em <<http://noticias.terra.com.br/mundo/cresce-pressao-para-que-eua-rejeitem-refugiados-sirios,d57c55e708dde61c0f452bf2d21299b8vuwdt192.html>> . Acesso em 19 Nov. 2015.

VILAS, Carlos M. **Seis idéias falsas sobre a globalização**. Estudos de sociologia, v. 4, n. 6, 2008, p. 21-61. Disponível em < <http://seer.fclar.unesp.br/index.php/estudos/article/viewFile/749/614>>. Acesso em 19 Nov. 2015.

SEGURANÇA REAL E VIRTUAL: OS NOVOS DESAFIOS DAS TEORIAS DE SEGURANÇA.

André E R S Aprigio¹

Isabel Estrada Carvalhais²

RESUMO: O artigo objetiva, de forma sumária, discorrer sobre os desafios contemporâneos das teorias de segurança, sob a visão europeia, apresentando diversos teóricos com uma visão desde o surgimento da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), passando pelo advento da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD). O artigo lança um olhar mais contemporâneo em um mundo, cada vez mais, ligado, interligado, interdependente e complexo, e que enfrenta “novas ameaças” constantes à segurança, também no mundo virtual, sobretudo em razão do surgimento do ISIS.

Palavras-chave: Europa, Estratégia, Segurança, Virtual, ISIS.

ABSTRACT: This article aims to briefly discuss the contemporary challenges to the security theories, in a European perspective, presenting several theorists with a vision from the emergence of the European Security and Defense Policy (ESDP), through the advent of the Common Security and Defense Policy (CSDP). This article provides a more contemporary look in an increasingly interconnected world, interdependent and complex, and that faces constant “new threats” to security, notably in the virtual world, especially due to the emergence of ISIS.

Keywords: Europe, Strategy, Security, Virtual, ISIS.

1. No mundo real

Durante o período pós 2ª Guerra Mundial, manter e reforçar os laços transatlânticos entre a Europa e os Estados Unidos passou a ser uma preocupação na agenda da política externa do Reino Unido. Este viu-se como uma ponte entre os dois continentes.

No entanto, o sistema de segurança mudou radicalmente após a Guerra Fria. Após o derramamento de sangue na região dos Balcãs, o governo britânico percebeu que a União Europeia (UE) deveria assumir uma maior responsabilidade pela segurança e defesa.

Além disso, a eleição de Tony Blair como primeiro-ministro marcou uma mudança fundamental na abordagem do Reino Unido em relação à Europa, favorecendo uma política de engajamento construtivo no seio das instituições europeias.

Como o Reino Unido, a França estava convencida de que a estabilidade doméstica e integração na UE pós-guerra fria já não bastava para garantir a segurança na Europa.

¹ **André E R S Aprigio** é doutorando em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade do Minho (UMinho - Portugal), mestre e especialista em Relações Internacionais pela mesma instituição, membro colaborador do Centro de Investigação em Ciência Política (CICP) e pesquisador visitante do IRI/USP | andre.aprigio@gmail.com.

² **Isabel Estrada Carvalhais** é professora do Departamento de Relações Internacionais e Administração Pública da UMinho, diretora do Programa de Doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais da mesma instituição e membro integrado do CICP. É doutora em Sociologia pela Universidade de Warwick, mestre em Sociologia pela Universidade de Coimbra e graduada em Relações Internacionais pela UMinho | isabelestrada@eeg.uminho.pt.

Ademais, um objetivo central da política externa e de segurança francesa já não era, há muito, criar uma política de segurança e defesa europeia (relativamente) autônoma para contrabalançar os EUA e complementar a OTAN. A França também esperava que essa política conduzisse a uma parceria transatlântica mais equilibrada.

A Declaração de Saint-Malo³ (1998, 1, tradução nossa), que levou à criação da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), explicita que a UE deve adquirir a “capacidade de ação autônoma, apoiada em forças militares credíveis, de meios para decidir sobre sua utilização e de vontade para fazê-lo, a fim de responder a crises internacionais.”⁴. No entanto, esse compromisso não deveria desafiar o papel da OTAN, uma vez que a UE deve agir em consonância com as respectivas obrigações com a Aliança.

Do outro lado do Atlântico, porém, a Declaração de Saint-Malo foi recebida com um certo grau de ceticismo. Alguns tomadores de decisão política americanos, incluindo a então secretária de Estado Madeleine Albright, expressaram publicamente suas preocupações com a iniciativa Franco-Britânica, pois pensavam que poderia prejudicar a OTAN, e levar à duplicação desnecessária no tocante a questões de segurança e política.

A missão da OTAN como uma aliança de defesa parecia estar completa, uma vez que a União Soviética havia se desintegrado. Mas foi durante a década de 1990 que a OTAN passou a focar em sua transformação. Novos órgãos foram criados para garantir a lealdade dos Estados emergentes: O Conselho de Cooperação do Atlântico Norte (NACC), posteriormente chamado Conselho de Parceria Euro-Atlântica (CPEA) e da Parceria para a Paz (PfP) foram os mais importantes, além do Conselho OTAN-Rússia.

Na Conferência da OTAN em 1997 foi tomada a decisão pelo seu alargamento. A França iniciou o discurso que poderia ter significado a sua reintegração na estrutura de comando militar e a Espanha se juntou à estrutura de comando militar da OTAN.

A missão da OTAN também foi transformada, sendo adaptada para combinar com o novo ambiente estratégico. O quadro operacional da OTAN teve de ser alterado, de modo a implantar maior flexibilidade e eficácia. Na reunião de junho de 1999 do Conselho Europeu, em Colônia, na Alemanha, os chefes de Estado e de Governo ressaltaram que a PESD visa dotar a UE com os meios necessários para assumir as suas responsabilidades, mormente no que tange à capacidade de tomar decisões sobre a prevenção de conflitos e gestão de crises definidas no Tratado da União Europeia (TUE), ou seja, as tarefas de Petersberg.

Os chefes de Estado e de Governo chegaram a acordo sobre arranjos institucionais para assegurar o controle político e a direção estratégica das operações Petersberg lideradas pela UE (*EU-led operations*). Na Conferência de Helsinki, em dezembro de 1999 (e reuniões posteriores), o Conselho Europeu definiu os papéis dessas instituições

³ Conferência de Saint-Malo, realizada entre os dias 3 e 4 de dezembro de 1998.

⁴ Cf. texto original em inglês “capacity for autonomous action, backed up by credible military forces, the means to decide to use them, and a readiness to do so, in order to respond to international crises”, disponível em: http://eeas.europa.eu/security-defence/index_en.htm.

de segurança e as suas novas atribuições. Assim, ficou decidido que essas instituições proporcionariam aos Estados-Membros da UE um processo de tomada de decisão eficaz em caso de crise.

Da Conferência de Helsinki resultou o chamado “*Headline Goal*”, pelo qual os Estados-Membros se comprometiam a criar um contingente de 60 mil homens mobilizável em até 60 dias e com capacidade sustentável de até um ano a fim de operacionalizar as tarefas de Petersberg. Assim, como a chave para o sucesso da IESD centra-se em capacidade (militar), restava-se evidente a intenção da UE.

As decisões então tomadas em Helsinki marcaram uma mudança significativa na evolução do regime de segurança da Europa, explicitando a real intenção europeia de se tornar ator principal (e não mais apenas um coadjuvante) no palco da segurança e defesa nos assuntos por muitos considerados como sendo do seu “próprio quintal”.

Com efeito, em novembro de 2000, os Estados-Membros da UE participaram da primeira *Capabilities Commitment Conference*, ou Conferência de Empenhamento de Capacidades, onde decidiram pelo “contributo voluntário para a realização do objectivo comum europeu prioritário da capacidade militar” (Ferreira-Pereira 2005). Ressalte-se, porém, que a PESD – que possui seu foco em operações de gestão de crises civis e militares, incluindo a resposta a catástrofes naturais, questões humanitárias, dentre outros –, é parte integrante da Política Externa e de Segurança Comum (PESC). Seus objetivos principais são as operações de gestão de crises e outras atividades, bem como o desenvolvimento de novos instrumentos e conceitos que visam alcançar os objetivos da PESC.

2. No início, uma questão de capacidades

O desenvolvimento da componente de gestão civil de crises começou com as conclusões do Conselho Europeu de 2000, em Santa Maria da Feira, e com a definição de atividades nos domínios da polícia, justiça, administração pública e proteção civil, com base no *2008 Civilian Headline Goal*⁵, ou Objetivo Global Civil 2008, de dezembro de 2004.

Já o desenvolvimento da componente militar da gestão de crises continuou em 1999 com a aprovação do *European Headline Goal*, ou Objetivo Comum Europeu Prioritário, e foi atualizado com o conceito de *battlegroup*⁶ da UE (até ao nível de brigada), em 2004, que se tornou operacional em 2007, com a possibilidade de implantação em 5 -10 dias de 30-120 dias.

Por fim, o desenvolvimento das capacidades introduziu uma abordagem mais sistemática, com o reforço da cooperação com outros parceiros, bem como a criação

⁵ Disponível em <http://register.consilium.europa.eu/doc/srv?l=EN&f=ST%2015863%202004%20INIT>.

⁶ De forma geral, *battlegroups* significam o efetivo capaz de ser rapidamente implantado e de atuar de forma independente, ou como parte de fases iniciais de grandes operações, como se nota em https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/esdp/91624.pdf.

de instituições para ajudar nesse desenvolvimento. A Agência Europeia de Defesa, por exemplo, é responsável por um desenvolvimento a longo prazo de políticas coerentes em defesa da indústria e dos mercados, pesquisa, desenvolvimento e de armamento.

3. A PESD em Campo

A crise na República Democrática do Congo foi o primeiro teste para a operação de *peacekeeping* (operações de paz) da UE sem o envolvimento da OTAN.

Em junho de 2003 as Nações Unidas pediram que a Europa interviesse. Aquela seria a primeira missão militar europeia fora da Europa, liderada pelos franceses, todavia sob a bandeira da Europa.

O sucesso da missão do Congo mostrou como a UE pode desempenhar o seu papel sem resultar em duplicação dos esforços da OTAN. A partir daí, surgiu um plano ambicioso de criar 13 *battlegroups* de até 1 500 soldados que poderiam ser enviados para estabilizar os pontos de conflito ou proteger as operações humanitárias em todo o mundo.

Desde que foi lançada, a PESD conta com um *acquis* de 23 missões. Dessas 23, lançadas entre 2002 (EUPM Bósnia e Herzegovina) e 2009 (EU NAVFOR Somália, desde 8 de dezembro de 2008), seis foram importantes operações militares, sendo a primeira delas, por exemplo, em 2004, denominada Operação Concórdia, na República da Macedônia.

Essas operações têm variado bastante em termos de escala, contando com algumas dezenas de observadores, policiais ou conselheiros civis chegando a possui até milhares de soldados.

Apesar de terem sido quase sempre em terra, a operação “Atlanta”, ao largo da costa da Somália, fez a primeira operação naval da UE.

4. A relação UE-OTAN

Mas onde a OTAN se encaixa enquanto a UE arquiteta suas próprias estratégias militares? Na realidade, a política de defesa da Europa está a se desenvolver em parceria com a própria Aliança Atlântica, e muitas das grandes operações da UE, tal como a da Bósnia, ainda compartilham as estruturas da OTAN, como por exemplo, comunicações e sistemas de satélite.

É certo que durante o desenvolvimento da PESD, um grande desafio foi o de determinar a relação e o nível de cooperação entre a UE-OTAN. Esta sempre foi uma tarefa difícil, porque alguns receavam que a criação da PESD enfraqueceria a OTAN.

Dada a complexidade do ambiente de segurança contemporâneo, os tomadores de decisão política consideram que uma relação mais harmoniosa entre UE-OTAN é essencial para efetivamente garantir a segurança no pós-guerra fria.

Neste sentido, Karl-Heinz Kamp (2009, tradução nossa), diretor da Divisão de

Pesquisa do *NATO Defense College*, afirma que: “Se, por exemplo, a OTAN e a UE não se orquestrarem no Afeganistão, pessoas morrerão [...] portanto nós não temos tempo a perder com essa competição que, por muitos, muitos anos, impediu uma cooperação mais eficiente entre essas instituições.”⁷

5. Tratado de Lisboa: um fôlego novo

Com relação à PESC e à PESD, o Tratado de Lisboa (TL)⁸ pode ser considerado como o resultado de anos de prática institucional, reflexão estratégica e um compromisso entre diferentes perspectivas nacionais acerca da política externa e de segurança da UE.

O TL introduz novidade considerável. Por meio de avaliação geral, a reforma visa criar condições para aumentar o efetivo de decisão política, sem afetar as regras formais para a tomada de decisões no domínio da PESC e da PESD.

Ele modifica completamente o contexto institucional da PESD e introduz inovações mais específicas relativas à esta área política como tal. Em síntese, o novo Tratado enquadra pela primeira vez todos os aspectos da ação externa da UE, dentro de um conjunto comum de princípios e objetivos.

Com efeito, o TL altera a denominação da PESD para Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD); expande o alcance das chamadas tarefas de Petersberg para incluir operações conjuntas de desarmamento, as missões de assistência, prevenção e estabilização pós-conflito, além das tarefas previstas no âmbito do atual Tratado, nomeadamente as humanitárias e de salvamento, missões de manutenção da paz e missões de forças de combate para a gestão de crises, incluindo operações de paz (*peacekeeping*).

Ademais, o novo Tratado traduz na área da segurança e da defesa o forte compromisso com a solidariedade dos Estados-Membros, por meio da cláusula de assistência mútua em caso de agressão armada no território de um deles.

Importante notar, porém, que a PCSD não avançou, substancialmente, desde a sua concepção no TL, em 2009.

6. O “mundo virtual” e seus “novos” desafios

O “mundo virtual” tornou-se, de fato, onipresente na vida da larga maioria dos cidadãos, mas como toda moeda, ele também possui dois lados.

As ameaças a Estados e indivíduos, hodiernamente, residem tanto no “mundo real” como no “virtual”, separadamente ou não, e possuem origens diversas, dentre elas

⁷ Cf. entrevista original em inglês “If, for instance, NATO and EU don’t get their acts together in Afghanistan, people will die (...) so therefore we cannot afford these beauty contests anymore, which for many, many years, prevented a more efficient cooperation between these institutions.”, disponível em http://www.nato.int/DOCU/review/2009/NATO_Change/EN/index.htm, minutagem 02”02’ de 05”35’.

⁸ Assinado em 2007, com eficácia a partir de 1 de dezembro de 2009.

religiosas, políticas, etc., e muitas com alcance transnacional. Nesse sentido, os Estados devem ter em conta uma estratégia de defesa cibernética alinhada às demais estratégias existentes, trabalhando em sinergia e em tom uníssono.

Enquanto os primeiros usuários da Internet foram pesquisadores afiliados à Agência de Projetos de Pesquisa em Defesa Aplicada, do inglês *Defense Advanced Research Projects Agency* (DARPA) e ao Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América, o uso do ciberespaço se alargou por todo o globo, transformando o conceito embrionário – de pesquisas – em apenas mais um dos objetos de sua utilização.

Nos dias atuais, não é raro encontrar ações de grupos terroristas desviadas para o ciberespaço, quer na forma de ameaças, quer na forma de apoio às suas operações, conforme advoga Abraham R. Wagner (2005, 18, tradução nossa) “há também uma quantidade substancial de evidências que terroristas estão, cada vez mais, usando a Internet para a logística relacionada com as suas operações.”⁹, na forma de pura propaganda, utilizando-se das ferramentas de mídia social, vide Figura 1.

Nesse mesmo sentido, Mette Eilstrup-Sangiovanni (2005, 10, tradução nossa) afirma que “a globalização do comércio, comunicação e transporte forneceu novos incentivos e oportunidades para a organização transnacional entre os criminosos e grupos terroristas.”¹⁰

Tem-se, como exemplo mais proeminente desses grupos, o ISIS, acrônimo do inglês *Islamic State of Iraq and Syria*, também conhecido como ISIL, *Islamic State of Iraq and Levant*, e Daesh, este último do acrônimo em árabe (Osborne 2015), e cuja origem remonta a 2002, quando o jordaniano Abu Musab al-Zarqawi criou o grupo radical Tawhid wal-Jihad, formado por insurgentes e apoiadores de Saddam Hussein, como consequência da invasão do Iraque.

Seu grupo foi inicialmente conhecido como Jama'at al-Tawhid wal-Jihad, antes de mudar para a forma mais simples al-Qaeda no Iraque (AQI), após prometer fidelidade à rede de Osama bin Laden em Outubro de 2004. Desde então, o grupo tem operado sob vários disfarces até o seu atual líder, Abu Bakr al-Baghdadi, declarar o Estado Islâmico no Iraque (ISI), em 2006, acrescentando o e “al- Sham” para criar “Isis”, em 2013. (Osborne 2015, tradução nossa)¹¹

O ISIS tem ganhado território com ações de guerra e violência extrema. Porém, suas ações são mais coordenadas e integradas do que se poderia pensar. Nesse sentido, James P. Farwell (2014, 49, tradução nossa)¹² destaca:

⁹ Cf. texto original em inglês “there is also a substantial amount of evidence that terrorists are increasingly using the Internet for logistics related to their operations”.

¹⁰ Cf. texto original em inglês “the globalisation of trade, communication, and transportation has provided new incentives and opportunities for transnational organisation among criminals and terrorist groups”.

¹¹ Cf. texto original em inglês “His group was initially known as Jama'at al-Tawhid wal-Jihad, before changing to the simpler al-Qaeda in Iraq (AQI) after pledging allegiance to Osama bin Laden's network in October 2004. Since then, the group has operated under numerous guises until its current leader, Abu Bakr al-Baghdadi, declared it the Islamic State in Iraq (Isi) in 2006, adding the “and al-Sham” to make “Isis” in 2013”.

¹² Cf. texto original em inglês “the group's principal tool for expanding its influence has been brute force, but as it has attempted to build credibility and establish legitimacy, it has shown a deftness for propaganda,

A principal ferramenta do grupo para expandir a sua influência tem sido a força bruta, mas como ele tem tentado construir credibilidade e estabelecer legitimidade, ele tem mostrado uma destreza para propaganda, usando as mídias sociais e a tecnologia cibernética para recrutar combatentes e intimidar inimigos. (Farwell 2014, 49, tradução nossa)



Fonte: <https://www.zerofox.com/blog/islamic-state-isis-terror-has-gone-social-infographic/>.

A matéria do Portal Zerofox.com¹³ aponta para o fato de o Estado Islâmico (ISIS) ter construído:

Uma ferramenta de propaganda on-line sofisticada e eficaz, explorando muitas redes populares como Facebook, YouTube, Twitter, Telegram, WhatsApp, Diaspora e LinkedIn. Seus esforços se assemelham a um departamento de marketing bem estruturado, empregando especialistas em RP e design para garantir uma aparência legítima. ISIS tem dominado a arte de fazer as vozes de poucos soarem como as vozes de milhões. (Zerofox.com 2015)

Conforme afirma Kevin Maney (2015, tradução nossa), a verdade é que o ISIS se vale da “tecnologia para envenenar as mentes de muçulmanos descontentes no Ocidente para recrutá-los”¹⁴. Assim, o grupo se utiliza de estratégias baseadas em **coordenação** e **comunicação**; criando e envolvendo entusiastas da “causa” em um verdadeiro grupo

using social media and cyber technology to recruit fighters and intimidate enemies”.

¹³ Cf. texto original em inglês “A sophisticated and effective online propaganda engine, exploiting many mainstream networks such as Facebook, YouTube, Twitter, Telegram, WhatsApp, Diaspora and LinkedIn. Their efforts resemble a well-oiled marketing department, employing experts in PR and design to ensure a legitimate appearance. ISIS has mastered the art of making the voices of a few sound like the voices of millions”, disponível em: <https://www.zerofox.com/blog/islamic-state-isis-terror-has-gone-social-infographic/>.

¹⁴ Cf. <http://www.newsweek.com/2016/01/08/wanna-fight-isis-weaponize-your-laptop-407168.html>.

de propagadores “*social bot armies*” de suas ideias e ideais; promovendo adequações das plataformas, quando as mesmas são bloqueadas “*network hopping*”; usurpando *hashtags*¹⁵ e *trends*¹⁶ ocidentais, direcionando sua propaganda para públicos de outros continentes e culturas; para além de publicar **revistas e filmes** de forma a apoiar suas ações de marketing (Zerofox.com 2015).

James N. Rosenau (2007, 92, tradução nossa) lembra que “as organizações estão, cada vez mais, capazes de informar e mobilizar seus adeptos, bem como recrutar outros novos.”¹⁷

Com efeito, Javier Lesaca (2015, tradução nossa) destaca exemplo da atuação do ISIS no ciberespaço e afirma ser imperativo compreender “o papel da comunicação audiovisual na radicalização de terroristas e definição de uma forma eficiente de combatê-lo.”¹⁸ Isso, contudo, não significa que a mídia social seja um incentivo, mas, tão somente, um meio que deve ser compreendido de forma mais alargada.

Em 31 de outubro, catorze dias antes dos ataques em Paris, o ISIS divulgou um vídeo incentivando os jovens na França a se juntarem ao grupo terrorista. Algo semelhante aconteceu no dia 26 de junho, quando um terrorista inspirado pelo ISIS cometeu um ataque terrorista em Lyon. Um mês antes, o ISIS tinha publicado um vídeo nas mídias sociais incentivando os jovens cidadãos franceses a cometerem ataques terroristas. Finalmente, um mês antes do ataque de 7 de janeiro nos escritórios da Charlie Hebdo, o ISIS divulgou um vídeo onde um grupo de jovens cidadãos franceses pediam a seus pares para se alistarem ao grupo terrorista. Diante desses fatos, é mais importante do que nunca analisar e compreender o papel da comunicação audiovisual na radicalização de terroristas e definir uma forma eficiente de combatê-lo. (Lesaca 2015, tradução nossa)¹⁹

Nesse contexto, a comunidade internacional se vê diante do surgimento de (re)ações de grupos que, embora conhecidos igualmente pela instrumentalização de procedimentos ilegais (*hacking*) – porém não terroristas –, engajam-se em contraposição às ações terroristas de grupos como o ISIS. E embora essa assertiva soe de forma estranha,

¹⁵ *Hashtag* é uma expressão utilizada entre os usuários das redes sociais, na internet, que consiste no uso de uma palavra-chave antecedida pelo símbolo #, conhecido popularmente no Brasil por “jogo da velha” ou “quadrado”, para incluir a respectiva publicação em um espaço comum de publicações análogas.

¹⁶ Expressão em inglês que, de forma geral, significa “assuntos do momento” ou “assuntos mais comentados”.

¹⁷ Cf. texto original em inglês “organizations are increasingly able to inform and mobilize their adherents as well as recruit new adherents.”

¹⁸ Cf. texto original em inglês “*the role of audiovisual communication in the radicalization of terrorists and to define an efficient way to counter it*”, disponível em: <http://www.brookings.edu/blogs/techtank/posts/2015/11/19-isis-social-media-power-lesaca>.

¹⁹ Cf. texto original em inglês “On October 31, fourteen days before the attacks in Paris, ISIS released a video encouraging young people in France to join the terrorist group. Something similar happened on June 26, when a terrorist inspired by ISIS committed a terrorist attack in Lyon. One month earlier, ISIS had released a video on social media encouraging young French citizens to commit terrorist attacks. Finally, one month before the January 7 attack on the offices of Charlie Hebdo, ISIS released a video where a group of young French citizens asked their peers to enlist in the ranks of terrorist group. Given these facts, it is more important than ever to analyze and understand the role of audiovisual communication in the radicalization of terrorists and to define an efficient way to counter it”.

as intenções desses “novos” grupos são, essencialmente, boas, no sentido de que passam a exercer um monitoramento contra as ações terroristas e em defesa do bem comum, em complemento às ações político-institucionais de Governos.

Anonymous, um grupo de *hackers* conhecido mundialmente, figura como exemplo desse “novo grupo” que passa a somar esforços na guerra contra o terror. Em matéria publicada no jornal *Mirror*, John Shammass explicita que os membros do *Anonymous* anunciaram guerra contra o ISIS. Deric Lostutter (2015, *apud* Shammass, 2015, tradução nossa), *hacker* e membro do grupo assim afirmou “o fato é, o ISIS pode recrutar pessoas em qualquer lugar, e ao romper essas comunicações, nós tornamos isso um pouco mais difícil de acontecer.”²⁰. A partir de ações no ciberespaço, as investidas do *Anonymous* contra o ISIS ficaram conhecidas como *hack attack*.



Figura 2: *Anonymous* anunciam “guerra” digital contra o ISIS.

Fonte: <http://www.mirror.co.uk/news/world-news/anonymous-vs-isis-hacker-reveals-6931331>.

Nesse sentido, percebe-se um contraponto entre certas perspectivas das teorias de segurança, ou seja, como Estados – podem ser soberanos – frente à atuação de grupos terroristas, como o ISIS, em um contexto onde há, também, a participação de grupos internacionais de *hackers* que buscam intervir nesse processo, como o *Anonymous*? Esse cenário corrobora a ideia de que fatores outros são necessários na própria realização das proposições teóricas do campo da segurança internacional.

Assim, no contexto da Estratégia da *Europa 2020*, a Agenda Digital forma um dos sete pilares existentes, com vistas ao crescimento da Europa e, dentre eles, o objetivo em dar uma resposta europeia coordenada a ciberataques.

Aliás, esse movimento possui forte consonância com as discussões geradas no pós-Guerra Fria – que buscaram um alargamento da visão tradicionalista acerca dos estudos

²⁰ Cf. texto original em inglês “the fact is, ISIS can recruit people anywhere, and by disrupting their communications, we make that a little bit harder”, disponível em <http://www.mirror.co.uk/news/world-news/anonymous-vs-isis-hacker-reveals-6931331>.

de segurança –, ou seja, o cenário no qual Barry Buzan, Ole Waever e Jaap de Wilde (1998, 1, tradução nossa) descrevem como existindo “[...] dois pontos de vista dos estudos de segurança estão agora sobre a mesa, o novo, dos alargadores, e o velho, militar e centrado no Estado, dos tradicionalistas.”²¹

Adicionalmente, Hans G. Brauch (2011, 63, tradução nossa)²² afirma:

O conceito de ameaça como base para o planejamento militar e para legitimação de programas militares – ao menos entre os países da OTAN – mudou muito depois de 1990. Com o alargamento do conceito de segurança da tradicional segurança militar e diplomática para suas novas dimensões econômicas, sociais e ambientais, o conceito de ameaça também se expandiu para se aplicar a uma série de novas ameaças, não só ao ‘Estado’, como também à outras referências dos novos conceitos de segurança, de seres humanos até segurança global.

Em fevereiro de 2003, portanto, em colaboração com a Alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, a Comissão Europeia (CE) tornou pública uma estratégia em matéria de cibersegurança, para além de uma proposta de diretiva da CE sobre a segurança das redes e da informação.

De forma coordenada, portanto, a UE busca, por meio da estratégia em matéria de cibersegurança “*An Open, Safe and Secure Cyberspace*”²³, traduzir e por em prática essa sinergia e tom uníssono necessários no enfrentamento às ameaças e aos ataques, impondo “um nível de segurança mínimo para as tecnologias, redes e serviços digitais em todos os Estados-Membros”, (Comissão Europeia 2013a, tradução nossa) para além da “obrigatoriedade de comunicar a ocorrência de ciberincidentes significativos”²⁴, quando ocorrerem em certas empresas e organizações.

Na prática, essa nova política define medidas para aumentar a resiliência sistêmica (informática), reforçando a política internacional da UE em caráter de cibersegurança, baseada em cinco pilares: (i) desenvolvimento da política e das capacidades no domínio da ciberdefesa no quadro da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD); (ii) reforço dos meios de prevenção e oposição a ataques; (iii) desenvolvimento de recursos industriais e tecnológicos em matéria de cibersegurança; (iv) redução drástica da cibercriminalidade e (v) estabelecimento de uma política internacional harmônica no ciberespaço para a UE e promoção dos seus valores fundamentais.

A UE também criou, em 2013, o Centro Europeu de Cibercriminalidade (CEC), com o objetivo de “garantir uma melhor proteção dos cidadãos e das empresas europeias

²¹ Cf. texto original em inglês “as a consequence, two views of security studies are now on the table, the new one of the wideners and the old military and state-centered view of the traditionalists”.

²² Cf. texto original em inglês “the threat concept as the basis for military planning and legitimating military programmes – at least among many NATO countries – has fundamentally changed after 1990. With the widening of the security concept from the traditional military and diplomatic security, to the new economic, societal and environmental dimensions, the threat concept has also widened and been applied to a series of new threats not only to the ‘state’ but also to the other referents of new security concepts, from human beings to global security”.

²³ Cf. http://ec.europa.eu/newsroom/dae/document.cfm?doc_id=1667.

²⁴ Cf. <http://www.consilium.europa.eu/pt/policies/cyber-security/>.

contra a criminalidade informática.”²⁵

Troels Oerting (2013, *apud* Comissão Europeia 2013b), então chefe do CEC, destacou:

No âmbito da luta contra a cibercriminalidade, tendo em conta a sua natureza transnacional e a grande habilidade dos criminosos para se esconderem, temos de reagir de forma flexível e adequada. O Centro Europeu da Cibercriminalidade foi concebido para fornecer essa especialização enquanto centro agregador de conhecimentos, nomeadamente para apoio operacional e de peritagem forense no quadro de investigações, bem como através da sua capacidade para mobilizar todos os recursos relevantes nos EstadosMembros visando mitigar e reduzir a ameaça dos criminosos informáticos, independentemente do local onde se encontrem. (Oerting 2013, *apud* Comissão Europeia 2013b)

Importante notar que o ciberespaço é um terreno vasto para a atuação de grupos terroristas e, por essa razão, deve ser protegido como fazendo parte das próprias fronteiras dos Estados, dentro de um conceito de governança da Internet.

Nesse sentido, têm sido constantes os esforços europeus em busca de um quadro de políticas de segurança, que incluem ações de cooperação com outras instituições, como a OTAN. Em fevereiro deste ano, a UE e a OTAN assinaram um “acordo técnico entre a Capacidade de Resposta a Incidentes Informáticos da OTAN (NCIRC) e da Equipe de Resposta a Emergências Informáticas da União Europeia (CERT -EU).”²⁶ (Europa 2016, tradução nossa).

O NCIRC faz parte do novo Conceito Estratégico da OTAN²⁷, aprovado na Conferência de Lisboa, entre 19 e 20 de novembro de 2010.

O documento descreve o ambiente de segurança atual e identifica as capacidades e políticas que serão postas em prática para garantir a defesa e dissuasão da OTAN, bem como as capacidades de gestão de crises estão suficientemente bem equipadas para enfrentar as ameaças de hoje. Essas ameaças incluem, por exemplo, a proliferação de mísseis balísticos e armas nucleares, terrorismo, ataques cibernéticos e problemas ambientais fundamentais. O Conceito Estratégico também afirma como a OTAN objetiva promover a segurança internacional por meio da cooperação. (OTAN 2014, tradução nossa)

The document then describes the current security environment and identifies the capabilities and policies it will put into place to ensure that NATO's defence and deterrence, as well as crisis management abilities are sufficiently well equipped to face today's threats. These threats include for instance the proliferation of ballistic missiles and nuclear weapons, terrorism, cyber attacks and fundamental environmental problems. The Strategic Concept also affirms how NATO aims to promote international security through cooperation.

²⁵ Cf. http://europa.eu/rapid/press-release_IP-13-13_pt.htm.

²⁶ Cf. texto original em inglês “The European Union and NATO have today signed a Technical Arrangement between the NATO Computer Incident Response Capability (NCIRC) and the Computer Emergency Response Team – European Union (CERT-EU)”.

²⁷ Cf. *NATO 2010 Strategic Concept “Active Engagement, Modern Defence”*, disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natohq/news_68986.htm?selectedLocale=en.

7. A governança da segurança

A respeito da importância de se pensar em governança da segurança, nos dias atuais, Weber et al (2004, 4, tradução nossa) afirmam que o termo “também engloba muitos dos temas centrais da segurança europeia: a importância das ideias, das instituições e ambas as estruturas formais e informais, de múltiplos atores propositadamente motivados.”²⁸

Por outro lado, embora Rosenau (2007, 90, tradução nossa) acredite que o mundo é “demasiado complexo e diversificado para evoluir para um governo global, com uma única autoridade global”²⁹, o autor acrescenta que “o critério de governança global como um mecanismo é plausível.”³⁰

Os desafios de segurança que se apresentam nos dias atuais deixaram de ser desafios apenas regionais, como muitos vistos no passado. Assim, as abordagens teóricas centrais, ou clássicas, parecem carecer de argumentos e fundamentos outros, para que possam, de fato, explorar as variáveis de um mundo complexo, interdependente e, sobretudo, inseguro. As ameaças surgem, agora, em um *locus* mais alargado, com alcance transnacional.

A governança da segurança, estudada por inúmeros autores, também perpassa o “mundo virtual” e, por essa razão, cada vez mais estudos são voltados para esse tema e *locus*.

É com base na noção de que não há mais um inimigo interno e um externo que Didier Bigo (2000, 342, tradução nossa) afirma que a segurança interna possui uma “dimensão geográfica que se estende para além das fronteiras nacionais. Ela é Europeia, Ocidental, ou internacional no sentido de que ela é baseada em redes de colaboração entre agências de segurança.”³¹

Brandão (2011, 8) oportunamente destaca que “a natureza transnacional da ameaça suscitou a investigação sobre a relação entre segurança interna e a segurança externa (Eriksson e Rhinard 2009; Bigo 2006) e sobre os actores estaduais como fontes de insegurança.”

Elke Krahnemann (2003, 9, tradução nossa) afirma que as transformações estão “[...] afetando o modo como a segurança é definida na Europa e América do Norte, por quem faz as políticas de segurança e como elas são implementadas.”³²

²⁸ Cf. texto original em inglês “also encompasses many of the central themes of European security: the importance of ideas, of institutions and both formal and informal structures, of multiple actors purposefully motivated”.

²⁹ Cf. texto original em inglês “too complex and diverse to evolve global government consisting of a single global authority”

³⁰ Cf. texto original em inglês “the criterion of global governance as a mechanism of coordination is plausible”.

³¹ Cf. texto original em inglês “geographical dimension which extends beyond national borders. It is European, Western, or international in the sense that it is based on networks of collaboration between security agencies.”

³² Cf. texto original em inglês “[...] are affecting the way in which security is defined in Europe and North

Outrossim, Eilstrup-Sangiovanni (2005, 8, tradução nossa) afirma que “a proliferação de redes transnacionais é, portanto, muitas vezes vista como causa de um declínio na capacidade do Estado de fornecer funções básicas, tais como a manutenção do direito civil e da ordem, defesa do território, etc. (e.g. Strange 1996).”³³

Destaque-se que, tal como a missão da OTAN, em determinado momento, foi transformada – sendo adaptada para combinar com o novo ambiente estratégico –, talvez seja o momento de se (re)pensar uma nova transformação, visando a uma “atualização” mais contemporânea de seu papel, uma vez que a sociedade “está passando por uma transformação fundamental por meio do surgimento de novas formas de governabilidade no mundo ocidental. O transnacional está a esbater a distinção entre interno e externo, e a desestabilizar conceitos relacionados.”³⁴ (Bigo 2000, 320, tradução nossa).

Ademais, importante destacar a necessidade de se reconsiderar o próprio conceito de segurança, consoante destaca Bigo (2000, 343, tradução nossa), segundo o qual a “verdadeira” segurança “era a que dizia respeito à sobrevivência física da nação, e sua proteção contra a potencial agressão armada (Walt 1991).”³⁵

Ainda, para o autor, “para além dessa aceitação de segurança como sobrevivência existencial, a segurança perdeu o seu propósito”³⁶, surgindo o conceito de “segurança social”³⁷, um termo guarda-chuva com vistas a definir os esforços para lidar com as ameaças de segurança modernas, as chamadas “novas ameaças” (Bigo 2000, 343, tradução nossa).

Considerações finais

É verdade, além de compreensível, que os Estados-Membros da UE continuam avessos a qualquer perda de soberania em relação às políticas de segurança e de defesa e, por essa razão, muitas vezes a relação OTAN-UE pode parecer competitiva.

A PESD foi projetada para lidar com crises regionais semelhantes às das guerras dos Balcãs, e do seu enquadramento institucional e operacional reflete essa ambição.

Decerto que o futuro da PCSD depende se poderá contar com a concordância, por parte dos Estados-Membros da UE, pela busca comum de interesses estratégicos.

America, by whom security policies are made and how they are implemented.”

³³ Cf. texto original em inglês “the proliferation of transnational networks is therefore often forecast to cause a decline in the capacity of the state to provide basic functions such as the maintenance of civil law and order, defense of territory, etc. (e.g. Strange 1996).”

³⁴ Cf. texto original em inglês “is undergoing fundamental transformation through the rise of new forms of governmentability in the Western World. The transnational is blurring the distinction between the internal and external, and destabilising related concepts”.

³⁵ Cf. texto original em inglês “was that which concerned the physical survival of the nation, and its protection from potential armed aggression (Walt 1991).”

³⁶ Cf. texto original em inglês “*beyond this acceptance of security as existential survival, security lost its purpose*”.

³⁷ Cf. Barry Buzan, *People States and Fear*, 1991, Weaver, O., Buzan, B., Kelstrup, M. and Lemaitre, P. 1993. *Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe*, London, Pinter. p.23.

Isto implicará, primeiramente, uma percepção da ameaça comum; em segundo lugar, a vontade política de aplicar diferentes instrumentos econômico-financeiros, diplomáticos e de gestão de crises de uma forma orientada e coerente; e, por último, uma melhoria das capacidades civis e militares atuais.

Contudo, os dias atuais não se apresentam mais como no passado. Há outras formas de ameaça, mormente as que ocorrem no ciberespaço, ou no chamado “mundo virtual”, que demandam atenção, planejamento e ações coordenadas, por parte de todos os Estados-Membros. De se notar, aliás, que as “novas ameaças” podem surgir (e/ou ocorrer) no mundo real, exclusivamente; no mundo virtual, exclusivamente; bem como de forma concomitante, conforme estratégia do ISIS, sejam elas complementares ou não.

O ISIS é uma realidade. Com ações coordenadas, apoiadas por um esforço de propaganda massiva, utilizando-se das mídias sociais, o grupo tem seu foco na persuasão.

Sua estratégia de comunicação visa persuadir todos os muçulmanos que lutar para restaurar um califado é um dever religioso. A narrativa do grupo retrata o ISIS como um agente de mudança, o verdadeiro apóstolo de uma fé soberana, um campeão de suas próprias noções perversas de justiça social, e uma coleção de vingadores empenhados em acertar contas para os sofrimentos percebidos dos outros. (Farwell 2014, 49-50, tradução nossa)³⁸

Todavia, o ISIS não é a única ameaça e tampouco foi o primeiro grupo a se utilizar de propaganda para direcionar suas mensagens³⁹ (Farwell 2014). Por essa razão, este artigo não tratou de analisar suas investidas, ao longo do tempo. O interesse maior foi reforçar o que já afirmaram Buzan, Waeber e de Wilde (1998, 1, tradução nossa) “[...] dois pontos de vista dos estudos de segurança estão agora sobre a mesa, o novo, dos alargadores, e o velho, militar e centrado no Estado, dos tradicionalistas”.

Não se pode olvidar que a UE possui papel preponderante a ser desempenhado e que deve assumir, de fato e de direito, uma posição mais ativa e proativa no que concerne os assuntos de segurança e defesa na Europa. Tampouco se pode perder de vista o fato de que a UE tem tomado medidas, nos últimos anos, para se colocar em uma posição de vanguarda na proteção do ciberespaço. Aliás, as recentes políticas na área da segurança cibernética comprovam esse protagonismo.

Por outro lado, a insurgência do grupo *Anonymous*, contra a atuação terrorista do ISIS, coadjuvando em parceria (solicitada ou não) com instituições governamentais e Estados soberanos, parece ter sido uma resposta mais rápida e, por ora, mais eficaz, que a do Estado soberano. Muito há, ainda, que se estudar sobre o terrorismo, principalmente

³⁸ Cf. texto original em inglês “Its communication strategy aims to persuade all Muslims that battling to restore a caliphate is a religious duty. The group’s narrative portrays ISIS as an agent of change, the true apostle of a sovereign faith, a champion of its own perverse notions of social justice, and a collection of avengers bent on settling accounts for the perceived sufferings of others”.

³⁹ Vide considerações de Farwell, James P. 2014. The media strategy of ISIS. *Survival*, 56:6, 49-55, DOI: 10.1080/00396338.2014.985436.

em suas formas mais contemporâneas.

A estratégia “*An Open, Safe and Secure Cyberspace*”, ou “Um Ciberespaço Aberto, Seguro e Protegido” e a própria Agenda Digital são importantes complementos à PCSD e às ferramentas da UE em matéria de política de segurança. Embora não necessariamente simbolizando uma “militarização” do ciberespaço da UE, significa uma mudança fundamental em relação à postura da UE de outrora, frente os desafios e ameaças atuais e futuras.

Há, ainda, um longo caminho a ser percorrido, principalmente em razão do fácil acesso, pouca (ou ainda ineficiente) regulação, rápido fluxo de informação, dentre outras diversas e inúmeras características do ciberespaço que, ao mesmo tempo, são vantagens buscadas pelos grupos terroristas.

A certeza que se pode ter, até o presente, é o caminho sem volta do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) por grupos terroristas. Nesse sentido, oportuno ressaltar que, ainda em 2004, a *National Commission on Terrorist Attacks Upon the United States*, também conhecida com *The 9/11 Commission*, ou Comissão Nacional sobre Atentados Terroristas contra os Estados Unidos (Comissão de 11-9), divulgou relatório de 570 páginas, apontando para o uso de modernas tecnologias de comunicação e como os terroristas foram “[...] por sua vez, beneficiados por este mesmo desenvolvimento rápido das tecnologias de comunicação.”⁴⁰ (The 9/11 Commission 2004, 88, tradução nossa). Adicionalmente, o relatório afirma que:

O surgimento da World Wide Web deu aos terroristas um meio muito mais fácil de adquirir informações e exercitar comando e controle sobre suas operações. O líder operacional da conspiração do 11/9, Mohamed Atta, conectou-se online a partir de Hamburgo, Alemanha, para pesquisar escolas de voo dos EUA. Alvos de coleta de informações se tornaram mais sofisticados. Essas mudanças tornaram o aviso de vigilância e ameaça mais difícil. (The 9/11 2004, 88, tradução nossa)⁴¹

O olhar de Bigo (2000, 320, tradução nossa) acende e corrobora a imperativa necessidade de se pensar estrategicamente e, sobretudo, de forma articulada. Para o autor, “essa relação entre dentro e fora é central e mais importante que a necessidade de distinguir entre a segurança do Estado e da sociedade (Waever et al., 1993).”⁴²

Outrossim, segundo o autor, sobretudo após o fim da bipolaridade “as agências de segurança externa (o exército, o serviço secreto) estão procurando no interior das fronteiras, em busca de um inimigo de fora.”⁴³ (Bigo 2000, 320, tradução nossa).

⁴⁰ Cf. texto original em inglês “[...] in turn, have benefited from this same rapid development of communication technologies.”

⁴¹ Cf. texto original em inglês “The emergence of the World Wide Web has given terrorists a much easier means of acquiring information and exercising command and control over their operations. The operational leader of the 9/11 conspiracy, Mohamed Atta, went online from Hamburg, Germany, to research U.S. flight schools. Targets of intelligence collection have become more sophisticated. These changes have made surveillance and threat warning more difficult.”

⁴² Cf. texto original em inglês “this relation of inside and outside is central and more important than the need to distinguish between state and societal security (Waever et al. 1993)”.

⁴³ Cf. texto original em inglês “external security agencies (the army, the secret service) are looking inside the borders in search of an enemy from outside.”

Com efeito, os estudos acerca da segurança e da governança da segurança possuem, ainda, vasto campo para reflexão e análise, sobretudo no que tange à perspectiva de uma “segurança cooperativa regional”⁴⁴, apresentada por Knudsen (2001, 357, tradução nossa). Para o autor, segurança cooperativa “representa essencialmente a política, demonstrada na prática, de lidar pacificamente com conflitos, não apenas pela abstenção de violência ou ameaças, mas pelo engajamento ativo na negociação e busca de soluções práticas, e por um compromisso com medidas preventivas.”⁴⁵ (Knudsen 2001, 357, tradução nossa).

Dessa forma, desde o surgimento da PESD, perpassando pela PCSD que, agora tenta lidar com as “novas ameaças”, o debate sobre as teorias de segurança continua cada vez mais vivo.

Nesse contexto, portanto, torna-se natural que surjam alguns questionamentos que podem ensejar novas análises, investigações e críticas: i) Estaríamos, então, caminhando para uma realidade em que ciberexércitos serão, de fato, necessários? Ou já lá chegamos? ii) De que forma poderemos salvaguardar o uso das mídias sociais, sem bloquear ou diminuir os direitos dos cidadãos? iii) como os grupos terroristas conseguem manter suas conexões ativas, por tanto tempo, sem uma ação eficiente e proativa das instituições? iv) Qual a postura do Estado, frente ao engajamento de grupos outros, contra a articulação terrorista (*hack attacks*)?

Resta evidente que, esteja a ameaça onde estiver, no “mundo real” ou no “mundo virtual”, as guerras do século 21 devem ser travadas considerando as TICs como ferramentas importantes e como objetos de políticas de segurança e defesa, para além de considerar uma estratégia de defesa cibernética alinhada às demais estratégias existentes, trabalhando em sinergia e em tom uníssono com os demais atores, sejam eles estatais ou não. ■

Referências

BIGO, Didier. 2000. When Two Become One: Internal and External Securitisations in Europe. In M. Kelstrup, & M. Williams (eds.), *International Relations Theory and The Politics of European Integration. Power, Security and Community*: 171-204. Routledge.

BRANDÃO, Ana Paula. 2011. As tendências internacionais e a posição de Portugal. In I Congresso Internacional do OBSERVARE. Disponível em: http://observare.ual.pt/conference/images/stories/conference%20images%20pdf/S1/Ana_Paula_Brandao.pdf. Acesso em: 02 de março de 2016.

⁴⁴ Cf. texto original em inglês “regional cooperative security”.

⁴⁵ Cf. texto original em inglês “essentially represents the policy, demonstrated in practice, of dealing peacefully with conflicts, not merely by abstention from violence or threats, but by active engagement in negotiation and a search for practical solutions, and by a commitment to preventive measures”.

■ artigo

BRAUCH, Hans G. 2011. Concepts of Security Threats, Challenges, Vulnerabilities and Risks. In: Brauch, H.G et al. (Eds.). *Coping with Global Environment Change, Disasters and Security*. Berlin: Springer.

BUZAN, Barry, Waever, Ole e de Wilde, Jaap. 1998. *Security: a new framework for analysis*. Boulder: Lynne Rienner.

Comissão Europeia. 2013a. Comunicado de imprensa. “Centro europeu da cibercriminalidade (EC3) é inaugurado em 11 de janeiro. Disponível em: http://europa.eu/rapid/press-release_IP-13-13_pt.htm. Acesso em 02 de março de 2016.

_____, 2013b. Comunicado de imprensa. “Centro europeu da cibercriminalidade (EC3) é inaugurado em 11 de janeiro. Disponível em: http://europa.eu/rapid/press-release_IP-13-13_pt.htm. Acesso em 02 de março de 2016.

Conselho Europeu. 1998. Joint declaration issued at the British-French summit, Saint Malo, France, 3-4 December 1998. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/French-British%20Summit%20Declaration,%20Saint-Malo,%201998%20-%20EN.pdf>. Acesso em 12 de março de 2016.

EILSTRUP-SANGIOVANNI, Mette. 2005. “Transnational Networks and New Security Threats”. *Cambridge Review of International Affairs* 18 (1): 7-13.

Europa. 2016. EU and NATO cyber defence cooperation. Disponível em: http://eeas.europa.eu/top_stories/2016/100216_eu-nato-cyber-defence-cooperation_en.htm. Acesso em: 11 de julho de 2016.

FARWELL, James P. 2014. The media strategy of ISIS. *Survival*, 56:6, 49-55, DOI: 10.1080/00396338.2014.985436. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/00396338.2014.985436>. Acesso em 13 de julho de 2016.

FERREIRA-PEREIRA, Laura. 2005. A Europa da Defesa: o Fim do Limbo. In *Revista Nação e Defesa*. Instituto da Defesa Nacional. No. 110, 3a Série. Lisboa.

KAMP, Karl-Heinz. 2009. Interview. In *Alone we fail*. *Video*: NATO. Disponível em: http://www.nato.int/DOCU/review/2009/NATO_Change/EN/index.htm. Minutagem 02”02’ de 05”35’. Acesso em 13 de abril de 2016.

KRAHMANN, Elke. 2003. Conceptualizing security governance. In “Cooperation and

conflict". Journal of the Nordic International Studies Association. Vol. 38(1): 5-26. Sage.

KNUDSEN, Olav F. 2001. Post-Copenhagen security studies: desecuritizing securitization. In Security dialogue. Vol. 32. Sage.

LESACA, Javier. 2015. Fight against ISIS reveals power of social media. Disponível em: <http://www.brookings.edu/blogs/techtank/posts/2015/11/19-isis-social-media-power-lesaca>. Acesso em 29 de abril de 2016.

MANEY, Kevin. 2015. Wanna fight ISIS? Weaponize your laptop. Newsweek. Disponível em: <http://www.newsweek.com/2016/01/08/wanna-fight-isis-weaponize-your-laptop-407168.html>. Acesso em 29 de abril de 2016.

OSBORNE, Samuel. 2015. Isis vs Daesh vs Isil vs Islamic State: What do the different names mean and why are there so many? Independent. Disponível em: <http://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/isis-vs-daesh-vs-isil-vs-islamic-state-what-do-the-names-mean-and-why-are-there-so-many-a6759106.html>. Acesso em 5 de julho de 2016.

OTAN. 2014. Strategic concepts. Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_56626.htm. Acesso em 11 de julho de 2016.

ROSENAU, J. N. 2007. Governing the ungovernable: the challenge of a global disaggregation of authority. In "Regulation & Governance" (1), 88-97.

SHAMMAS, John. 2015. Anonymous hacker reveals how they will destroy ISIS and its ability to carry out terror attacks. In Mirror. Disponível em: <http://www.mirror.co.uk/news/world-news/anonymous-vs-isis-hacker-reveals-6931331>. Acesso em 15 de abril de 2016.

The 9/11 Commission. 2004. The 9/11 Commission Report. Disponível em: <http://govinfo.library.unt.edu/911/report/911Report.pdf>. Acesso em: 04 de abril de 2016.

WAGNER, Abraham R. 2005. Terrorism and the Internet: use and abuse. In *Fighting terror in cyberspace*. World Scientific, ed. Mark Last e Abraham Kandel, v. 65.

WEBBER, Mark et al. 2004. The governance of European security. Review of international studies, 30 (1), 3-26.

Zerofox.com. 2015. ISIS: terror has gone social [infographic]. Disponível em: <https://www.zerofox.com/blog/islamic-state-isis-terror-has-gone-social-infographic/>. Acesso em 04 de abril de 2016.

REFUGIADOS SÍRIOS EM CAMPINAS/SP E UM ALADDIN SEM A LÂMPADA MÁGICA

Victor Begeres Bisneto¹

Resumo: O drama dos refugiados sírios que buscam a Europa como solução para sobreviver à guerra em seu país que completa cinco anos, também se revela no Brasil. Baseando-se principalmente de relatos orais obtidos entre setembro e novembro de 2015, o presente artigo busca evidenciar as condições em que vivem os refugiados sírios na cidade de Campinas/SP (segunda no Estado em número de refugiados), a forma como o poder público municipal oferece suporte a essas pessoas e qual a visão desses imigrantes sobre o conflito na Síria, de modo a oferecer um ponto de vista mais original e sem a intermediação dos grandes veículos de comunicação.

Palavras-chaves: refugiados sírios, Campinas/SP, migração, crise humanitária, conflito na Síria.

Abstract: The sad plight of Syrian refugees seeking Europe as a solution to survive the war in their country which now completes five years, is also revealed in Brazil. Based on oral reports obtained between September and November 2015, this article seeks to highlight the conditions in which the Syrian refugees live in the city of Campinas/SP (the second in the state in number of refugees), the way the municipal government supports these people and what is the vision of these immigrants of the conflict in Syria, in order to offer a more unique perspective without the intermediation of the major media.

Palavras-chaves: syrian refugees, Campinas/SP, migration, humanitarian crisis, Syria conflict.

Introdução

Nos últimos meses temos acompanhado de forma cada vez mais flagrante a dramática fuga de sírios em razão do conflito em seu país que se encaminha para o quinto ano de violência e indefinição. Já são cerca de 400 mil mortos³ e quase 5 milhões de refugiados⁴. Barcos lotados e botes infláveis vulneráveis às intempéries do Mediterrâneo repletos de emigrantes, grande parte sírios, se tornaram imagens banais. Indo na contramão da história do bloco europeu, novos muros e cercas passaram a ser construídos em razão dessas ondas imigratórias que só no ano de 2015 quase 300 mil pedidos de asilo foram

¹ Geógrafo formado pela Unicamp, mestre em geografia humana (USP) e doutorando em história social (USP). Também é professor de geografia no Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora de Campinas. Já atuou como assessor técnico da secretaria de planejamento urbano de Campinas/SP. E-mail: victor.bisneto@yahoo.com.br ou victor.bisneto@usp.br

² Geógrafo formado pela Unicamp, mestre em geografia humana (USP) e doutorando em história social (USP). Também é professor de geografia no Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora de Campinas. Já atuou como assessor técnico da secretaria de planejamento urbano de Campinas/SP. E-mail: victor.bisneto@yahoo.com.br ou victor.bisneto@usp.br

³ <http://www.aljazeera.com/news/2016/04/staffan-de-mistura-400000-killed-syria-civil-war-160423055735629.html> (acesso em 28/06/2016).

⁴ <http://www.acnur.org/que-hace/respuesta-a-emergencias/emergencia-en-siria/> (acesso em 28/06/2016)

■ relato de campo

aceitos pela União Europeia dentre os cerca de 1 milhão de pedidos⁵.

Contudo, outra rota não tão noticiada é a dos imigrantes sírios que atravessam o Atlântico em direção ao Brasil, país que tem concedido refúgio a mais sírios do que alguns dos mais importantes portos de destinos de refugiados na Europa⁶.

Para o CONARE⁷ (Comitê Nacional para os Refugiados), órgão interministerial que cuida dos assuntos referentes aos refugiados, o Brasil possui atualmente 8.863 refugiados, de 79 nacionalidades distintas. Dentre eles, os sírios somam 2.298 indivíduos. Em razão do aumento do fluxo de refugiados, o CONARE publicou a resolução normativa nº17, facilitando a entrada no Brasil de quem queira solicitar refúgio em decorrência do conflito sírio, por meio da emissão de um visto de turista válido por 90 dias.

O Estado de São Paulo é aquele que mais recebe pedidos de vistos para refugiados, cerca de 40% do total. Com relação ao número de sírios no Estado, em junho de 2015 os dados apontavam para cerca de 3.809⁸. A capital paulista é por sua vez a cidade com mais solicitantes: 3.276. Logo atrás está a cidade de Campinas, recorte territorial escolhido como base para esse artigo pelo peso que a cidade possui no tocante à presença de refugiados sírios e por ser o local onde vivem as pessoas entrevistadas. Os dados obtidos junto à Câmara Municipal e à Comissão Especial de Estudos (CEE) que acompanha o influxo de refugiados na cidade, contabilizam 37 famílias ou cerca de 218 pessoas⁹.

Os números exibidos servem apenas para quantificar friamente uma realidade que tem histórias de vida, rostos, sofrimentos e crenças. O bombardeio de informações mais nos confunde do que nos esclarece, impondo filtros quantitativos e interpretativos à realidade. É dessa maneira que banalizamos e naturalizamos os acontecimentos por mais trágicos que possam ser. Para Kosik (1976:15) vivemos em um mundo dominado pela “pseudo-concreticidade”, aquele “dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural”. Thompson (2000:14) também assevera que “a informação que obtemos só a partir das estatísticas não pode explicar porque pessoas de algumas culturas migram frequentemente e outras não. Para isso, os testemunhos narrativos são essenciais”.

No intuito de rompermos essa “pseudo-concreticidade”, mergulhando na essência dos fatos sem se ocupar apenas com as aparências e seus intermediários que podem nos desviar da compreensão de uma realidade mais tangível, estabeleci contato com 11 refugiados sírios em Campinas/SP e sua região metropolitana com o objetivo de dar voz

⁵ <http://www.bbc.com/news/world-europe-34131911> (acesso em 28/06/2016).

⁶ http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150904_brasil_refugiados_sirios_comparacao_internacional_lgb (acesso em 28/06/2016).

⁷ <http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/estatisticas/dados-sobre-refugio-no-brasil/> (acesso em 28/06/2016)

⁸ <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/06/brasil-da-exemplo-de-acolhimento-de-refugiados-aos-paises-ricos-diz-representante-da-onu-1318.html> (acesso em 28/06/2015). O número de pedidos de refúgio no estado aumentou mais de 1.000% entre 2010 e 2014, saltando de 310 para 3.612.

⁹ A Sociedade Islâmica de Campinas estima em 39 famílias o número de refugiados sírios.

■ relato de campo

a esses indivíduos a partir de entrevistas e encontros para trazer à luz grupos de pessoas escondidas da história (Perks, 1998), dar uma identidade àqueles que a mídia e muitas organizações enxergam como uma estatística.

O presente artigo também se preocupará em destacar informações que nos permitam entender e avaliar a complexidade da guerra civil na Síria do ponto de vista desses refugiados e como têm vivido em um local tão diferente e distante como o Brasil. Por que a escolha de um país tão longínquo? Quais as formas de amparo encontram aqui? Qual a percepção dessas pessoas com relação ao conflito em seu país? Enfim, pretende-se identificar os efeitos colaterais do conflito sírio sob o viés de suas vítimas que deixaram para trás o som ameaçador de bombas e da escassez de bens e serviços de toda ordem, para se deparar com outro desafio mais silencioso, mas não menos difícil, o de iniciar sua vida do zero em um país que acolhe, mas sem promessas oficiais de suporte. Vivendo como um Aladdin¹⁰ sem sua lâmpada mágica.

As conversas que tive com meus informantes sírios não seguiram um roteiro de perguntas pré-determinadas que necessariamente precisassem ser abordadas. Afinal, como explica Portelli (1998:71), “entrevistas com estruturas rígidas podem excluir elementos cuja existência ou relevância eram previamente desconhecidas do entrevistador. Tais entrevistas tendem a confirmar o quadro de referência prévio do historiador”. Claro que os prévios conhecimentos sobre o conflito na Síria e sobre o Oriente Médio de um modo geral exerceram maior interesse sobre certos eventos e situações. Contudo, especialmente nos primeiros contatos, preferi seguir o ensinamento de Portelli (ibidem) em que “é preciso que o pesquisador ‘aceite’ o informante, dar prioridade ao que ele ou ela desejam falar, do que aquilo que o pesquisador quer ouvir, deixando as questões não respondidas para depois ou outra entrevista”.

Outro ponto importante para o leitor acompanhar o desenrolar dos fatos expostos pelos refugiados em Campinas/SP é que em vários momentos tentei reproduzir exatamente o que ouvi e vi, como falas e suas entonações acompanhadas por gestos que ajudam a priorizar certos assuntos em detrimento de outros. No entanto, há que se tomar cuidado em não apenas focar em como eles dizem o que dizem, mas principalmente sobre que tipo de reflexão temos que ter com base naquilo que os entrevistados realmente descrevem (Thompson, 2000).

Para fins de organização dos fatos, dividi os entrevistados em dois núcleos. Um deles centralizado em Issa e o outro em Alaa El-Deen e sua família.

Com Issa, tive três encontros. O primeiro foi em um restaurante de uma também recém imigrada família Síria; o segundo na casa do irmão de Issa quando fui entregar

¹⁰ Alaa El-Deen é um dos entrevistados e ao se apresentar, citou em tom jocoso o personagem do desenho para pronunciar seu nome. Isso será explorado posteriormente. Aproveito para prevenir o leitor que me reserve o direito, em respeito àqueles com quem tive contato, em oferecer apenas seus primeiros nomes e de não publicar fotos, uma vez que em cada encontro me era pedido para que não houvesse fotografias por questões de segurança visto que ainda há membros de suas famílias vivendo na Síria e porque temem quaisquer represálias em razão de sua fuga. Os encontros aconteceram entre setembro e novembro de 2015 na cidade de Campinas/SP.

■ relato de campo

algumas doações; e o terceiro no restaurante em que passou a trabalhar, localizado em um shopping da cidade¹¹.

Quanto ao segundo núcleo, tive apenas um encontro que se deu na Sociedade Islâmica de Campinas uma vez que essa família quatro dias após nossa conversa deixou o Brasil por motivos que serão esclarecidos posteriormente.

Issa

No dia 25 de setembro de 2015, eu e um amigo egípcio chamado Hossan fomos a um modesto restaurante no centro da cidade, aberto há pouco mais de seis meses, dirigido por uma família de refugiados da Síria que chegou à cidade há dois anos aproximadamente. A família é composta por quatro pessoas: o pai Abu Kamel, sua esposa e duas filhas, antes moradores da cidade de Aleppo, norte da Síria. Abu Kamel é engenheiro. Uma de suas filhas, médica, estava ao caixa quando lá estive. Hossan me ajudou com a tradução e na fluidez da conversa, pois entre os presentes, todos ainda tinham dificuldades com o idioma local.

Logo de início, ao ser apresentado, perguntaram-me se eu era jornalista – talvez por eu estar portando uma bolsa que lembra aquelas de carregar câmeras fotográficas. Mas logo os saudei e respondi em meu árabe básico: “Assalamu aleikum! Aná ustádon” (Que a paz de Deus esteja com vocês! Eu sou professor). Todos se surpreenderam e sorriram quebrando um pouco o gelo. Avisei que sabia um pouco da língua, mas que não conseguiria manter toda a conversa em árabe.

Enquanto almoçávamos, cerca de quatro sírios, todos recém-chegados ao Brasil, estavam à mesa ao lado conversando, entre eles Issa, que se tornaria um dos meus principais contatos, seu irmão Fadi, e seus dois primos Jouny e Elias. Aos poucos fui me inserindo à conversa mediada por Hossan que já conhecia o dono do restaurante Abu Kamel, que por sua vez nos apresentou aos demais e se juntou a nós para falar sobre sua vinda ao Brasil. Muito se falou sobre isso e pouco sobre a situação do país de onde vieram, apesar de minha insistência em algumas perguntas e curiosidades sobre o conflito. Sobre isso, todas elas eram respondidas de forma superficial e genérica. Imagino que ainda fruto do trauma vivido, dos entes perdidos e talvez por certa desconfiança com relação à minha pessoa, ainda estranha para todos.

Todos demonstraram gratidão e alegria com a recepção e hospitalidade dos brasileiros. Abu Kamel afirma que “para brasileiros, sírios não são estrangeiros, eles nos abraçam”. Issa complementa dizendo que “quando sabem que venho de Síria, ficam com pena, me chamam de ‘tadinho’ mas me ajudam”. Todos foram unânimes em dizer que escolheram o Brasil por causa da facilidade em se obterem vistos, algo proporcionado entre outras coisas, pela resolução n.17 do CONARE, citada anteriormente.

Quando perguntei a Abu Kamel quais os motivos que os levaram a sair de seu

¹¹ Contudo, os relatos se basearão no primeiro e no terceiro encontro.

■ relato de campo

país, se eram devido ao governo de Bashar Al-Assad ou à presença de grupos extremistas como o Estado Islâmico (EI), Abu Kamel então pegou um porta-guardanapo que estava sobre a mesa e disse em um português frágil e carregado de sotaque: “esse minha casa. Aqui, governo. Aqui, *Daesh*¹². Eu sair por causa da guerra”. Deixou claro que sua casa ficava exatamente na linha de fogo entre o governo e os jihadistas. Ainda afirmou que perdeu alguns amigos e vizinhos e que já não reconhecia o bairro em que vivia. A falta de água, energia elétrica, medicamentos e alimentos completam o quadro que determinou a vinda de sua família para o Brasil. Nota-se que a resposta foi um tanto evasiva não deixando claro quem é o inimigo e o causador de todo o sofrimento bem como se é ou não simpatizante do governo de Bashar Al-Assad.

Abu Kamel logo pediu licença e se retirou para cuidar dos afazeres do restaurante. A partir desse momento a conversa se concentrou entre mim, Hossan e Issa, que era quem estava há mais tempo no Brasil e falava um português mais inteligível. A conversa se deu quase toda em árabe em respeito aos demais. Os outros apenas acenavam com a cabeça concordando com o que era dito à medida que havia a mediação de Hossan e acrescentando detalhes à memória.

Issa tem cerca de 30 anos de idade e tinha uma fábrica de roupas na Síria. Ele é casado com e tem um filho de 11 meses nascido em Campinas com a ajuda de uma equipe de médicos de um hospital local que fez o parto sem custos. Sua família tem origem basicamente de três lugares: Hama, Damasco e Homs. Seus pais também deixaram a Síria e hoje são refugiados na Jordânia. Boa parte da família, todavia, entre eles seus tios e um irmão, continuam vivendo na Síria, pois não querem deixar alguns dos negócios que ainda resistem ao conflito. Ao falar de sua família, sua voz diminui de intensidade e sua fala faz uma pausa como que de repente as memórias dessas pessoas e suas vidas viessem à tona com muita intensidade e então pondera de forma não muito lógica: “mas aqui tenho trabalho graças a Deus”. Talvez pensando em voz alta como estaria sua vida caso ainda estivesse em sua terra natal. Ele complementa dizendo que

antes da guerra, eu trabalhava, tinha algum dinheiro. Mas quando aconteceu a guerra perdi tudo. Vendi tudo o que tinha, especialmente joias de casamento para vir para cá. Fogão, geladeira e a própria casa não foram vendidos pois quase ninguém queria comprar pois também estavam em fuga. Apesar disso, achava que teria algum apoio, algo que não aconteceu. Então o peso de ter que cuidar da família é muito grande em um lugar sem ajuda.

Issa, que nesse primeiro encontro ainda estava desempregado, reclamou sobre o fato de morar todos juntos (seu irmão, dois primos, sobrinha, filho e esposa, portanto, cinco adultos e duas crianças) no mesmo quarto.

¹² Daesh – Forma como se referem ao grupo em árabe: Dawla Al-Islamyia Al Iraq wa Al Sham – Estado Islâmico do Iraque e da Síria.

■ relato de campo

O local em que estava morando ficava no centro de Campinas. Em razão do elevado valor do aluguel, cerca de mil reais por mês, disse que estava em busca de outro local. Atualmente ele mora com sua mulher e filho no bairro Matão em Sumaré, local conhecido por ser afastado do centro e com elevados índices de violência e pouca infraestrutura. O aluguel agora é de 800 reais segundo Issa. O problema que todos alegaram de forma categórica é que ao chegarem ao Brasil não sabiam que o país estava passando por uma grave crise econômica, com preços elevados encarecendo seus custos de vida.

Questionei sobre como foi chegar a um país com costumes tão diferentes da Síria, especialmente em termos religiosos e quis saber se sofreram algum tipo de preconceito no tempo em que aqui estão. Como resposta, Issa disse que não tiveram problemas quanto ao preconceito e que em termos culturais não houve grandes surpresas, afinal, ele alega que a síria também é um país plural e diverso.

Um ponto bastante sensível na conversa, até certo ponto emocionante, foi quando Issa disse, através da tradução de Hossan que “se demorar mais um pouco [para as coisas melhorarem] eu vou tentar outro caminho, vou pegar um barco e tentar a Europa. Prefiro morrer no mar a ver minha família morrer aqui aos poucos”. Citou a Alemanha como exemplo e disse “que quando se chega lá, um casal ganha do governo mil euros, com seguro, com tudo, até com escola. Aqui não há nenhuma ajuda do governo, apenas de pessoas”. O pouco de dinheiro que consegue, a maior parte vai para o aluguel. Seu filho Diego hoje frequenta uma creche, mas em caráter gratuito, algo que reforça que a solidariedade chega mais através das pessoas do que dos órgãos públicos.

Insisti novamente em descobrir maiores detalhes sobre o conflito, mas sem sucesso. As respostas continuavam vagas e genéricas. Percebi certo desconforto e então mudei de assunto, perguntando como eu poderia ser útil no sentido de contribuir com alguma ajuda face às necessidades prementes da família. Hossan então traduziu:

depende da ajuda e de quem ajuda. Se alguém doa de maneira que nós sentimos ser um tipo de obrigação ou por querer alguma vantagem em troca, não aceitamos. Aceitamos quando notamos algum carinho, quando percebem que a pessoa de fato quer ajudar, sem arrogância, sem demonstrar pena só por serem sírios.

O constrangimento quanto a receber doações é compreensível, pois na Síria eles não precisavam da ajuda, tinham emprego e recursos, algo que não condiz com a realidade atual. A questão de doações, provavelmente soa para essas pessoas com o propósito de esmola, ligada à mendicância. Aliás, é importante lembrar que Issa diz ter sido surpreendido com o número de mendigos nas ruas da cidade. Talvez para ele a esmola seja uma espécie de perversão de sua honra, pois além de paliativa, ela reforça a mendicância, tal como caracteriza Dostoievski (2013:332) ao afirmar que

o propósito, o prazer decorrente da esmola é um prazer arrogante e

■ relato de campo

amoral, é o prazer do rico com a sua riqueza, com o seu poder e com a comparação da sua importância à importância do miserável. A esmola perverte tanto quem dá quanto quem recebe, e ainda por cima não atinge o objetivo porque reforça a mendicância.

Por isso, Issa tenta mostrar a todo instante que não está no país para ficar de braços cruzados e faz questão de expor sua força de vontade em trabalhar e sustentar sua família.

Ao final do almoço, alguns dos presentes tiveram que sair, inclusive Issa que tinha uma entrevista de emprego para realizar. Abu Kamel então apareceu e apresentou sua mulher que estava na cozinha preparando os pratos. Despedimos-nos de todos, com abraços e poucas palavras, pois já não havia muito que ser dito como consolo em razão da situação de todos. Abu Kamel ainda nos trouxe um livro de português para estrangeiros e disse estar aprendendo com uma voluntária e que da próxima vez que eu voltasse ele estaria melhor no idioma.

Pouco tempo depois desse encontro no restaurante de Abu Kamel, no dia 01 de novembro de 2015 me reuni novamente, agora sozinho, com Issa. Esse encontro aconteceu em um grande shopping da cidade bem em frente ao restaurante onde ele recentemente fora contratado como ajudante de cozinha.

Seu trabalho, em suas palavras, é “mais ou menos...muito difícil ônibus para Matão [onde mora]. Eu falou [falei para meu] chefe: tempo do trabalho não muito bem [bom]...eu falou precisa fazer trabalho 8 horas até 4 ou 5 horas da tarde”. Nos dias em que horários de trabalho vão até mais tarde, Issa não encontra ônibus para sua casa em Matão. Assim, ele vai até o centro de Campinas e dorme na casa do seu irmão. Sobre sua família no Brasil, ele diz que seu “irmão trabalhando como pedreiro e pintor. Irmão, primos, todos trabalham com pintura, colocam telhados, pisos”.

Preocupado com a questão da exploração no trabalho¹³, tentei conhecer um pouco mais sobre seu contrato de trabalho. Com relação ao valor que ganha no restaurante ele diz:

eu trabalho 1h e ganho R\$4,90 [R\$4,90 por hora de trabalho]. Trabalho 7 hora, 8 hora em um dia...um semana eu preciso trabalho [trabalhar] 35 hora. 35 hora, mais ou menos...R\$75. Quatro semana...até R\$800,00 por mês. Mas eu tenho ‘tip’ [gorjeta]. O tip ajuda pouco...uma semana R\$100,00 reais, outra R\$125,00¹⁴.

Finalmente consegui abordar alguns aspectos sobre o conflito na Síria e sobre as ações internacionais especificamente com a recente entrada da Rússia nos enfrentamentos.

¹³ http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150929_sirios_exploracao_trabalho_fo_cc (acesso em 07/12/2015).

¹⁴ Ainda que possam impactar de alguma maneira, haja vista o elevado custo de vida em uma cidade como Campinas, os valores que Issa recebe estão dentro dos parâmetros das convenções estabelecidas pelo SINDISOL (Sindicado dos Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares) – ver: <http://www.sindsol.com.br/noticias/item/367-resumo-das-altera%C3%A7%C3%B5es-da-conven%C3%A7%C3%A3o-2015> (acesso em 07/12/2015).

■ relato de campo

Ainda que não sejam explicações tão complexas e aprofundadas como desejado, foi uma primeira abordagem menos vaga sobre o assunto. Issa teceu alguns comentários sobre isso e chegou a defender o presidente sírio Bashar Al-Assad:

eu acho Rússia fazer bem. Porque América [EUA]...ela fazer guerra Estado Islâmico. Mas um ano não fazer nada. Rússia um mês! [e exalta e gesticula com a mão indicando que já está resolvido]. Agora América paga 1 milhão de dólares para terroristas...1 milhão! vai parar na mão de terroristas. Mas quase todas pessoas em Brasil falou [falamos que] Bashar Al-Assad não bem [não é bom]. Mas ele fazer Síria muito forte, ele fazer Síria muito bonita, ele fazer Síria muito, muito forte [fala com orgulho]. Mas Arábia Saudita, Qatar, Turquia quer tirar Assad. Por quê? América fazer guerra Iraque e Iraque acabou. Terrorista depois [terroristas chegam em seguida]. América fala precisa fazer paz [paz] com Israel. Ele [Bashar] fala não. Israel tem guerra com Síria em Golã. Ele fala não: Israel voltar Golã eu fazer paz [Israel devolve Golan então eu faço a paz]. Mas América, Europa, fazer média internacional.

É patente a sua insatisfação em perceber o quanto a mídia ocidental reforça os projetos de algumas potências para Bashar Al-Assad. Além disso, ressalta a postura firme de seu presidente com relação a Israel que durante a Guerra dos Seis Dias de 1967 anexou as Colinas de Golã, anteriormente território sírio.

Questiono qual o peso das diferenças sectárias para o conflito, se elas são preponderantes, e como essas diferenças, que tem seus simpatizantes e que polarizam os apoios, como Síria, Irã e Hezbollah de um lado e Turquia, Qatar e Arábia Saudita de outro, influenciam o conflito. Issa responde:

você sabe: musulmano tem suni e shí'i. Quase todo árabe é suni. Mas Bashar shí'i, Irã, shí'i. 1400 anos suni e shí'i em guerra. Até agora não tem paz [paz - e bate as mãos em sinal de inexistência]. Bashar shí'i, precisa shí'i [justificando a ajuda do Irã e outros grupos xiitas]. Na Síria não tem problema, suni, shí'i, cristãos [cristãos]...não tem problema. Se presidente fazer bem, não tem problema. Ele [Assad] shí'i mas fazer Síria muito bem, tem dinheiro bom, muito forte. Salário pessoas antes, muito bom [se exalta, demonstra alegria].

Como se nota, apesar da superficialidade da explicação é possível tirar como lição do ponto de vista de Issa, que a questão envolvendo divisões religiosas não é o principal fator do conflito, uma vez que as divergências entre sunitas e xiitas são muito antigas e, além disso, o presidente garante a harmonia religiosa em um país tão diverso como retratado por Issa.

Sobre o EI, ele brevemente comenta que “não são musulmano verdadeiro. Se musulmanos apoia [apoiassem] *Daesh*, por que matam musulmano?” Nesse caso, o *Daesh* não representa a comunidade muçulmana, pois é justamente ela quem mais tem sofrido

■ relato de campo

em razão do avanço desse grupo. No entanto há que se fazer uma ressalva em dois pontos nessas últimas falas. A primeira contém traços avessos às políticas ocidentais criticando a forma e a eficácia de suas intervenções não só no atual conflito, mas em outros mais antigos e que teriam influência na situação presente. Outro detalhe que chama a atenção é ter mencionado que os EUA enviam dinheiro para terroristas, nesse caso o EI (*Daesh*). Isso nos leva ao segundo ponto que também será observado quando da exposição do núcleo de Alaa El-Deen, sobre a questão de teorias conspiratórias. O EI seria uma criação sionista-americana com o intuito de desestabilizar a região para fins de domínio econômico e político. Demant (2015a) corrobora com essa afirmação ao dizer que “na região, muitos acreditam em teorias conspiratórias absurdas de que o EI é uma invenção dos EUA ou de Israel”.

A conversa então é interrompida, pois já começava a ficar tarde e Issa já demonstrava ansiedade para terminar até porque precisava pegar um ônibus para retornar para casa. Ele apenas finaliza reforçando algo que sempre disse em todas as vezes que nos falamos: “quero trabalho, trabalho, trabalho...melhor trabalho. Eu falo [para] amigos: preciso olhar outro trabalho. Salário é pouco...Aqui quase R\$1.000, e só aluguel [da] casa, 800 reais”. Ao final desse encontro entreguei um jogo de cobertores e roupas de cama como doação que ele mesmo havia pedido. Ele, ainda com uma postura um tanto constrangida, agradeceu, me abraçou, virou as costas e desapareceu na penumbra da noite que caía.

Aladdin sem lâmpada

O segundo núcleo de refugiados que tive contato direto é composto por Mouhamad, de 18 anos, Alaa El-Deen, 24, - que inclusive pediu para chamá-lo de Alaa ou Aladdin como o do desenho da Disney - e Hoda, 44, mãe de Mouhamad e tia de Alaa El-Deen, todos oriundos de Damasco, capital da Síria. Também estão com eles outras quatro pessoas entre primos e sobrinhos, mas que não estavam presentes. O encontro aconteceu na sede da Sociedade Islâmica de Campinas no dia 04 de novembro de 2015 e foi mediado por Nader, secretário da Sociedade Islâmica de Campinas. Foi ele quem auxiliou no agendamento desse encontro e nas traduções de algumas falas.

Hoda, usando o hijab, era a mais tímida e com maior dificuldade com o idioma local e apenas observou a conversa que se concentrou nos rapazes, os alegres e sorridentes Mouhammad e Alaa.

Inicialmente, pedi para que dissessem como era a vida em Damasco antes do conflito e o que motivou a vinda para o Brasil. Responderam que têm uma marmoraria nos arredores da cidade e que enquanto lá residiam, tinham uma vida digna com algumas posses. Notei que fizeram o uso do verbo no presente, “temos uma marmoraria”. Isso porque parte da família que ainda reside na Síria insiste em não fugir. Alaa diz: “tem pai, mãe e tem irmão... mas não vão para outro país...tá difícil...não querem sair, tem casa, empresa, deixa tudo vai pra outro país, não querer...mas tão bem, graças a Deus”. Entretanto, um dos fatores que

motivaram a vinda para o Brasil é que apesar de estar em Damasco, segundo eles “um local menos complicado, pois está perto da casa do presidente”, é que a “casa e fábrica... destruiu com guerra. Todo dia tem ataque”. Mouhamad acrescenta que “dois irmãos da minha mãe faz quatro anos não saber onde está”. Sua casa e fábrica foram atingidas e parcialmente destruídas em um dos ataques. O conflito tinha encontrado essa família que escolheu o Brasil pelo mesmo motivo de tantos outros: a facilidade em se obterem vistos.

A família de Alaa desde que chegou há cerca de um ano, já morou em São Paulo por três semanas, mas foi uma experiência ruim na visão dele: “Eu morar [morei] em São Paulo...mas não gostei...muita gente, muito carro...aqui mais calmo”. Campinas, apesar de mais “calma”, também cobra um preço alto pelo custo de vida, fazendo com que, a exemplo de Issa que se deslocou para Sumaré em busca de aluguel mais barato, eles fossem morar em Hortolândia. Desde que chegaram, Alaa e Mouhamad já trabalharam na área da construção civil (como pintor e ajudante de pedreiro), mas estão desempregados há mais de 3 meses.

Aprofundando a conversa, questionei sobre a política síria, com relação à presença de Assad e de outras pessoas que querem sua saída. Aqui há um ponto de divergência entre Issa, que defende a permanência de Bashar Al-Assad, e Alaa que afirma: “nós não gostar de Assad...muito ditador. Sabe ditador?”. E eu acrescentei: e se não existisse o EI, mesmo assim teriam deixado a Síria? E ele responde laconicamente: “é complicado”. Insisti em saber qual a opinião dele sobre a possível saída de Assad e Alaa me interrompe no meio da pergunta dizendo: “Assad não sai. Difícil. Muito difícil. Mas se sai, fica pior. Sabe, agora tem o *Daesh*, Al-Qaeda. Mas a Rússia ajuda presidente. Irã também. Hezbollah libanês também”.

Nader então exprime sua opinião sobre o conflito com base na fala de Alaa:

não tem absolutamente nada de religioso [e aumenta a entonação]. São conflitos políticos. Tudo isso que tá acontecendo lá é em função da geopolítica mundial. Só que a gente analisar o que o Alaa tá falando... tem um presidente e tem grupos contra...rebeldes, por exemplo o Estado Islâmico, a Al-Qaeda. Se a gente analisar essa conjuntura a gente vai ver que esses grupos também são grupos políticos. Quando houve o desmantelamento da URSS e a Rússia ficou isolada, pois as demais repúblicas lutaram pela independência...com desmembramento daquela estrutura, algumas repúblicas do Oriente Médio também ó [e bate com as mãos] largaram mão dos soviéticos. Só que o Bashar Al-Assad...o pai dele... [e Alaa intervém lembrando o nome de Hafez Al-Assad]...o pai dele Hafez por exemplo, e o próprio Bashar, eles mantiveram aliados aos russos. Então o que aconteceu? Os EUA foram lá e arreventou...eles compraram Saddam Hussein, depois transformaram ele num vilão, arreventaram com ele. Depois o Ghadafi, arreventaram com ele. E olha como esses caras morreram! [exclamou]. Então os americanos vão ocupando aquela região dessa maneira. Então, como Bashar manteve-se aliado aos russos, então os russos não deixam ninguém entrar lá. Eles têm o poder de veto dentro do conselho de segurança da ONU. Então ninguém pega, ninguém tira o Bashar de lá! [exclama mais uma vez]. Os

■ relato de campo

americanos patrocinaram esse grupo de jovens rebeldes que pegaram no Oriente Médio, Europa e Ásia – tem indiano, paquistanês, tem europeu - a maioria é de vagabundo.

Nesse ponto Alaa interrompe novamente concordando com o exposto por Nader e complementa que esses jovens aliciados “estão felizes, pois não tem o que fazer no país deles...desempregados”.

Nader continua:

os americanos patrocinam, deram treinamento para eles na Inglaterra, providenciaram armas e os britânicos treinaram. Lê nas entrelinhas o quanto de sujeira tem por trás disso. E quem paga o pato? O povo! [apontando para os refugiados ali presentes]. Esses grupos que tão lá, todos eles hoje representam uma ameaça. Você [apontando para mim] perguntou se o Bashar sair...Vai ficar muito pior! [exclama]. Porque é um bando de maluco, tudo interesseiro, estão lá pelo dinheiro e pelo poder, ninguém quer saber de religião.

Mais uma vez fica nítida a mágoa com relação ao ocidente, representado por britânicos e norte-americanos, e novamente vêm à tona argumentos ancorados em raciocínios conspiratórios uma vez que não há provas cabais de que tais potências patrocinam e treinam grupos jihadistas como o EI em prejuízo da população local e em benefício de cálculos político-econômicos.

Sobre isso quis que eles dissessem o que pensam do EI, se ele representa os muçulmanos e a religião. Compactuando com a impressão de Issa, Alaa, Hoda, Mouhamad e Nader em tom uníssono e sacudindo a cabeça negativamente respondem: “de jeito nenhum!”. Nader acrescenta:

a gente vê daqui do ocidente esses vagabundos lá matando pessoas de forma bárbara, de forma horrosa...aquilo é assassinato! Dizem Allahu Akbar! E corta a cabeça do cara! Taca fogo em outro! O que é isso? [se exalta]. No Islam tem um versículo no Corão que se você mata um inocente equivale a ter matado a humanidade toda. É um pecado gravíssimo! Você não pode tirar a vida de ninguém. Então o que esses vagabundos estão fazendo não é o Islam, isso é política, isso são grupos, guerrilhas armadas que não tem vinculo nenhum com a religião.

Há que se ter coragem de assumir ou ao menos considerar a hipótese de que esses grupos são de muçulmanos. A discussão de serem ou não serem muçulmanos suscita a questão de que um grupo microscópico não deve ser confundido com os muçulmanos de um modo geral e especialmente com a religião em si. Para Demant (2015b:34) “o dilema central parece recair na dificuldade em diferenciar a crítica da religião da crítica dos muçulmanos como grupo. Precisamos distinguir dogmas, crenças e visões de mundo de um lado, de indivíduos e grupos de outro” (tradução livre do autor desse artigo) ¹⁵.

¹⁵ “the central dilemma seems to lie in the difficulty to differentiate critique of religion from criticism of

■ relato de campo

Há uma grande heterogeneidade entre os muçulmanos, que assim como judeus, cristãos ou budistas, há aqueles que se valem da religião para rejeitar a modernidade e seus modos de vida. Há, portanto, que se distinguem entre os militantes que buscam islamizar sua sociedade, os que tentam explodi-la por não conseguirem islamizá-la, e os mais “quietos” que evitam a política completamente (Ruthven, 2005) ainda que existam componentes na religião islâmica cujas interpretações conduzam para a incompatibilidade com a democracia, pois a única soberania provém de Deus. Enfim, enquanto de um lado uns tentam repudiar alguns atos violentos valendo-se da negação de que esse ou aquele grupo seja muçulmano e por outro haver uma espécie de generalização da culpa, será difícil aparar as arestas que tanto distanciam o diálogo entre “nós” e “eles”.

Em um momento seguinte, instiguei Alaa sobre a questão sectária em seu país e o modo como isso pesa para o conflito. Nader então traduz sua resposta:

ainda tem problema entre alauíta, xiita e suni...quando Saddam Hussein foi derrubado do poder, teve seu grupo de fiéis, que eram da cúpula do exército... esse grupo é sunita e se manteve fiel a Saddam Hussein. Então eles [EI] têm treinamento, são militares, são profissionais e tem armas.

Como a continuação da explicação foi um tanto redundante, pois se concentrou em explicar a origem da divisão entre xiita e sunita, interrompi então para saber se ele e sua família são sunitas, xiitas ou alauíta. Alaa assevera categoricamente: “sou muçulmano”¹⁶. Nader acrescenta que para discutir essas questões no ocidente é muito difícil “porque a população ocidental mal sabe o que é o Islam. O que acham que é o Islam? Terrorista! Homem-bomba! Barbudos!”. Alaa aproveita a deixa e brinca: “eu uso barba só porque gosto, viu! [muitos risos]”.

Brincadeiras à parte, a alegação que há no Brasil um grande desconhecimento acerca do Islam e seus seguidores, é verdadeira, ocorrendo generalizações negativas, por vezes pejorativas e depreciativas. Muito disso veiculado pela mídia internacional e especialmente a nacional. Há um estudo de Castro (2007) que mostra a forma em que dois dos maiores jornais brasileiros, O Estado de S. Paulo e a Folha de S. Paulo, representam os árabes e muçulmanos seis meses antes e seis meses depois dos atentados de 11 de setembro de 2001. Esse trabalho aponta que as principais manchetes e notícias do período vinculavam o Oriente Médio, os árabes e os muçulmanos à violência e ao atraso. Com a atual crise na Síria, isso Muslims as a group. We need to distinguish dogmas, beliefs and worldviews on the one hand, from individuals and groups on the other”.

¹⁶ Sobre as questões sectárias, Nader narra uma anedota a título de exemplificação: “a gente não vê diferença. Tem até uma piada que a gente conta de um debate entre um sheikh sunita e outro xiita. Só que eles combinaram de fazer esse debate na mesquita xiita. Aí quando o sheikh sunita entrou lá, ele tirou o chinelo e colocou debaixo do braço e pisou no carpete. Aí o sheikh xiita falou: ‘espera aí, para com isso! Por que você está entrando com um chinelo? Coloca na estante lá’. Aí o sheikh sunita disse: ‘não, é ensinamento do profeta que quando se entra numa mesquita xiita deve-se colocar o chinelo debaixo do braço’. E o xiita responde: ‘mas na época do profeta nem existia xiita!’ E o sheikh sunita então diz: ‘então acabou o debate’ [risos]”.

■ relato de campo

acaba por reforçar estereótipos que podem em alguns casos se transformar em preconceitos com consequências mais graves, que no caso dos refugiados sírios, poderiam eventualmente se deparar com episódios de xenofobia, com rico material jornalístico e testemunhal entre os muçulmanos que vivem no Brasil que retratam episódios de xingamentos e outros tipos de agressões às mulheres usando *hijab*, por exemplo.

Questionei também qual o ponto de vista deles sobre a questão do fundamentalismo islâmico. Alaa, através da tradução de Nader, afirma que “não pode generalizar. Nem todo muçulmano é radical. Não gosta e não aceita, eles são minoria. Tem muitas informações que a mídia sionista traz que são falsas”.

Esse trecho é passível de três comentários breves. O primeiro é com relação ao fundamentalismo, ele é visto por Alaa como algo negativo, ligado ao jihadismo. Segundo, que ao afirmar que os fundamentalistas (radicais em sua concepção) são minoria, então pode haver aqui uma contradição se levarmos em conta que o EI, sendo jihadista, é fundamentalista. Nesse caso, a contradição reside no fato de que se antes o grupo não era tido como muçulmano, agora, indiretamente parece o ser, mas parte de uma minoria dentre os muçulmanos do mundo. Em terceiro e último lugar, quando usaram a palavra sionista como adjetivo de mídia, interrompi sua fala para entender de que forma isso pode ser um problema. Então Nader traduz a explicação da seguinte forma:

Não posso dizer que há problema com judeu...ele é um crente como outro qualquer, judeu é meu irmão. Tanto é que a gente usa a palavra sionista, o sionismo que já é uma estrutura política, paramilitar, que foi quem elaborou a criação do Estado de Israel, desde Theodor Herzl, que elaborou um plano para em 50 anos se criar o Estado Judeu. Aí eles tinham opções mas optaram pela palestina pois era o único país no mundo que não tinha milícia, não tinha exército, não tinha quem protegesse sua fronteira. E em 1948, se criou o Estado de Israel. Não tenho nada contra o judeu. O problema é o sionismo. O judeu não é o problema, é o sionismo [ênfatiza].

Aqui cabe a reflexão sobre o emprego do termo “judeu”. Para Alaa seria cultura, religião, povo, traço étnico ou nacionalismo? Provavelmente, inconscientemente ele “desetniza” o judeu, separando o marcador cultural e étnico do religioso, quando na verdade, o judaísmo é um exemplo característico de religião étnica (Roy, 2008).

Essa separação é aspecto comum à fala de muitos muçulmanos na tentativa de exaltar sua tolerância religiosa, mas de criticar o nacionalismo secular judaico que “coloniza” terras palestinas e que deve, portanto, ser combatido enquanto prática imperialista de Estado segundo sua visão.

Além disso, ele também indica uma separação entre aquilo que crê representar o Estado de Israel e sua política imperialista, da etnia, religião e povo judeu, que além de ser mais antigo que o próprio Estado moderno israelense, muitos deles não simpatizam com as políticas atuais de seu país. Ao mesmo tempo tem em mente que em termos religiosos

■ relato de campo

os judeus são um dos povos do “livro”, assim como cristãos, e nesse caso deve-se conceder um tratamento respeitoso e indulgente.

Após esse bloco de reflexão, da mesma forma como fiz para Issa, perguntei qual foi o “choque” ao chegarem ao Brasil, quais foram as principais diferenças em se tratando de culturas bem distintas. Além disso, se sofreram algum tipo de preconceito aqui. Alaa diz:

adoro Síria. Nasci lá. Quero voltar para lá [demonstrando muito orgulho]. Aqui é muito diferente de lá. Por exemplo, olha mulher aqui: aqui não fecha cabelo [não se usa o véu]...por exemplo...a gente...comida...não pode comida de porco... cerveja...mas eu bebo e fumo [risos]. O que faz falta quando ir embora é a simpatia de brasileiros. Sempre trata bem, com sorriso. Na Síria, um pouco mais fechado. Mas agora no Brasil tem crise...esse difícil...pouco salário, pouco trabalho...acho que Brasil pobre também. A gente precisa, mas o brasileiro precisa mais. Agora por exemplo: quanto tá o dólar? Quase quatro!

Se o Brasil tem apresentado dificuldades do ponto de vista econômico e mesmo com relação ao idioma, um complicador na hora de conseguir trabalho, interpelei se não seria mais fácil eles irem para outro país árabe-muçulmano mais próximo, como Egito ou Jordânia, por exemplo, até por afinidades culturais e linguísticas. Alaa explica “que lá não pode, não tem visto. Brasil, olha só...muito longe, mas visto fácil. Eles [Egito e Jordânia] abre porta e depois fecha rápido”. Nader complementa:

a política nesses países árabes, se partir da lógica da língua e da cultura como você [apontando para mim] disse ser um facilitador, mas é a política que manda. Então esses governos não abrem espaço para os sírios, não abrem espaço para entrar...é como o Alaa falou: abre um período pequeno, dá uma janela e depois fecha rápido. Porque são países em crise, estão em uma situação ruim também, a vida lá é dura, também tão desempregados, passam fome. Para o Líbano foram vários sírios, cerca de 1 milhão, mas o país é pequeno, você praticamente dobra a população [há aqui um certo exagero quanto à quantidade informada]. Quando se abre a oportunidade como o Brasil, de receber sírios, desde que os custos sejam deles, há maior fluxo para cá. Só que quem atravessa o oceano, são pessoas que têm condições [financeiras]. Então a gente fala, até para prefeitura de Campinas: olha, o governo brasileiro recebeu de graça mão-de-obra qualificada. A especialidade desse aqui é mármore [apontando para Alaa], outro vizinho deles trabalha com pintura, decoração mais alto nível, eles têm conhecimento lá que aqui você não vê. Tem médicos, engenheiros...tem pessoas que vem de um bom nível profissional.

Após esse comentário, percebo que Mouhamad e Alaa falam algo em voz baixa para Nader. Então ele diz que ele teria que levar a família de volta para casa para “arrumar as coisas” e passar em uma casa de câmbio para trocar dinheiro. Estranhei e perguntei se estavam de mudança. Nader se antecipa a Alaa e me revela algo muito importante:

■ relato de campo

no domingo, dia 08 de novembro de 2015, quatro dias após nosso encontro, essa família estaria de partida do Brasil. Iriam para a Turquia para então tomar um barco e atravessar o Egeu até a Grécia. Alaa complementa demonstrando uma grande preocupação com a travessia: “você viu criança morta na praia em Grécia?...mas o que faz? Pode ser que alguém de meu família não consegue [diz isso com cabeça baixa e voz em tom melancólico]”. Há um momento de silêncio rompido com minha pergunta para qual país europeu tem preferência. Alaa afirma ser “Alemanha, Suíça ou Suécia...eu vai ver quando chegar lá...está na mão de Deus...lá temos que aprender a língua, mas acho que vai ter mais oportunidade que aqui. Lá tem apoio de governo”. Descobri posteriormente que a maior intenção era a Suécia pelo fato de lá já ter um parente, um tio.

A crise econômica do país, se ruim para brasileiros, é ainda pior para eles, que sem emprego e sem apoio do Estado, não conseguem uma vida digna no Brasil. Além disso, outro fator que revelaram ser importante na decisão para ir embora foi a violência. Nesse instante houve alguns risos de constrangimento por parte de todos os presentes, especialmente dele e de Nader, uma vez que é uma situação um tanto ambígua já que saíram de um país em guerra civil, mas têm medo da violência do Brasil. Alaa, já em um tom mais sério, citou o exemplo de sua prima que trabalha em uma pizzaria em Hortolândia e que passou por um assalto a mão armada, algo pouco comum na Síria segundo ele. Assumi que tem medo por não dominar o idioma e ser morto em um assalto pelo fato de que o suposto delinquente possa não compreender o que dizem.

Em suma, eles têm plena consciência dos riscos que os esperam e confessam o medo de que ao final dessa odisseia nada idílica, nem todos poderão estar juntos. O mar pode reivindicar sua parte.

No final, me recordo do famoso desenho da Disney “Aladdin”, de 1992, quando o protagonista Aladdin surge com seu fiel e simpático amigo, o macaquinho Abu, pulando e cantando sobre os telhados da cidade de Agrabah: “tenho que correr e ser ligeiro/ Pular/ Pra me livrar”. Qualquer semelhança não é mera coincidência, pois assim como nosso Alaa El-Deen, o movimento e o perigo parecem uma sina. Mas se ele tivesse uma lâmpada mágica como no desenho, creio que não precisaria usar os três desejos. Bastaria um: voltar ao seu lar. Em paz. Incha'allah!

As Ações do Poder Público Municipal

Após conhecer alguns anseios, perspectivas e dificuldades encontradas por alguns dentre as dezenas de refugiados em Campinas e sua região, cabe perguntar: como o poder público tem agido em prol dessas famílias. Quais são as ações promovidas? De que ponto de vista examina a atual conjuntura? Quais secretarias estão engajadas para dar suporte aos refugiados? Há algum programa para refugiados? Para tentar encontrar algumas

■ relato de campo

respostas, no dia 08 de novembro de 2015, houve um evento¹⁷ na Sociedade Islâmica de Campinas que entre os objetivos, era o de promover uma conversa e apresentação de propostas e ações acerca da questão dos refugiados, principalmente sírios e haitianos. Estavam presentes membros de secretarias municipais, da Câmara dos Vereadores, alguns membros da Sociedade Islâmica de Campinas e refugiados, cerca de 20 deles, a maioria haitianos.

O vereador Pedro Tourinho exaltou a política nacional de acolhimento de refugiados, de concessão de asilo, frisando que essa acolhida, entretanto, consiste apenas em facilitar vistos e documentos como a carteira de trabalho, mas não promove meios de acesso aos direitos que muitos brasileiros têm, em tese, à moradia, saúde, educação entre outros. Há muito mérito no número de pessoas acolhidas¹⁸, mas não no seu atendimento em termos de direitos e mesmo em orientação a partir do momento em que pisam em solo brasileiro.

Para ao menos reduzir esse hiato entre a mera acolhida e o amparo legal, é premente que se reveja, atualize e por fim seja substituído o obsoleto Estatuto do Estrangeiro (lei n. 6.815 de 19 de agosto de 1980)¹⁹. Para esse propósito está em trânsito no Congresso Federal, o projeto de lei 2016/2015²⁰, chamado de Lei de Migração²¹ de autoria do senador Aloysio Nunes. Nesse projeto, as garantias, direitos e deveres dos imigrantes estão tipificados de forma mais objetiva além de promover uma maior desburocratização de alguns procedimentos. Também há uma maior clareza com relação aos princípios que nortearão política migratória, a exemplo do artigo 3º (Dos Princípios e Garantias). Existe também uma modernização quanto ao vocabulário empregado no contexto atual das migrações, como por exemplo, o emprego da palavra xenofobia que sequer é mencionada no Estatuto do Estrangeiro de 1980. Por fim, deve se ressaltar a promessa em agilizar a naturalização de pessoas, especialmente no caso de apátridas. Nesse caso específico, o então ministro da justiça José Eduardo Cardozo assinou um aviso interministerial encaminhando à Casa Civil um projeto de lei que reconhecerá como brasileiras pessoas sem nacionalidade reconhecida por algum Estado²².

¹⁷ “Saúde da Mulher e a Questão dos Refugiados em Campinas”.

¹⁸ O número de refugiados acolhidos pelo Brasil segundo o vereador, chega a ser maior que o dos EUA. Porém, quando comparamos com o número de outros países como a Turquia, Jordânia e Líbano, por exemplo, não há muito que celebrar. Pois em cinco anos, respectivamente, esses países acolheram cerca de 2.739,326, 655.217 e 1.048,275 de sírios. (http://data.unhcr.org/syrianrefugees/regional.php#_ga=1.87420561.862338619.1467139081 acesso em 28/06/2016).

¹⁹ Nos 118 artigos, o projeto trata de assuntos como situação documental do imigrante; registro e identidade civil; controle migratório; repatriação, deportação e expulsão; opção de nacionalidade e naturalização; direitos do emigrante brasileiro; medidas de cooperação, como extradição, transferência de execução de pena e transferência de pessoas condenadas; e infrações e penalidades administrativas. (<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/07/02/projeto-de-lei-de-migracao-e-aprovado-pela-comissao-de-relacoes-exteriores> - acesso em 08/12/2015).

²⁰ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6815.htm (acesso em 08/12/2015).

²¹ <http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1594910> (acesso em 08/12/2015)

²² <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/08/nova-lei-de-migracoes-devera-substituir-estatuto-do-estrangeiro> (acesso em 08/12/2015).

■ relato de campo

Contudo, essas ações ainda estão no plano legislativo a caminho de aprovação. A sobrevivência desses refugiados bem como uma vida digna em nosso território não pode acompanhar o ritmo da máquina pública. Nesse caso, as ações ainda têm sido bastante tímidas no tocante à inserção desses refugiados na sociedade e no gozo de seus direitos que muitos desconhecem por falta de orientação. Tais ações partem principalmente de ONGs, de práticas solidárias individuais com doações daquilo que necessitam para sua sobrevivência, de algumas entidades religiosas como a Catedral Metropolitana Ortodoxa e a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo²³ e seu centro de acolhida para refugiados; o Lar Sírio Pró-Infância; Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes (CRAI) da Prefeitura de São Paulo, o Comitê Migratório Sírio; as Sociedades Islâmicas, a exemplo da Sociedade Islâmica de Campinas; universidades e alguns de seus departamentos, como o Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP) com o oferecimento de cursos²⁴ para refugiados sobre o Brasil e o novo contexto de vivência visando facilitar sua adaptação ao país.

Voltando à esfera municipal, Tourinho disse ter criado uma Comissão Especial de Estudos (CEE) “para acompanhar e observar as ações promovidas pelo poder público quanto aos refugiados para que eles consigam acessar os seus direitos como à saúde, moradia, trabalho e educação”.

Ele pede que os imigrantes sejam os protagonistas dessa comissão,

trazendo para nós os problemas que têm enfrentado. A gente já ouviu, por exemplo, que apresentaram problemas bastante interessantes que eu jamais teria pensado mesmo nascido e criado no Brasil, como a dificuldade para alugar um imóvel, das situações de extorsão que sofrem quando se apresentam como imigrantes em situação precária e incerta. Por exemplo, quando não encontram fiador acabam sendo extorquidos tendo que pagar o dobro. Outra dificuldade evidente é a língua tanto para os sírios como haitianos. Felizmente nós temos a Secretaria de Educação da cidade oferecendo curso de línguas para parte desses imigrantes dentro do programa de educação de jovens e adultos (EJA). Todas essas questões nós temos buscado escutar e o que a gente quer na verdade é convidar toda essa comunidade de Campinas que compartilha de uma história comum como o caso dos sírios, de crenças, de valores, que venha se integrar e apoiar o trabalho dessa comissão para que a gente possa enxergar, antes de mais nada, quais são os principais problemas que as pessoas vivenciam hoje e dessa forma poder abordar essas questões a partir da ótica da política pública. A gente entende que a melhor maneira de garantir às pessoas boas condições de subsistência, de construção de uma vida no Brasil é integrando as pessoas à cadeia de políticas públicas que todo brasileiro tem direito (TOURINHO, 2015)²⁵.

²³ <http://caritasarqsp.blogspot.com.br/> (acesso em 08/12/2015).

²⁴ <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia2.php?id=243048&c=6> e <http://www5.usp.br/99926/na-usp-refugiados-aprendem-geografia-do-brasil-e-encontram-apoio-para-adaptacao-ao-pais/> (acessados em 08/12/2015).

²⁵ Depoimento realizado em evento na Sociedade Islâmica de Campinas/SP em 08/11/2015.

■ relato de campo

O vereador também narra um caso de um imigrante sírio que lamentou o fato de que somente após um ano desde quando chegou a Brasil alguém enfim teria dito como faria para revalidar um diploma de graduação obtido em seu país. Essa seria umas das dificuldades que se enquadram naquilo que a comissão pretende dirimir.

Tourinho ainda afirma que “um quadro que nossa comissão observa, são ações de combate ao preconceito e discriminação de qualquer ordem, seja do ponto de vista religioso, racial, cultural. A comissão é um espaço para denúncia e enfrentamento dessas questões”. Conclui dizendo que “a Secretaria de Assistência Social através do Departamento de Cidadania tem feito um trabalho bastante intensivo, bastante vigoroso de estruturação de ofertas e articulação de uma rede de apoio e solidariedade aos imigrantes”²⁶.

Segundo o Departamento de Cidadania, em Campinas já são ministradas aulas de português²⁷ para os refugiados, e no caso dos sírios existem duas classes com 34 pessoas cada²⁸. Iniciativas também estão sendo tomadas junto ao Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) sobre a carteira nacional de habilitação para os refugiados, que é uma das dúvidas que chegam à prefeitura por parte dos imigrantes.

É importante ressaltar que tanto a Comissão de Estudos Especiais como as secretarias e departamentos envolvidos, sinalizam com tímidas iniciativas ao apoio aos refugiados. Tais órgãos se encontram mais aptos a ouvir reivindicações e demandas do que propriamente em promover ações efetivas de inclusão dessas comunidades tendo em vista a carência de instrumentos normativos que proporcionem ações de forma mais rápida e precisa. Faltam também canais de comunicação para que essas comunidades de refugiados possam ser orientadas assim como uma maior integração com outras entidades religiosas e ONGs que se prestam a esse tipo de auxílio.

O simples fato de terem acesso à carteira de trabalho não os protege daqueles que visam explorar sua mão de obra e violar direitos trabalhistas. Não bastam cursos de língua portuguesa, há que disponibilizar meios de acesso às escolas públicas e creches ainda que por meio da firmação de convênios com particulares. Também é crucial encontrar mecanismos que facilitem sua inclusão no Sistema Único de Saúde (SUS) e também

²⁶ Um representante do Departamento de Cidadania, que participava do evento na Sociedade Islâmica de Campinas, disse também que a Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social (SMCAIS) fez um estudo e apresentou ao prefeito quais as secretarias que serão envolvidas na questão dos refugiados. Elas seriam: Secretaria de Saúde, Educação, Defesa Civil, Assessoria Jurídica, Segurança, Recursos Humanos, Habitação, Trabalho e Renda, Esporte e Turismo.

²⁷ Endereços e espaços onde há aulas: Av. Campos Salles o CPAT (Centro Público de Apoio ao Trabalhador), com aulas de segunda a sexta-feira das 19h às 21h; no Cescon (Centro Estudantil e Social de Convivência) da R. Francisco Alati em Barão Geraldo; Escola Estadual Clotilde, no Parque Florença 2.

²⁸ “Hoje a Educação de Campinas conta com três salas de haitianos, com 45 alunos no total, além de duas salas com sírios, que somam 34 pessoas”, afirmou Marinalva Cuzin, representando o Conselho do setor. <http://www.campinas.sp.leg.br/comunicacao/noticias/2015/outubro/em-reuniao-da-cee-de-refugiados-conselhos-municipais-de-educacao-e-saude-revelam-medidas-na-area-para-receber-sirios-e-haitianos> (acesso em 08/12/2015).

■ relato de campo

fiscalizar e coibir quaisquer formas de preconceito que eventualmente possam ocorrer, especialmente a xenofobia. Essas e tantas outras necessidades devem entrar na pauta do poder público o mais depressa possível, que não pode se limitar a apenas ouvir as dúvidas e demandas desses grupos de refugiados. Caso contrário, veremos cada vez mais famílias como as de Alaa, deixando nosso país para engrossar as filas de desesperados que querem entrar na Europa sem garantia de sucesso.

Considerações Finais

Usando como método a oralidade, passamos a ouvir “vozes ocultas” que narram suas histórias que por sua vez auxiliam na compreensão de um quadro maior. É evidente que o tempo não permite um acesso constante e ilimitado a esses informantes a fim de obter informações mais acuradas e precisas. O tempo é crucial no estabelecimento de pontes de confiança entre o entrevistador e os entrevistados, que nesse caso encontram-se em uma situação muito vulnerável do ponto de vista econômico e social, fragilizados pela guerra, pela distância de sua terra, de suas famílias e da perda de dignidade. Coragem, todavia, não falta a essas pessoas que se arriscam de diversas formas para sobreviver.

Um exemplo dessa volatilidade enquanto fontes de informações é o caso de Alaa e sua família que já não se encontram no Brasil. Aliás, a última notícia de que disponho é que felizmente conseguiram completar a travessia e hoje estão instalados na Alemanha. Mas através de redes sociais é comum ver depoimentos tanto de Mouhamad como de Issa demonstrando saudades do Brasil e dos amigos que aqui fizeram. Issa, ainda que possa contribuir com outros futuros encontros e novas informações, não garante que ficará por muito tempo caso não possa cuidar de sua família com seu trabalho que por sua vez não é estável.

As informações que foram obtidas, apesar do contato não ter sido tão longo quanto o desejado, são valiosas na medida em que nos fazem refletir sobre diversos assuntos do ponto de vista das maiores vítimas desse conflito. Suas opiniões sobre o conflito e temas correlatos, concepções sobre certos assuntos envolvendo sua religião, a forma como chegaram ao Brasil e como aqui vivem abrem um terreno fértil de estudos que poderão surgir a partir dessa recente onda imigratória.

A retórica empregada em muitos dos discursos e narrativas registradas são unidas por traços de teorias conspiratórias e por um sentimento avesso às políticas ocidentais, conduzidas por potências europeias e pelos EUA, mas difusas em termos de suas preferências políticas em relação ao seu país e seu comandante maior. Nos casos estudados, vimos que de forma unânime rejeitam a violência praticada pelo EI, mas fazem isso negando o caráter islâmico desse grupo como se purificassem a religião. Mas ao fazer isso talvez estejam se eximindo de certas responsabilidades em combater o grupo não pelas armas, mas pela ideologia tolerante que afirmam ter. A solução não passa por

■ relato de campo

ignorar ou externalizar o problema ao dizer que “não são muçulmanos” ou “que é culpa das intervenções ocidentais”, mas tomando-o para si tendo em vista oferecer mais uma possibilidade para o diálogo e mostrar ao mundo um Islam de paz, tolerante e moderado. Essa maioria moderada deve tomar espaço na mídia, ainda incipiente, e fazer-se sobressair perante as minorias que distorcem e sequestram a religião em nome do poder e da política (Barbosa, 2015). Como afirma Barbosa (idem:159), “é preciso que os muçulmanos deixem de falar para eles mesmos e proponham um diálogo com o Ocidente”.

Outro ponto a ser sublinhado é se o poder público estará preparado para acolher essas pessoas. As medidas que dispomos ainda são tímidas, com leis antigas e morosas, que não acompanham o atual processo imigratório e enleiam as ações dos órgãos públicos que se tornam apenas mecanismos consultivos.

O grande desafio é acompanhar essa totalidade dinâmica que é o mundo. A sua apreensão é fugaz dada a velocidade dos seus eventos. O caminho aqui oferecido para tentar tanger a realidade foi através da história oral de algumas testemunhas errantes, de modo que sua voz possa servir para uma versão mais genuína e original de como o global se fragmenta em partes. E, através delas, criam-se paralelos, conexões e acabam condicionando e sendo condicionadas pelo local em que habitam. ■

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Francirosy Campos. Charlie Hebdo e islamofobia. In: Revista Malala. São Paulo, v.3, n.5, nov. 2015. Disponível no endereço <http://www.revistas.usp.br/malala> (acesso em 05/12/2015).

CASTRO, Isabelle Christine Somma de. Orientalismo na imprensa brasileira. A representação de árabes e muçulmanos nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo antes e depois de 11 de setembro de 2001. Dissertação de mestrado, Departamento de Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

DEMANT, Peter. O EI se mantém por terror, intimidação e doutrinação. In: Gazeta do Povo. 14/11/2015a
Disponível no endereço <http://www.gazetadopovo.com.br/mundo/entrevista-o-ei-se-mantem-por-terror-intimidacao-e-doutrinacao-0ja2x7h4xgacoump1bd2hg1ta> (acesso em 20/11/2015).

_____. How to criticize Islam? Innocence of muslims and the war of representations in the mirror of the clash between radical Islam and islamophobia. In: Revista Malala. São Paulo, v.3, n.5, nov. 2015b. Disponível no endereço <http://www.revistas.usp.br/malala> (acesso em 05/12/2015).

■ relato de campo

DOSTOIEVSKI, Fiodor. Os demônios. São Paulo: Ed.34, 2013 [1872]. p.332

HILU, Paulo Gabriel da Rocha Pinto. Islã: religião e civilização. Uma abordagem antropológica. Aparecida/SP: Ed. Santuário, 2010.

KOSIK, Karel. A dialética do concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

PERKS, Robert e THOMSON, Alistair. The oral history reader. New York: Routledge, 1998.

PORTELLI, Alessandro. What makes oral history different p.71. In. PERKS, Robert e THOMSON, Alistair. The oral history reader. New York: Routledge, 1998.

ROY, Olivier. La sainte ignorance. Le temps de la religion sans culture. Paris: Éditions du Seuil, 2008.

RUTHVEN, Malise. Fundamentalism: the search for meaning. New York: Oxford University Press, 2005.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. Palestra proferida na Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 29 de agosto de 2000.

TOURINHO, Pedro. Depoimento realizado em 08/11/2015 na Sociedade Islâmica de Campinas/SP.

AS FAMÍLIAS DO MOVIMENTO HIZMET EM SÃO PAULO: BRASILEIRAS CASADAS COM MUÇULMANOS TURCOS

Flávia Andréa Pasqualin¹

Francirosy Campos Barbosa²

Resumo: Este relato de campo tem como objetivo apresentar uma parte do Movimento Hizmet (ou também chamado de Movimento Gülen) no Brasil, tendo como foco discorrer sobre as famílias que compõem esse grupo no Brasil. Vale dizer que esta reflexão faz parte da pesquisa de doutorado “O (des) encanto do casamento intercultural: brasileiras casadas com muçulmanos turcos” que vem sendo desenvolvida com o intuito de compreender os aspectos étnicos e religiosos existentes no casamento entre uma brasileira (muçulmana ou não) e um muçulmano turco. Tal pesquisa é desenvolvida com base no método etnográfico presencial e virtual. Conhecer as famílias que compõem Hizmet, tanto as mistas como as turcas, e o modo como se organizam é uma oportunidade de pensar um pouco mais sobre o Islã na Turquia, sobre o Islã no Brasil e consequentemente entender o fenômeno dos casamentos interculturais entre brasileiras e muçulmanos estrangeiros.

Palavras-chave: Islã – Turquia – Hizmet – casamento intercultural

Abstract: This field report aims to present a part of the Hizmet Movement (or also called Gülen Movement) in Brazil, focused on the families that make up this group in Brazil. It is necessary to mention that this reflection is a part of the doctoral research “The (dis) enchantment intercultural marriage: Brazilian woman married with Turkish Muslims man” that has been developed to understand the ethnic and religious aspects existing in the marriage between a Brazilian woman (Muslim or not) with a Turkish Muslim man. This research is developed based on presential and virtual ethnographic method. Knowing the families that make up Hizmet and the way they are organized is an opportunity to think a little more about Islam in Turkey, about Islam in Brazil and consequently understand the phenomenon of cross-cultural marriages between Brazilian woman and foreign Muslims.

Keywords: Islam - Turkey - Hizmet - intercultural marriage

Este relato de pesquisa de campo tem como objetivo apresentar uma parte do Movimento Hizmet³ (ou também chamado de Movimento Gülen) no Brasil, mais especificamente, o foco é discorrer sobre as famílias que compõem esse grupo no Brasil.

Vale dizer que esta reflexão faz parte da pesquisa de doutorado “O (des) encanto do casamento intercultural: brasileiras casadas com muçulmanos turcos” que vem sendo desenvolvida com o intuito de compreender os aspectos étnicos e religiosos existentes no casamento entre uma brasileira (muçulmana ou não) e um muçulmano turco. Tal pesquisa é desenvolvida com base no método etnográfico presencial e virtual.

De acordo com Vicent Crapanzano (1991:91) que equipara o etnógrafo a Hermes, o

¹ Flávia Andréa Pasqualin é psicóloga e pedagoga, doutoranda em Psicologia Social pela FFCLRP-USP - Departamento de Psicologia pasqualin@usp.br . Bolsista FAPESP.

² Francirosy Campos Barbosa é antropóloga, docente do Departamento de Psicologia da FFCLRPUSP, pós-doutora na Universidade de Oxford, sob supervisão do professor Tariq Ramadan. Coordenadora do GRACIAS/USP (Grupo de Antropologia em Contextos Islâmicos e Árabes). E-mail: franci@ffclrp.usp.br

³ Palavra turca que significa serviço

■ relato de campo

qual “*tiene la misión de clarificar lo obscuro, de trocar en familiar lo extraño, de interpretar lo que en apariencia no tiene sentido [...]*”, assim, buscou-se dialogicamente compreender esses dois mundos que compõem nossa realidade.

Dessa forma, o campo virtual foi composto por comunidades no *Facebook*, *blogs*, *vlogs* e internautas casadas com muçulmanos estrangeiros que se referiam a temática pesquisada. O campo presencial foi composto por mulheres brasileiras casadas com muçulmanos estrangeiros, pela comunidade muçulmana ligada a Mesquita de Barretos e pela comunidade turca de São Paulo, a qual faz parte do Movimento Hizmet e daí a intenção de apresentar, neste texto, aos brasileiros essa parte da Turquia em nosso território.

A Turquia, embora seja um país com uma importante história milenar, no Brasil há um déficit muito grande no conhecimento de sua cultura e de seu povo. O pouco que se conhece sobre este país rico em beleza e história cultural, em grande parte, vem do discurso televisivo apresentado por meio de novelas brasileiras, e agora também por novelas turcas, e/ou por programas de turismo. Ainda hoje, há quem não saiba que Istambul é a antiga Constantinopla – capital do Império Bizantino, também conhecido por Império Romano do Oriente (395 -1453).

Quando cito o Império Romano do Oriente é porque quero marcar de forma proposital o nosso conhecimento sobre esta parte do mundo. Como somos um país de tradição católica é natural que o nosso conhecimento esteja pautado em uma agenda ocidental e, portanto, muito do que temos registrado sobre a Turquia, em livros de língua portuguesa, está relacionado a esta época, especialmente sobre a arte bizantina. Pois, neste período, havia a supremacia da religião católica entre a população turca.

De acordo com Fernanda de Camargo-Moro (2005), com a tomada de *Konstantiniye*, como era chamada pelos turcos, por Mehmet II (sultão otomano) em maio de 1453, Constantinopla passou a se chamar Istambul e a religião oficial passou a ser o Islã, embora todas as demais tivessem garantias para o seu exercício em terras turcas. Juntamente com a queda do Império Romano do Oriente foi obscurecida a história do Império Otomano para nós brasileiros.

Seria eloquente querer compilar toda a história da Turquia num breve artigo, no entanto, é preciso situar os ouvintes brasileiros e posteriormente os leitores dos resultados desta apresentação, sobre importantes acontecimentos históricos que contribuem para entendermos nossa ausência de conhecimento sobre esta parte do mundo e também sobre nós mesmos, uma vez que se entende o desenvolvimento humano e suas manifestações decorrentes da relação dialética entre o sujeito e os contextos culturais e sociopolíticos.

Contudo, quando falamos em um passado mais recente, temos o brasileiro que relaciona o homem turco ou a mulher turca aos árabes. Historicamente, segundo John T. Karam (2009), a designação “turco” foi criada por políticos brasileiros para os imigrantes árabes que aqui chegavam, desde o final do século do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, com seus passaportes emitidos pelo Sultanato Otomano. Segundo o autor, com a

criação da Síria e do Líbano como entidades geopolíticas sob o mandato colonial francês na década de 1920, a imigração brasileira passou a incluir as categorias de “sírio” e “libanês” para a população vinda do Oriente Médio.

Todavia, os turcos⁴, que outrora denominavam os árabes que aqui chegavam, hoje, chegam diretamente da Turquia e mostram-se cada vez mais presentes em nosso cotidiano, embora ainda haja confusão no imaginário brasileiro sobre quem é quem. Desde 2010, o Brasil vem estreitando seus laços econômicos com a Turquia, o que promove o intercâmbio de empresas, produtos, turismo e, por conseguinte de pessoas.

De acordo com matéria publicada por Marina Valle (2013) no jornal Folha de São Paulo, em abril de 2013, entre os anos de 2010 e 2012, o número de brasileiros que foram a Istambul, principal cidade turca, aumentou 36%, passou de 65,2 mil para 88,9 mil em dois anos. Desde julho de 2012, em resposta ao interesse crescente dos brasileiros, a *Turkish Airlines* (companhia de aviação turca) passou a voar diariamente de São Paulo para Istambul.

Sylvia Dantas (2012) afirma que o momento da história – globalização – que vivemos promove cada vez mais o contato intercultural, ou seja, o contato entre pessoas de distintas culturas. Entretanto, se por um lado se aumenta o diálogo entre culturas, por outro, a autora deixa claro que, nessa perspectiva intercultural, existem mais pontos de conflito do que de sinergia. Segundo ela, a mudança para outra sociedade e cultura coloca em xeque o modo de ser e de ver o mundo, modificando a maneira de se relacionar com as pessoas e, trazendo à tona a questão de quem se é. Esse desconcerto ocorre em virtude das pessoas que são socializadas em uma determinada cultura incorporarem formas de sentir, de pensar e de agir que envolvem processos de identificação intensos com o local, partilhando de uma mesma memória e de um mesmo universo simbólico que estabelece certas alianças entre as pessoas. No entanto, algumas imigrações podem ter um propósito bem específico, que é justamente aumentar, de forma consciente, a sinergia em detrimento dos pontos de conflito, como é o caso do Movimento Hizmet.

O Movimento Hizmet é um movimento da sociedade civil e está fundamentado nos preceitos do erudito muçulmano Fethullah Gülen. Embora comece a pipocar estudos sobre este Movimento no cenário brasileiro, ainda carecemos conhecê-lo melhor. Hoje, estima-se que cerca de vinte por cento da sociedade turca esteja ligada a ele. No Brasil, o Movimento Hizmet chegou em 2004, e vem propondo aos brasileiros a construção de um diálogo entre as duas sociedades. Desde então, o grupo tem unido esforços para apresentar

⁴ Segundo Gilberto Abrão, em Olatoeiro's Blog, quando os turcos otomanos dominavam o Oriente Médio, muitos árabes saíram de seus territórios durante a segunda metade do século dezenove. Não existiam ainda os países árabes geográfica e politicamente definidos como hoje. A Síria, por exemplo, compreendia o território dos países de hoje: Jordânia, Israel (Palestina), Líbano e Síria. Esses emigrantes vinham com um documento chamado “*laissez passer*” (do francês “Deixai passar”) emitido pelo governo turco que dominava aquela região. Eram, portanto, considerados turcos, embora não soubessem dizer três palavras na língua do império. Disponível em: <http://olatoeiro.wordpress.com/2010/03/13/por-que-os-arabes-sao-chamados-de-turcos/>. Acessado em 10/5/13.

■ relato de campo

a cultura turca aos brasileiros e promover o intercâmbio de conhecimento entre as duas nações.

Para se entender o Movimento Hizmet é preciso ir além de Fethullah Gülen e conhecer uma das principais fontes que o influenciou: Said Nursi, o qual é, certamente, o pensador muçulmano mais influente na Turquia do século XX, estimando-se que suas obras sejam estudadas por quase 13 milhões de muçulmanos, segundo Thomas Michel (2014).

Podemos dizer, de acordo com Trudy D. Conway (2014), que Nursi influenciou Gülen a chamar os muçulmanos para viver uma vida islâmica modelada no comportamento do Profeta Muhammad, com foco na moral cívica e pessoal. Assim, muitos muçulmanos foram chamados a cultivar tanto o intelecto quanto as virtudes morais e dessa forma, desenvolver uma vida ativa produzindo boas ações e trabalhando a serviço da humanidade, como é o caso dos turcos ligados a esse movimento que estão no Brasil.

Nesse sentido, esse grupo fundou no Brasil, em 2007, o Colégio Belo Futuro Internacional (CBFI), que é a primeira escola do Movimento Hizmet aqui. De acordo com Gülen (2010a) no livro *“Ensaaios – Perspectivas – Opiniões”*, o dever principal e o propósito da vida humana é procurar compreensão e o caminho para isso é a educação. Em 2011 foram fundadas a Câmara de Comércio e Indústria Turco-Brasileira (CCITB) e o Centro Cultural Brasil-Turquia (CCBT), em São Paulo. Hoje, o CCBT tem unidades em Brasília, Belo Horizonte e Rio de Janeiro e está dividido em quatro plataformas, sendo elas; Plataforma de Responsabilidade Social, Mídia, Mulheres e Jovens. As plataformas mencionadas acima desenvolvem diversas atividades que tem como objetivo aproximar turcos e brasileiros. Em 2013 foi fundado o Centro Islâmico e de Diálogo Inter-religioso e Intercultural (CIDI), uma organização inter-religiosa e intercultural, sem fins lucrativos e sem cunho político ou partidário, a qual busca cultivar os valores da cultura e da religião Islâmica por meio do convívio comunitário e em integração na sociedade, como também desenvolvem atividades beneficentes, de assistência social, promoção humana e filantrópica, voltadas para comunidades carentes e para necessitados em geral na cidade de São Paulo⁵.

Assim, os turcos e as turcas que aqui desembarcam no intuito de trabalharem em alguma das organizações do Movimento ou apenas para realizarem intercâmbio, formam uma considerável comunidade turca em nosso país. Segundo Mustafa Göktepe, presidente do Centro Cultural Brasil-Turquia, estima-se que hoje há por volta de 500 turcos espalhados pelo Brasil, sendo que metade deles estão ligados ao Movimento Hizmet.

Muitos deles chegam com suas famílias e outros, que chegaram, ainda jovens para realizarem seus estudos universitários, por vezes, acabaram se casando por aqui, o que hoje totalizam 6 casais. A maioria das famílias, cerca de 20, estão instaladas em São Paulo, sendo que há 2 famílias no Rio de Janeiro e 1 em Brasília. Os demais turcos e turcas presentes compõem o grupo de universitários que se encontram distribuídos em 5 apartamentos universitários em São Paulo, 2 apartamentos universitários no Rio de

⁵ Disponível em <http://islamedialogo.org.br/misso-2.html>. Acessado em 20/05/2016.

Janeiro, 2 apartamentos universitários em Brasília e um 1 apartamento universitário em Belo Horizonte.

Segundo Liza Dumovitch (2016) os estudantes universitários do gênero masculino embora não tomem decisões e nem ocupem cargos altos, eles desempenham um importante papel na comunidade, pois além de realizarem diversas tarefas de apoio às atividades promovidas pelo CCBT, pelo CIDI e mesmo pelo Colégio, fazem aulas de português com brasileiros, dão aulas de português para os turcos recém-chegados, dão aulas de turco para brasileiros, trabalham na organização dos eventos da comunidade e são responsáveis pelo bom exemplo de conduta moral para as crianças da comunidade, das quais são professores de religião, de leitura do Alcorão e de língua turca ou portuguesa.

Vale dizer que, durante o tempo de pesquisa foi possível observar que apenas turcos se casaram com brasileiras, já as moças turcas casaram-se com outros turcos. Este fato é explicado devido ao preceito religioso islâmico de que a religião é transferida pelo pai, sendo, então, os filhos muçulmanos. Por conta disso, as mulheres muçulmanas não podem se casar com homens não-muçulmanos já que os filhos devem ser educados na religião do pai. Já aos homens é cabido o direito de se desposarem com mulheres provenientes tanto do Judaísmo como do Catolicismo, já que estas religiões também acreditam em um Deus único. Acrescento que a grande maioria das mulheres casadas com os turcos do Movimento Hizmet são revertidas ao islamismo.

Essa proximidade com as famílias, tanto das famílias mistas (turcos casados com brasileiras) como das famílias turcas (turcos casados com turcas), fez com que fosse possível se observar a relação de companheirismo e partilha de tarefas entre os casais.

Se no início houve estranheza em ver a divisão entre os sexos num jantar tradicional entre amigos numa casa turca ou numa festa turca, onde homens ficam separados das mulheres, também saltou aos olhos ver a participação efetiva das esposas, sejam elas turcas ou brasileiras, nos eventos que são realizados pelo grupo, nos trabalhos prestados pelo Movimento, cursando faculdade ou pós-graduação, como também a colaboração dos maridos nos cuidados com os filhos. Para Gullen (2010a:75), embora considere fundamental que as meninas sejam educadas para serem delicadas e afetuosas também é preciso que estas tenham conhecimento para que não sejam transformadas em “seres pobres e impotentes por causa da delicadeza e da suavidade”.

De acordo com Dumovitch (2016:6-7) as mulheres da comunidade são as responsáveis pelos banquetes oferecidos pelo CCBT e pelo Colégio, segundo a autora

Embora elas atuem majoritariamente na esfera privada, elas são a fundação e os alicerces da comunidade e das várias esferas de atuação da comunidade na sociedade brasileira. Elas são mulheres, esposas, mães, professoras, donas-de-casa, amigas, responsáveis pelas estudantes, cozinheiras, anfitriãs de constantes convidados brasileiros em suas casas e, finalmente, muçulmanas devotas e estudiosas do Alcorão, dos ensinamentos de Fethullah Gülen e da obra de Said Nursi. Incansáveis, as Ablas desejam continuar seus estudos e ser bem-sucedidas profissionalmente, o que é encorajado pela sua família e pela comunidade, uma

vez que o conhecimento e a sua transmissão são valores bastante caros a essa comunidade.

Em 2013, durante um “Campo de Leitura⁶” tivemos a oportunidade de conversar com um aluno do Sr. Fethullah Gülen, o Sr. Hamazan - um estudioso do Alcorão - que ao responder uma de nossas perguntas sobre família, nos diz

“[...] o objetivo é construir uma sociedade perfeita, família é a semente. Família perfeita irá educar melhor os filhos. Muito importante para o Islã. Há tarefas da esposa (educar os filhos) e tarefas do marido (sustentar a casa). Mas o homem também deve colaborar nas tarefas da casa! Veja o exemplo do profeta que ajudava sua esposa nos afazeres domésticos.”

Nesse sentido, de acordo com Sr. Fethullah Gülen (2010b:213), no livro *“Uma análise da vida do profeta Muhammad, o mensageiro de Allah”*, as mulheres podem ser seres secundários na mente de muitos, inclusive de muçulmanos, mas para os estudiosos do Alcorão e da vida do profeta, uma mulher é parte de um todo e acredita-se que quando duas metades se juntam, a verdadeira unidade do ser aparece, assim, sem essa união, “a humanidade não existe – nem a profecia, a santidade ou mesmo o Islam”. Nessa perspectiva, a formação de uma família vai muito além de uma simples realização pessoal. A família também está ligada ao dever cívico perante a humanidade.

Gülen (2010a:77) mostra a importância do casamento na formação de uma família saudável, o que significa contribuir através dos ensinamentos morais e da boa educação dada aos filhos para uma sociedade melhor, diz ele “se os pais encorajarem os filhos a desenvolver suas capacidades e serem úteis a si mesmos e à comunidade, dão à nação um forte novo pilar”. Portanto, sua recomendação aos que decidem se casar é se conhecerem muito bem e considerar a pureza de sentimento, a castidade, a moralidade e a virtude mais que a riqueza e a beleza física.

De acordo com Sylvia Dantas (2012) ao compreender etnograficamente as culturas em contato conseguimos entender o indivíduo, que neste caso, refere-se a compreensão do homem turco em sua totalidade. Deixar-se guiar apenas por entrevistas ou comentários é comprar uma realidade vista de longe, geralmente carregada de estereótipos que colaboram para que se perpetuem a falta de entendimento entre os indivíduos.

Em sendo assim, contrapor as informações advindas das experiências vividas no campo presencial com as informações adquiridas no campo virtual é possível começar a entender a problemática dos casamentos interculturais entre brasileiras e muçulmanos estrangeiros, de forma geral.

Pois, se no campo presencial encontra-se várias histórias em que o encantamento da união desses casais prevalece, no cenário virtual a realidade que prevalece são os

⁶ Todos os anos, no período de férias escolares, geralmente no final ou início do ano, essa comunidade turca se reúne para realizar um retiro religioso, chamado por eles de “Campo de Leitura” onde realizam leituras religiosas.

■ relato de campo

desencantos. Relatos dramáticos de experiências de mulheres que se envolveram com homens de países onde a população é, predominantemente, muçulmana circulam em grupos que compõem as redes sociais, reportagens jornalísticas online, blogs, vlogs e até alerta consulares.

Em janeiro de 2014, a questão dos relacionamentos ocorridos via internet entre brasileiras e estrangeiros, não especificamente estrangeiro muçulmano, começou a chamar atenção das autoridades brasileiras fazendo com que a realidade irrompesse o mundo virtual. Notas divulgadas pelo Itamaraty circularam por grupos no Facebook, em alguns blogs e foram comentadas em vlogs.

Passados alguns meses, de forma mais específica, algumas embaixadas como a de Islamabad e Amman também começaram a divulgar notas de alerta. A Embaixada do Brasil em Islamabad, capital do Paquistão, pede “extremo cuidado e atenção” às brasileiras que têm se comunicado pela internet com homens paquistaneses ou que iniciaram um relacionamento virtual com os mesmos. A nota divulga que essa forma de comunicação e relacionamento tem sido cada vez mais procurada por homens paquistaneses como forma de obter vistos de turismo para o Brasil com vistas à imigração irregular. E, na maioria dos casos estes homens já são legalmente casados no Paquistão, e usam mulheres brasileiras como plataforma para obter vistos e estabelecer-se irregularmente no Brasil. A embaixada recomendou que fossem verificadas identidade, situação socioeconômica e estado civil com o máximo cuidado, de forma a evitar situações que possam colocar a brasileira em situação de risco. Eles afirmam que, casos de relacionamentos iniciados dessa forma, resultaram em abuso moral, violência doméstica e cárcere privado, conforme foram registrados. Recordam ainda que os costumes do Paquistão, especialmente no que se refere ao tratamento das mulheres, diferem em muito dos brasileiros e devem ser levados em consideração.

Em outra nota de alerta, divulgada pela Embaixada do Brasil em Amã, capital da Jordânia, divulgada em fevereiro de 2015, trouxe em letras garrafais o seguinte aviso: “ATENÇÃO, CIDADÃ BRASILEIRA. TENHA MUITO CUIDADO! SEU FUTURO, SUAS FINANÇAS, SUA INTEGRIDADE FÍSICA E PSICOLÓGICA, OU MESMO A DE SEUS FILHOS OU FAMILIARES, PODEM ESTAR EM RISCO!” E novamente apareceu a preocupação com os relacionamentos via internet, em especial com homens árabes, os quais buscam cada vez mais essa forma de comunicação e relacionamento como forma de obter vistos de turismo para o Brasil com vistas à imigração irregular. Novamente enfatizam que esses homens já são, na verdade, legalmente casados em seus países de origem, e usam mulheres brasileiras como plataforma para obter vistos e estabelecerem-se irregularmente no Brasil.

Outras notas foram divulgadas pelo Itamaraty sempre com a mesma preocupação em alertar as brasileiras. Vale salientar, que estes são os casos notificados, pois muitas vezes essa é uma questão extremamente delicada e demora a ser delatada, principalmente, aos órgãos oficiais. Com efeito, presume-se que outros casos devam existir, mas ainda não foram

■ relato de campo

contabilizados. Essas notas resumem os problemas enfrentados por muitas brasileiras que apostam num relacionamento intercultural.

Sobre esse assunto, alguns líderes muçulmanos no Brasil também já demonstraram grande preocupação e chegaram a gravar vídeos que estão disponibilizados no Youtube que servem de orientação para brasileiras que se encontram em relacionamento com muçulmanos estrangeiros.

Com base no artigo “Islão Plástico” de Cardeira da Silva (1997), pesquisadora portuguesa, é que se reforça a ideia de que no Brasil, assim como nos demais países do Ocidente, existe um modelo uniformizado de Islã que negligencia as práticas e vivências contextuais, e embora não se tome conhecimento de suas nuances, ele existe e acaba por propiciar novos comportamentos em uma sociedade.

Dessa forma, de acordo Francirosy C. Barbosa (2016) precisamos estar atentos as especificidades históricas de cada grupo para realmente refletir sobre o que esses universos díspares nos revelam, pois, a pluralidade de sociedades islâmicas está pautada e deve ser levada em consideração.

Assim, ao percorrermos os fios dessa teia chamada trabalho de campo adquirimos um conhecimento que nos leva a compreender as dinâmicas de uma sociedade em movimento, na qual não cabe generalizações. As razões que levam uma mulher ao casamento intercultural são inúmeras e de difícil precisão, como também não há meios que possibilitem garantir o sucesso de uma união ou prever os problemas que essa pode acarretar. No entanto, aos olharmos atentos, guardando as devidas especificidades de cada grupo, podemos conhecer melhor esse outro; o diferente, o que vem de longe – o estrangeiro muçulmano.

O Hizmet, por meio de suas ações e da abertura de suas portas ao trabalho do pesquisador, possibilita que o Islã turco chegue até nós e ainda nos mostra o que é igual, o que é diferente, o que é parecido e como se mistura em nossa sociedade. Estar em campo com muçulmanos praticantes é oportunidade de conhecer o comportamento esperado de um religioso da fé islâmica, como também nos possibilita traçar alguns comportamentos desviantes, muitas vezes presenciados na internet (e não só nela). Já havia alertado Sheikh Mohamad Bukai, em entrevista de campo; é preciso saber que não é porque um homem vem de um país de tradição muçulmana que ele é um praticante e portanto, não se pode esperar dele o comportamento inerente a um religioso. Dessa forma, cautela e bom senso cabe bem em qualquer sociedade e em qualquer realidade, seja ela presencial ou virtual. ■

Bibliografia

BARBOSA, F. C. (2016). Islã: Religião ou Política? **Revista Diáspora: Narrativas em Movimento**. Disponível em <http://www.revistadiaspora.org/2016/05/06/isla-religiao-ou-politica/> Acessado em 12/07/2016.

■ relato de campo

CAMARGO-MORO, F. (2005). **A ponte das turquesas**. Rio de Janeiro: Editora Record.

CARDEIRA DA SILVA, M. (1997) Islão plástico. **Etnográfica**. vol. I (1), pág. 57-72.

CONWAY, T. D. (2014) **Cross-cultural Dialogue on the Virtues: The Contribution of Fethullah Gulen**. Editora: Springer International Publishing.

CRAPANZANO, V. (1991) El dilema de Hermes: la máscara de la subversión en las descripciones etnográficas. En: Clifford, y Marcus, (eds.). **Retóricas de la Antropología**. Editorial Júcar, Madrid, España.

DANTAS, S. D. (2012) Para uma Compreensão Intercultural da Realidade. *In*: Dantas, Sylvia Duarte (org.). **Diálogos Interculturais: Reflexões Interdisciplinares e Intervenções Psicossociais**. São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. ISBN: 978-85-63007-03-2

DUMOVITCH, L. (2016). O Movimento Hizmet no Brasil: comunidade, organização e atividades. Disponível em https://www.academia.edu/26220834/O_MOVIMENTO_HIZMET_NO_BRASIL_COMUNIDADE_ORGANIZA%C3%87%C3%83O_E_ATIVIDADES . Acessado em 12/07/2016.

GÜLEN, M. F. (2010a). **Ensaio-Perspectivas-Opiniões**. Editora Tughra.

GÜLEN, M. F. (2010b). **Uma análise da vida do Profeta Muhammad: o mensageiro de Allah**. Editora Tughra.

KARAM, J. T. (2009) **Um outro arabesco: etnicidade sério-libanesa no Brasil neoliberal**. São Paulo: Martins.

MICHEL, T. (2014). **Insights from the Risale – I Nur**. New Jersey: Tughra Books.

VALLE, M. D. (2013) Conheça a Istambul que vai além da novela “Salve Jorge”. **Folha de São Paulo**. Caderno de Turismo. Publicado em 18/04/2013. Disponível: <http://www1.folha.uol.com.br/turismo/2013/04/1263993-conheca-a-istambul-que-vai-alem-da-novela-salve-jorge.shtml>

SAUDI ARABIA: A KINGDOM IN PERIL FROM **PAUL AARTS AND CAROLIEN ROELANTS**

Augusto Veloso Leão¹

Saudi Arabia: A Kingdom in Peril

Paul Aarts e Carolien Roelants

C. Hurst & Co. (Publishers) Ltd.

Traduzido do original "*Saoedi-Arabië. De revolutie die nog moet komen*"

176 págs. 2015

ISBN-10: 1849044651

Saudi Arabia: A Kingdom in Peril (Arábia Saudita: Um Reino em Perigo) apresenta um trabalho extenso para capturar as tendências modernizantes em curso na Arábia Saudita e as estratégias da monarquia Al Saud para manter a forte ligação com a corrente islâmica wahhabita. Focando em desafios como a forte dependência econômica da extração do petróleo, os movimentos por autonomia das mulheres e o relacionamento com a corrente xiita do Islã, seguida por uma parte da população da província oriental, Paul Aarts e Carolien Roelants analisam as forças conservadoras e progressistas por detrás das grandes decisões políticas e religiosas contemporâneas no país. Os autores avaliam que a monarquia saudita tem sido extremamente eficiente em utilizar benefícios econômicos e uma bem-alinhada parceria com a liderança religiosa wahhabita para assegurar o controle político e econômico no país, mas que o espaço de manobra tem se tornado cada vez menor por causa da queda de lucratividade da indústria do petróleo e as demandas progressistas de parte de sua população.

As ligações entre a monarquia Al Saud e o wahhabismo datam de 1744, quando seus respectivos fundadores, Muhammad ibn Saud e Muhammad ibn Abd al-Wahhab, celebraram uma aliança político-religiosa que culminou na criação do primeiro estado Saudita. Desde então, a monarquia auxilia na expansão dessa teologia fundamentalista, enquanto recebe o apoio clerical para poder efetivar suas políticas e manter o controle sobre sua população. A partir da fundação do Reino da Arábia Saudita, em 1938, o país viveu um grande crescimento econômico com a descoberta de petróleo em seu território, assim como sofreu um expressivo processo de puritanização e expansão da importância da *mutaween*, os "voluntários religiosos" sauditas que garantem a aplicação da sharia, especialmente em consequência da ocupação da Grande Mesquita, em Meca, em 1979. Atualmente, a economia baseada no petróleo está em xeque, por causa do aumento do consumo interno para produção de energia e para combustível e a diminuição dos preços internacionais do produto. A família real detém e gasta uma parte considerável das receitas

¹ Mestre e doutorando em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo.

■ resenha de livro

do petróleo e utiliza uma outra parte para oferecer subsídios e benefícios para a população, mantendo o preço do combustível e energia artificialmente baixos ou oferecendo proteção no desemprego, por exemplo. Aarts e Roelants afirmam que a partir de 2015, utilizando dados do Institute for International Finance e do Deutsche Bank, a Arábia Saudita teria grandes déficits públicos (p.26) – efetivamente, o deficit para o ano de 2015 foi calculado em torno de 100 bilhões de dólares². Por outro lado, a teologia wahhabita e seus principais líderes têm sofrido perdas de credibilidade por causa da utilização do wahhabismo como fonte de inspiração para movimentos extremistas e terroristas islâmicos e das críticas sobre a forte repressão e controle, especialmente sobre as mulheres sauditas e sobre os dissidentes religiosos.

É neste pano de fundo que o livro apresenta a situação na Arábia Saudita, principalmente a partir dos diferentes desafios modernizantes contemporâneos em cada capítulo: as ambições por emprego e modernização cultural das novas gerações sauditas; as demandas por autonomia das mulheres; as mudanças no sistema educacional; as novas formas de interação e contatos com outras culturas trazidas pela internet e as mídias sociais; o florescimento da arte no país, a questão da minoria xiita; e a influência dos movimentos revolucionários da Primavera Árabe.

Com quase dois terços da população com menos de trinta anos de idade, a Arábia Saudita está atualmente experimentando uma chegada maciça de pessoas ao mercado de trabalho para os quais não haverá emprego ou que terão que se empregar em atividades que requerem menos qualificações do que aquelas que possuem. Esta população está também acostumada a viver as benesses de uma economia em expansão e com os benefícios que são oferecidos pelo governo, que provavelmente diminuirão frente à perspectiva de deficit. Além disso, pesa o fato de a segregação entre os sexos e a forte repressão religiosa encontrar relativa resistência entre parcelas das gerações mais jovens. As mulheres sauditas, que vivem com pouca autonomia e necessitam da aprovação de responsáveis homens para determinadas escolhas, como trabalhar fora, também começam a apresentar suas demandas no espaço público com mais determinação, por exemplo, com relação à proibição de dirigir carros.

O sistema educacional, que esteve sempre sob o controle direto dos líderes religiosos, passou por revisões importantes depois que a participação saudita e de fundamentos religiosos wahhabitas foram utilizados por movimentos extremistas e ataques terroristas no mundo e dentro do próprio país. Como consequência do aumento do contato que os sauditas têm com outras culturas, através de bolsas de estudo no exterior ou da internet, o sistema escolar também passou a incluir uma preocupação de possibilitar a reflexão autônoma dos alunos e ir além da mera repetição de conteúdos. Os sauditas têm uma das maiores taxas de acesso e utilização de internet do Oriente Médio e isso já tem reflexos

² “Saudi Arabia launches austerity drive to cut public spending” (Arábia Saudita lança medidas de austeridade para cortar os gastos públicos). The Guardian, 14 de Março de 2016. (<https://www.theguardian.com/world/2016/mar/14/saudi-arabia-launches-austerity-drive-cut-public-spending>)

■ resenha de livro

em suas formas de expressão e na possibilidade de criar ou entrar em contato com visões críticas sobre o país e seus sistema político e religioso. A expressão artística, proibida pela teologia wahhabita como pecado e como forma de idolatria, também vive uma forma de renascimento, ainda tímido, e encontra novos espaços, como o cinema e a produção audiovisual, ou as performances públicas, além da já mencionada internet.

Outro desafio é a forma de relacionamento com a minoria xiita, presente na província oriental saudita. Com a reforma do material escolar, parte dos ensinamentos que exacerbavam que o xiismo era uma forma ilegítima do Islã foram revisados, mas essa população ainda reclama de discriminação e de violência. O relacionamento antagônico com o Irã agrava a situação dos xiitas sauditas, especialmente com a partir do desenvolvimento da guerra na Síria: os dois países apoiam lados diferentes do conflito. A guerra civil na Síria, assim como o golpe no Egito, e a escalada da situação na Líbia são interpretados pela sociedade saudita de maneira contraditória. Se bem mostraram a possibilidade da demanda popular por reformas democratizantes e modernizantes, também serviram para que os sauditas se tornassem cautelosos frente às possibilidades de conflito e empobrecimento geral.

É importante notar que, apesar do foco maior do livro nas pressões modernizantes na Arábia Saudita, os autores também apresentam os diversos movimentos contrários e tradicionalistas que ganham força a cada demanda por mudança e a cada modificação para suavizar o controle religioso. É de se esperar, inclusive, que estes movimentos sejam mais fortes do que são descritos no livro, que, apesar de grande esforço, não escapa a uma visão ocidentalizada sobre a situação no país, oferecendo aos movimentos modernizadores uma ótica positiva quase automática, ao mesmo tempo que oferece uma visão crítica a todos os movimentos contrários.

Por fim, Aarts e Roelants terminam como uma reflexão sobre o futuro da monarquia saudita, analisando diferentes cenários e calculando as possibilidades de manutenção da monarquia frente a esses desafios. Uma das conclusões mais impactantes é a de que as reformas promovidas pela monarquia podem representar um caminho sem volta. Retomando o conceito de Samuel Huntington, o “dilema do rei” sugere que monarcas que promovem reformas no sistema político dão impulso a uma dinâmica de mudança que depois acarretam a derrocada do sistema absolutista. Dessa maneira, como os autores reforçam enfaticamente: “a monarquia saudita se sente sitiada”, ainda que as forças contestatórias ainda não representem um perigo real. Para Aarts e Roelants, a forma como a Arábia Saudita reagiu à ascensão e à queda da Irmandade Muçulmana no Egito, tem repreendido os militantes que atuam no conflito sírio, e endureceram o cerco aos defensores dos direitos humanos mostram a preocupação em não dar espaço para movimentos que possam fortalecer as críticas à monarquia.

Levando o título ao pé da letra, é intrigante que a Arábia Saudita descrita por Aarts e Roelants não passa perto de estar em perigo, especialmente em comparação com os

■ resenha de livro

demais sistemas políticos na região. É possível que a Arábia Saudita seja, neste momento, um dos sistemas mais estáveis e que conta com o maior apoio popular no Oriente Médio. Mas os autores são enfáticos em sua descrição e são muito bem sucedidos em demonstrar as situações de potencial para crise que o país enfrenta atualmente e como o arranjo entre a monarquia Al Saud e a teologia wahhabita vive uma situação de fragilidade, mesmo com as recentes expressões de força, como a decapitação de 47 prisioneiros em Janeiro de 2016, incluindo o líder xiita Sheikh Nimr al-Nimr. Na Arábia Saudita, o perigo pode já estar à espreita, resta saber qual a forma exata que ele vai tomar e quais serão as consequências para o país e sua população. ■

5 CÂMERAS QUEBRADAS: ENTRE E ALÉM DE MUROS, FRONTEIRAS E BARREIRAS.

Luciana Eliza dos Santos¹

De quanta terra precisa o homem? O célebre escritor russo Liev Tolstói (1828-1910) responde a essa pergunta com a história de um camponês, que tentou possuir tanta terra quanto seu corpo pôde alcançar, caminhando e cercando ao longo de um dia longas léguas de terra, de modo que, mediante tanto esforço, acabou restrito a sete palmos abaixo dela. O conto, que foi intitulado com aquele exato questionamento, evidencia uma problemática constante à história das sociedades: o desejo e a necessidade da propriedade da terra.

Apoderar-se da terra significa também pertencer à terra; neste caso, a noção de enraizamento afirma a importância das comunidades linguísticas, religiosas, culturais à integração social. Por outro lado, no que se refere aos nacionalismos e suas apropriações, a vida comum e a partilha de seus códigos são, conseqüentemente, construções ou imaginações sócio-históricas reguladas pela força de um estado nacional. A propriedade da terra como fronteira finita e limitada pela ideia de nação e governo representa também a “profunda camaradagem horizontal”, pela qual não se busca necessariamente matar, mas pode-se frequentemente morrer (Anderson, 2008: 37).

É diante de conhecida via de conflitos pela terra que o documentário *Cinco Câmeras Quebradas - Five Broken Cameras*, trazido a público em 2012, abre para a recepção de diversas partes do mundo o cotidiano de ações de resistência e luta política de palestinos diante do processo de ocupação de suas terras pelo Estado de Israel, no decorrer das atuais primeiras décadas do século XXI.

O documentário de longa-metragem, que uniu olhares do palestino Emad Burnat e do israelense Guy Davidi, releva a coexistência de duas permanências contemporâneas: o belicismo como forma de (re)acomodação e disputa de fronteiras geográficas, políticas e religiosas na região que abrange o conflito árabe-israelense, e o nebuloso conhecimento do *Ocidente* sobre esta realidade. Especificamente centrado na relação Palestina-Israel, o filme se passa na aldeia de Bil'in, na Cisjordânia, e aborda conseqüências do processo

¹ Possui graduação em Letras pela Universidade de São Paulo (2005), mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo (2009) e doutorado em Educação pela mesma Universidade (2014). Tem experiência com ensino e pesquisa na área de Educação e Ensino Superior, concentrando-se principalmente nas seguintes temáticas: História, História da Educação, Anarquismo, Educação Libertária, Política Educacional. E-mail: lucianaeliz@gmail.com.

■ resenha de filme

de ocupação por meio de colonatos e da construção de um muro pelo estado de Israel, que toma grande parte da Cisjordânia. Esta polêmica barreira física tem cerca de 760 km. entre Cisjordânia e Israel, abrangendo em alguns pontos 8 metros de altura. Este muro, que foi construído por Israel como uma cerca de proteção de terroristas e ataques, é antes Muro do Apartheid, atuando como uma estratégia de ocupação do território palestino.

O documentário nasceu de uma ocasião virtuosa e espontânea: em 2005, com o nascimento de seu quarto filho Gibreel, Emad Burnat inicia um processo de registro com uma câmera que não tem mais final. Burnat filma o cotidiano de sua família, os olhares de Gibreel, as ocupações de seus outros três filhos, os afazeres de sua esposa, Soraya, uma palestina que viveu no Brasil, o que aproxima a família do imaginário cultural brasileiro. Mas Burnat registra também com sua câmera o dia a dia dos conflitos pela terra, a investidas do exército de Israel na sua aldeia e a reação daquela população à imposição de um denso muro sobre suas raízes, suas práticas culturais e de sobrevivência por meio da agricultura. Por cinco anos, Burnat filma o processo de resistência e manifestação pacífica dos aldeões de Bil'in; participa de modo que a câmera testemunha e cristaliza este conflito, evidenciado suas características, desproporcionalidade e desmantelamento de comunidades palestinas por estratégias como a ocupação e o colonato, sustentados pelo Estado de Israel. São cinco câmeras necessárias a manutenção desta intervenção espontânea e mesmo instintiva por parte de Emad, ele não exercia este papel profissionalmente, mas como enfrentamento, proteção e reação. São cinco câmeras quebradas pelas reações bélicas do exército de Israel aos protestos pacíficos, aos registros e à resistência do povo palestino de Bil'in ao processo gradativo de perda de sua terra.

Como narrativa cinematográfica, o percurso de Emad Burnat, suas perdas materiais, as lesões físicas e psicológicas sofridas por ele, seus irmãos, amigos e repercutidas em sua família, expressam o importante processo de desconstrução e estranhamento da visão de Oriente associada ao terrorismo, ao exotismo e à representação europeia e americana, que homogeneiza pelo domínio histórico esta grande parte do mundo originalmente caracterizada por profundas disparidades, autenticidades e diversidades linguísticas, culturais e religiosas. O filme contribui para a crítica às comunidades imaginadas e dicotômicas que distinguem o mundo em Ocidente e Oriente, e acentua a desconstrução do Orientalismo como distinção ontológica e epistemológica, como discurso e lugar comum: "o Oriente é parte integrante da civilização e da cultura material europeia (2007:28)". Mas o que fica para a recepção do mundo, da crítica cinematográfica americana e europeia é que o Oriente não é um lugar tão distante; ao acompanhar a trajetória dos quatro filhos de Emad, os primeiros passos e palavras do bebê Gibreel, a maternidade de Soraya Burnat diante de uma situação de conflito e violência pela terra que lhes pertence, o documentário sensibiliza, aproxima e permite o reconhecimento do Outro.

Diante destas particularidades, há dois aspectos de 5 Câmeras Quebradas que merecem destaque: em primeiro lugar as estratégias políticas encontradas pela população

de Bil'in para lutar por sua terra; em seguida, a sensibilidade das pessoas que vivenciam este retrato de cinco anos de duração, como as crianças, homens e mulheres que se solidarizaram e se uniram na tentativa de demonstrar a incongruência da ação bélica em uma pequena aldeia que vive de seu cultivo e cultura. Ao tornar-se uma narrativa cinematográfica, a vida deste povo torna-se um belo depoimento do enraizamento e pertencimento humano à terra, para muito além dos traçados de fronteiras e imposição do Estado e seus aparatos de poder.

Ao registrar o cotidiano de resistência de Bil'in, a câmera amadora e tremida de Emad capta todo um material humano espontâneo e poético; entre as crianças, é possível acompanhar sua gradativa inserção nos protestos aos gritos de "We want sleep! We want peace!"; o aprendizado da luta política pelo direito à vida e à terra e a dureza de ver tudo com os próprios olhos, a simplicidade de entregar um ramo de Oliveira a um soldado. As primeiras palavras de Gibreel são "jidar", muro; "matat", cartucho; "jesh", exército. Emad revela: "caminhamos ao nosso ritmo, aos passos de um bebê".

Há uma grande parceria muito bem destacada entre Emad e seus irmãos, sendo Iyad Burnat um importante líder deste movimento; e os primos Adeeb Abu-Rahma e Bassem Abu-Rahma, Adeeb e Phil, palavra árabe que significa elefante e apelidou o jovem alto e afetuoso que foi morto em uma das manifestações ocorridas em 2009. Estes parceiros estavam sempre na linha de frente dos protestos, sendo articuladores centrais, firmes e pacíficos. A partir da crescente organização desta parceria, do apoio de ativistas israelenses, dentre os quais se destaca o próprio Guy Davidi, e demais apoiadores internacionais foram organizados protestos semanais, todas as sextas-feiras, após as orações, diante do muro que atravessa as terras da aldeia e protegem a construção de habitações para colonos israelenses. Num significativo momento do filme, Adeeb abraça uma Oliveira: "nascemos nesta terra e morreremos aqui"; "viveremos nesta terra o resto de nossas vidas". À imagem destes aldeões que vivem da terra, são retratados momentos variados pela forte ligação com o lugar, com o cultivo das Oliveiras e o desejo de carregar suas heranças ancestrais e espirituais, como afirmam: "mais que alimentar, a terra liga-nos"! Adeeb: Esta Oliveira que reza a Deus, o que fez com ela?", diante a remoção de uma das árvores antigas do local.

Os protestos têm faixas, bandeiras da Palestina, adultos, crianças, bordões que unificam desde a extensão da barreira às conexões inter-territoriais: "De Nil'in a Bil,in! De Nil'in a Beirute! Nós e Bil'in somos apenas um! São estratégias de ação direta não-violentas, pacíficas, fundadas numa relação natural, social, fisiológica e histórica com o lugar. São estratégias de pessoas comuns, populares, vinculadas pelo interesse coletivo de permanência na terra e manutenção de suas práticas religiosas, culturais e econômicas. Não são soldados, funcionários do governo, defensores de um partido, defensores da estratégia de algum partido, defensores de fronteiras ou do Estado Palestino. Estes fatores caracterizam a difusão de estratégias de luta e ação direta que representam o grande triunfo deste conflito. São protestos libertários e as formas de combate da supremacia

estatal e da imposição autoritária dos governos se sustentam em auto-gestão, ações diretas e culturais, poéticas, que o uso da câmera oportuniza.

Em dado momento do filme, há uma cena em que um grupo de ativistas de israelenses analisam o mapa da região que abrange a extensão do muro e se dispõem a ceder as informações necessárias à organização dos protestos. A narração de Emad menciona que “gente de todo o mundo trouxe ideias criativas para o projeto”. Também uma cena, na sequência desta, menciona novamente o apoio de pessoas de outras partes de mundo, neste momento ocorre uma intervenção direta no muro na qual percebe-se a presença de homens e mulheres de outras localidades e Guy Davidi.

O documentário não explicita quais são estas conexões que fortalecem os meios e criam as alternativas para a luta da população de Bil’in. O que se pode notar é evidenciado pelas imagens, pela presença de pessoas com aspectos e biótipos diversos, somando e registrando os protestos. Mas os agradecimentos finais do filme fazem menção a organizações que provavelmente contribuíram com o movimento e com o documentário.

Estas organizações, movimentos e associações evidenciam abrangência de uma rede que age cooperativamente, em função das regiões prejudicadas pelo Muro de Israel. Dentre elas, organizações israelenses, como a *B’Tselem - The Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories*, instituição criada em 1989, que atua com direitos humanos intervindo nas regiões ocupadas, em defesa dos moradores local. Esta mesma organização, em 2007, iniciou um projeto que dava acesso às câmeras para moradores palestinos das regiões de conflito, promovendo a difusão do vídeo como meio de defesa, registro e luta social, expondo a público e documentando situações de opressão e violações de direitos humanos². Nota-se a difusão da estratégia que rendeu o filme de Emad e Guy Davidi, suposto efeito da possível interlocução e tentativa de reconhecer o uso da câmera, a documentação por imagens e o cinema como estratégias de enfrentamento, posicionamento político e ação social; uma forma de documentário interessado ou empenhado, fundado na visão dos próprios protagonistas do conflito. Emad diz: “Quando filmo sinto que a câmera me protege, mas é uma ilusão”; ele segue por cinco anos filmando.

Outro movimento presente nas entrelinhas do documentário é conhecido como *Anarchists Against the Wall*; uma iniciativa que surgiu em 2003 por ocasião de um acampamento de protesto na vila palestina de Mas’ha, que durou 4 meses; este movimento foi iniciativa de ativistas israelenses que passaram a promover ações e manifestações em regiões de Israel e cooperar com as populações de aldeias palestinas atingidas pela barreira. O movimento tem caráter internacionalista, se opõe enfaticamente à construção do Muro e defende a desobediência civil, a não-violência, a resistência palestina e a recusa israelense das estratégias de imposição e estrangulamento civil e cultural do povo palestino:

Desde o ano passado, houve um novo tipo de luta na Palestina: a luta não violenta contra o muro que o Estado de Israel está construindo no país. O

² Informações do site da instituição: <http://www.btselem.org/>

muro, conhecido oficialmente como “muro de separação” é na verdade uma das maiores ameaças que a população palestina tem conhecido ao longo do século passado. É uma operação “pacífica”, no sentido de que, diferentemente tantas vezes no passado, esta não é uma guerra militar total contra as pessoas, mas não deixa de ser uma guerra contra eles e contra suas terras. É uma guerra pelo controle do território, pelo controle da água, mas acima de tudo que tem um objetivo final, que é o de tornar a vida tão terrível para o povo palestino que a eles restará uma escolha: sair. Na esteira do desenfreado militarismo norte-americano do início do século XXI, o Estado de Israel está aproveitando sua oportunidade de resolver de uma vez por todas “a questão palestina”. E os resultados estão à vista: a lenta propagação sobre a terra deste vergonhoso muro, o Muro do Apartheid (Federazione dei Comunisti Anarchici, 14/10/2004).³

Este texto inaugura uma coletânea que trata da questão do muro e seu significado para o conflito israel-palestina e as formas de resistência para impedir o seu avanço. Tais investidas configuram um conjunto de ações relacionadas a práticas anarquistas contemporâneas, vinculando grupos e ativistas que não necessariamente ou obrigatoriamente se definem como anarquistas, mas que se utilizam de práticas de ação direta não violentas, contrárias à suplantação dos povos, seus costumes e suas terras.

As ações de correntes políticas autônomas como os Anarchists against the wall podem contribuir com a organização das populações locais na medida em que divulgam e cooperam com meios e estratégias, somando-se aos grupos, agregando força; isto é, contrárias ao apoderamento da organização espontânea destes grupos, cuja principal afinidade é a luta pela sua própria sobrevivência na sua própria terra. A associação *Friends of freedom and justice Bil'in* corrobora a autenticidade e autonomia do movimento entre a população de Bil'in, de modo a gerir sua permanência:

O povo de Bil'in é conhecido pela sua simplicidade, hospitalidade e boa natureza. Eles amam a paz e liberdade e lutam diariamente para rejeitar a injustiça e a opressão (...). Em linha com o seu amor pela liberdade e justiça, um grupo ativo de homens e mulheres jovens decidiu dar início a uma nova sociedade na aldeia chamada *Friends of freedom and justice Bil'in*. A sociedade tem como objetivo construir uma ampla rede de pessoas de todo o mundo que apoiam a liberdade e justiça para todos. O objectivo é reforçar a firmeza do povo palestino, para fazer difundir métodos de resistência não-violenta da comunidade e para ajudar e apoiar a educação da juventude palestina em escolas e universidades⁴.

O decorrer do documentário revela situações de sofrimento, ataques diversos do exército de Israel sobre a população de Bil'in, uso da força sobre as crianças, homens e mulheres organizados de maneira manifesta em torno de ações de paz e resistência; relata o triste assassinato de Phil em uma manifestação, o que causou grande comoção e indignação; também a prisão de Emad, de um mês em cárcere e três meses em domicílio,

³ We are all anarchists against the wall! On the non-violent resistance of the Israelianarchist movement and the Palestinian popular committees against the Apartheid Wall. <http://www.fdca.it/fdcaen/press/pamphlets/waaaatw.htm>.

⁴ <http://www.bilin-ffj.org/en/content/about-us>.

■ resenha de filme

justificada erroneamente por ter atirado pedras contra soldados, mas motivada pela sua intervenção de registro e documentação de todos os abusos de Israel; o acidente também sofrido por Emad em uma das manifestações e que, sendo socorrido por ambulâncias de Israel, foi tratado em Tel'Aviv, mas sofreu consequências por toda a vida de lesões sérias por todo o corpo. Além das prisões de dois de seus irmãos, dentre eles Iyad Burnat, que tornou-se um representante fundamental à organização da resistência de Bil'in. Com todos estes registros visuais, sonoros e históricos de extrema violência, uso desproporcional de armas, prisões e assassinatos, o povoado de Bil'in ganhou; o documentário aponta o recuo do Estado de Israel diante do muro. Mesmo diante de tanta violência, é interessante notar como o jornal Maariv, de Israel relata este recuo:

En la primera página del Maariv, el segundo periódico más importante de Israel, había el siguiente título: "Los habitantes de Bil'in han ganado contra las FDI", con el subtítulo: "Tres años de manifestaciones violentas por los palestinos y los militantes de extrema izquierda (israelíes) que han logrado frutos: la barrera de separación cerca de Bil'in será desplazada". En el interior, en el artículo, el título es aún más elocuente: "La batalla de la barrera: el estado ha perdido en Bil'in"⁵.

Com a contribuição do documentário e as análises decorrentes dos eventos - as manifestações, todo o processo de organização e ao final, a vitória da população de Bil'in com o recuo do aparato militar, do muro e da travestida expropriação da terra daqueles palestinos, - nota-se a importância do processo de cooperação e ajuda mútua ocorrido entre os moradores da aldeia, ativistas israelenses e ativistas de outras regiões do mundo, configurando uma estratégia de defesa da terra que transcende limites de território, nação e governos, internacionalizando-se em virtude do enraizamento daquele povo ao seu espaço de origem, às suas tradições e ancestralidade. Por fim a mencionada associação *Friends of freedom and justice Bil'in* e todo o ativismo de Iyad e Emad Burnat expressam a permanência da luta palestina e a gradativa instauração de novos códigos interlocução entre fronteiras e auto-defesa. É preciso irenizar as relações de luta pela terra e pela liberdade: "Bil'in, uma aldeia pequena, tranquila, rodeada por colinas e vales, é uma aldeia palestina que está lutando para existir. Ele está lutando para salvaguardar a sua terra, suas oliveiras, seus recursos ... a sua liberdade⁶." ■

Referências

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas** - Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

⁵ <http://web.archive.org/web/20071113192159/http://www.puntodevistainternacional.org/spip.php?article32>

⁶ <http://www.bilin-ffj.org/en/content/about-us>.

■ resenha de filme

SAID, Edward W. **Orientalismo** – O Oriente como invenção do Ocidente, São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

TOLSTOI, Liev. **De quanta terra precisa o homem?** São Paulo: Cia das Letrinhas, 2009.

WARSCHAWSKI, Michael. **Bil'in**: la victoria de David el anarquista sobre Goliat el colono. <http://web.archive.org/web/20071113192159/http://www.puntodevistainternacional.org/spip.php?article32>. Acesso em 20 de julho de 2016.

Sitios consultados:

<http://www.ainfos.ca/07/nov/ainfos00121.html>. Acesso em 20 de julho de 2016.

<http://www.btselem.org/> Acesso em 20 de julho de 2016.

http://www.lahaine.org/fin_de_semana_de_acciones_de_anarquistas. Acesso em 20 de julho de 2016.

<http://web.archive.org/web/20071113192159/http://www.puntodevistainternacional.org/spip.php?article32>. Acesso em 20 de julho de 2016.

<http://www.fdca.it/fdcaen/press/pamphlets/waaaatw.htm>. Acesso em 20 de julho de 2016.

<http://www.bilin-ffj.org/en/content/about-us>. Acesso em 20 de julho de 2016.

EDWARD SAID: UM PERFIL INTELECTUAL

Danilo Guiral Bassi¹

Edward Wadie Said, talvez o mais célebre intelectual palestino, teve uma trajetória acadêmica e política marcada por um misto de polêmicas, divergências e admiração. Após sua morte, em decorrência de um câncer, Said recebeu diversas homenagens, nos mais diversos meios. Intelectuais e ativistas políticos se revezaram para lamentar a perda de “um dos maiores embaixadores dos povos oprimidos e injustiçados”²; de um intelectual “inspirador”³, “cortês e gracioso”⁴, “charmoso e articulado”⁵, “que diz[ia] mais do que os próprios cientistas”⁶; de um defensor da “justiça e da liberdade [...], cujo legado [...] será uma inspiração e um guia para os anos que virão”⁷, autor de uma “grande obra”, que “criou uma disciplina que, de alguma forma, trouxe o humanismo para o centro do debate”⁸; de “um combatente da causa palestina”⁹ ou simplesmente de um “intelectual honesto.”¹⁰

As críticas positivas à obra de Said não foram, todavia, uníssonas. Acerca de sua produção, foram escritas linhas mais duras, como as que alegam ter sido ele um “terrorista intelectual [...] incompetente para escrever o que pretendia”¹¹, cuja obra “é uma versão fantasiosa da história”¹², com um “legado pernicioso”¹³.

¹ Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo.

² HABIB, Mohamed. “O Mundo sem Edward Said” in: CLEMESHA, Arlene (org.). *Edward Said: Trabalho intelectual e crítica social*. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2005, p. 50.

³ SILVA, Ligia Osorio. “Edward Said e o Imperialismo Cultural”. In: CLEMESHA, A. (org.), *op. cit.*, p. 26.

⁴ STROUSE, Jean. In: COLUMBIA University. *Remembering Edward W. Said: November 1, 1935 – September 25, 2003*. Nova Iorque: Columbia University, 2004, p. 100.

⁵ KHALIDI, Rashid. In: *ibidem*, p. 59.

⁶ AB’SABER, Aziz. “(Re)aprendendo a enxergar o colonialismo”. In: CLEMESHA, A. (org.), *op. cit.*, p. 35.

⁷ CHOMSKY, Noam. In: COLUMBIA University, *op. cit.*, p. 22.

⁸ FONER, Eric. In: *ibidem*, p. 41.

⁹ ANTUNES, Ricardo. “Edward Said: um libelo contra a barbárie”. In: CLEMESHA, A. (org.), *op. cit.*, p. 23.

¹⁰ ARBEX JR., José. “Um Exemplo de Honestidade Intelectual”. In: *ibidem*, p. 20.

¹¹ WARRAQ, Ibn. *Debunking Edward Said*. Disponível em: <<http://www.butterfliesandwheels.org/2003/debunking-edward-said/>>. Acesso em 14 ago. 2015

¹² IRWIN, Robert. *Pelo Amor ao Saber: os Orientalistas e seus Inimigos*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006, p. 331.

¹³ WARRAQ, I., *op. cit.*

■ perfil intelectual

A partir dessa divergência na recepção da obra de Edward Said, podemos nos permitir a colocação de algumas perguntas: quem foi Edward Said? Quais foram suas ideias centrais, sobretudo acerca da análise do orientalismo? Qual foi sua influência sobre a produção científica desde a publicação de suas primeiras obras de grande repercussão? Quais críticas foram feitas à sua obra? As críticas são verdadeiras e, ainda que fundamentadas, invalidam a essência de suas teorias?

Para responder a estas perguntas, vamos, num primeiro momento, traçar uma breve biografia de Edward Said e expor seu ponto de vista sobre o papel a ser desempenhado pelo intelectual para, em seguida, analisar sua teoria acerca do orientalismo; abordaremos, na sequência, algumas de suas ideias no que diz respeito à questão palestina para, finalmente, explicitar alguns debates em que Said se envolveu e as críticas que foram feitas à sua obra e, assim, tentar formular algumas conclusões finais.

Biografia, obra e engajamento

Edward Said nasce em 1935 na cidade de Jerusalém, então sob mandato britânico da Liga das Nações. Seu pai havia migrado aos 16 anos para os Estados Unidos para fugir da convocação pelas forças armadas do Império Otomano em guerra contra a Bulgária; durante a Primeira Guerra mundial, luta como soldado norte-americano na França e depois retorna à Palestina, onde forma família. Com a eclosão da primeira guerra árabe-israelense, a família de Said deixa Jerusalém e se instala no Cairo. Após pouco tempo em um colégio inglês conservador, Said é enviado pela família para os Estados Unidos, onde conclui seus estudos básicos e inicia uma carreira acadêmica impressionante, passando pelas prestigiosas universidades de Princeton, Harvard, Johns Hopkins, Yale e Columbia, onde passa a lecionar literatura a partir de 1963¹⁴.

Além de professor universitário, Edward Said foi membro da Academia Norte-Americana de Artes e de Ciências e da Sociedade Norte-Americana de Filosofia e presidente da Associação de Línguas Modernas. Em 1966, inicia, com um livro sobre Joseph Conrad, sua proffícuca produção bibliográfica.

No ano seguinte, a partir da Guerra dos Seis Dias, Said passa a demonstrar maior interesse pela política e, sobretudo, pelas questões de sua terra de origem: a Palestina¹⁵. Torna-se membro da Conferência Nacional Palestina, espécie de parlamento palestino no exílio, onde permanece por 14 anos, até seu rompimento com a Autoridade Nacional Palestina de Yasser Arafat, em decorrência de seu desacordo com a forma como estavam sendo guiadas as negociações de paz entre palestinos e israelenses.

Seus textos serão intercalados entre si, entre análises sobre Joseph Conrad e música clássica, entre debates políticos e teoria literária, entre estudos sobre Vico e

¹⁴ SAID, Edward W. *Fora do Lugar: Memórias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

¹⁵ *Idem*.

propostas de solução para o conflito israelo-palestino. Suas ideias estão presentes em artigos de periódicos tão variados quanto *The Nation*, *The Guardian*, *London Review of Books*, *Le Monde Diplomatique*, *Counterpunch*, *Al Ahram* e *al-Hayat* e em seus livros, entre os quais podemos citar *Beginnings*, *A Questão da Palestina*, *Cobrindo o Islã*, *A Política da Expropriação*, *A Paz e seus Dissidentes*, *O Fim do Processo de Paz*, *Cultura e Resistência*, *Paralelos e Paradoxos*, *Representações do Intelectual*, *Humanismo e Crítica Democrática* e *Freud e os Não-Europeus*. Mas sua obra magna ainda continua sendo aquela publicada pela primeira vez em 1978, *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*, e seu desdobramento teórico, *Cultura e Imperialismo*, de 1983.

Edward Said morre em 2003, após 12 anos de tratamento de uma leucemia linfóide crônica, aos 67 anos de idade, na cidade de Nova Iorque, onde já morava havia décadas.

Apesar de sua morte, sua obra deixou seguidores, sobretudo nos meios acadêmicos, ao ponto de alguns considerarem que os saidianos se tornaram hegemônicos em determinadas áreas de estudo¹⁶. Influenciado por autores pós-modernos (notadamente Michel Foucault¹⁷, no que diz respeito à análise do discurso¹⁸ e das relações entre saber e poder¹⁹), Edward Said tem sua obra enquadrada como marco da literatura crítica pós-colonial. Nela, ele teve a oportunidade de desenhar aquele que ele considera o papel do intelectual na sociedade, dedicando um livro inteiro à busca deste objetivo²⁰.

Edward Said se definia como um humanista, no sentido de um intelectual multifacetado, que, no seu caso, valorizou o estudo da arte e a crítica literária, mas sempre mantendo um amplo interesse pelos demais aspectos do saber, do conhecimento e da arte²¹, com a incumbência de quebrar estereótipos e reducionismos²², de apresentar “modelos alternativos aos modelos redutivamente simplificadores e aos modelos restritivos baseados na hostilidade mútua”²³. Said se colocava igualmente como um intelectual no exílio, marcado pela sensação constante de deslocamento e de estar sempre “fora do lugar” (expressão que daria nome a suas memórias²⁴) e que, por essa posição peculiar, dizia ele, não aceitava o discurso comum, a tradição e a língua comum do patriotismo ou

¹⁶ TEITELBAUM, Joshua; LITVAK, Meir. “Students, teachers, and Edward Said: taking stock of Orientalism” in: *The Middle East Review of International Affairs*, v. 10, n. 2, mar. 2006. Disponível em: <<http://www.rubin-center.org/2006/03/teitelbaum-and-litvak-2006-03-02/>>. Acesso em: 15 ago. 2015

¹⁷ SAID, Edward W. “Foucault e a imaginação do poder”. In: *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 93-99.

¹⁸ SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 29-30, 142, 187.

¹⁹ *Ibidem*, p. 53-54, 173.

²⁰ SAID, Edward W. *Representations of the Intellectual*. Nova Iorque: Vintage Books, 1996.

²¹ SADER, Emir. “Introdução: Edward Said – uma pequena homenagem”. In: CLEMESHA, A. (org.), *op. cit.*, p. 14.

²² SAID, Edward W. *Representations of the Intellectual*. Nova Iorque: Vintage Books, 1996, p. XI.

²³ SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 20

²⁴ SAID, Edward W. *Fora do Lugar: Memórias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

■ perfil intelectual

da mídia²⁵. Em *Representações do Intelectual*, Said aprofunda sua crítica à especialização do conhecimento e das ciências (crítica esta já presente em *Orientalismo*, onde ele declara que “o argumento do especialista pode funcionar com muita eficácia para bloquear a perspectiva mais ampla e [...] mais séria em termos intelectuais”²⁶). Diz ele:

A especialização implica perder de vista o esforço árduo de construir arte e conhecimento e significa com frequência fechar a porta à história, à música ou à política. A pressão do profissionalismo, exercida sobre os que a ele aderem, é a tendência para o poder e a autoridade, para as exigências e prerrogativas do poder e para se ser diretamente usado por ele.²⁷

A influência que autores como Antonio Gramsci²⁸, Theodor Adorno e Jean-Paul Sartre²⁹ tiveram sobre Said na construção da defesa do intelectual-ativista é explicitada por ele próprio: para Said, a produção intelectual não estava dissociada da política e o intelectual não poderia se furtar a essa relação e – mais do que isso – ele deveria se abrir à sociedade:

[...] o intelectual não representa um ícone do tipo estátua, mas uma vocação individual, uma energia, uma força obstinada, abordando com uma voz empenhada e reconhecível na linguagem e na sociedade uma porção de questões, todas elas relacionadas, no fim das contas, com uma combinação de esclarecimentos e emancipação ou liberdade.³⁰

Uma definição dada por Said sobre o papel do intelectual elucidada o elo que ele buscou entre produção de conhecimento, engajamento político-social do intelectual e suas teorias que abordaremos no próximo ponto:

O papel do intelectual, de um modo geral, é elucidar a disputa, desafiar e derrotar tanto o silêncio imposto quanto o silêncio conformado do poder invisível, em todo lugar e momento que seja. Pois há uma equivalência social e intelectual entre essa massa de interesses esmagadores e o discurso usado para justificar, escamotear e mistificar seu funcionamento enquanto, simultaneamente, previne contra objeções e desafios que possam surgir contra ele.³¹

²⁵ FARAH, Paulo Daniel. “Colóquio e contraponto”. In: CLEMESHA, A. (org.), *op. cit.*, p. 71.

²⁶ SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 42-43.

²⁷ SAID, Edward W. *Representações do Intelectual – as Conferências Reith de 1993*. apud: HATOUM, Milton. “Edward Said e os Intelectuais”. In: CLEMESHA, A. (org.), *op. cit.*, p. 32.

²⁸ SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 34, 56-57.

²⁹ SAID, Edward W. “Meu encontro com Sartre”. In: *Cultura e Política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 20-28.

³⁰ SAID, Edward W. *Representações do Intelectual – as Conferências Reith de 1993*, p.78 apud HATOUM, M., *op. cit.*, p. 33.

³¹ SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 33.

Orientalismo: discurso e imperialismo

“O Oriente não é um fato inerte da natureza”³², é uma criação humana, fruto de uma divisão imaginativa entre Leste e Oeste³³: eis o pressuposto da mais célebre obra de Edward Said, *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Adotando a noção de discurso produzido pelo poder como forma de controle e dominação de Michel Foucault, Said busca, nessa obra, construir a ideia do orientalismo não apenas como área de especialidade do conhecimento, mas como discurso, como uma rede de interesses que liga a produção de conhecimento à capacidade de dominação³⁴.

O orientalismo, que se apresenta apenas como uma área do conhecimento (abarcando o conjunto dos estudos sobre o Oriente, mais especificamente sobre o Oriente Médio, incluindo os de língua e cultura árabe), serviria como berço do imaginário de “um arranjo complexo de ideias ‘orientais’ (o despotismo oriental, o esplendor oriental, a crueldade, a sensualidade)”³⁵, em que o conhecimento sobre o Oriente é gerado pela força e pela dominação, onde o oriental passa a ser “contido e representado por estruturas dominadoras”³⁶. O orientalismo se construiria, dessa forma, como um “conjunto de sonhos, imagens e vocabulários” acerca do Outro³⁷. Ao invés de desmontar imagens distorcidas e preconceitos existentes, o orientalismo teria servido (e serviria ainda no presente) para perpetuá-los.

O Oriente, “vivenciado pelos ocidentais por lentes europeias”³⁸, precisaria ser “orientalizado”³⁹, enquadrado nos próprios pressupostos interessados daqueles que ao mesmo tempo o descrevem e o dominam (ou buscam dominar), ou seja, pelos orientalistas, que buscam “confirmar o Oriente, não desestabilizar convicções já firmes”⁴⁰ sobre este. Segundo Said, o orientalismo apresenta determinadas características, entre elas “uma tendência a dividir, subdividir e tornar a dividir o seu tema, sem jamais mudar de opinião sobre o Oriente ser sempre o mesmo objeto imutável, uniforme e radicalmente peculiar”⁴¹.

Isso não significa reduzir, como diz o próprio Said, o orientalismo a “uma simples coletânea de mentiras”⁴², mas sim reconhecer que “a relação entre o Ocidente e o Oriente

³² SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 31.

³³ *Ibidem*, p. 274.

³⁴ *Ibidem*, p. 29-30

³⁵ *Ibidem*, p. 30

³⁶ *Ibidem*, p. 73-74.

³⁷ *Ibidem*, p. 115.

³⁸ *Ibidem*, p. 96.

³⁹ *Ibidem*, p. 155.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 105.

⁴¹ *Ibidem*, p. 147.

⁴² *Ibidem*, p. 33.

■ perfil intelectual

é uma relação de poder, de dominação, de graus variáveis de uma hegemonia complexa”⁴³, “um intercâmbio dinâmico entre autores individuais e os grandes interesses políticos modelados pelos três grandes impérios – o britânico, o francês, o americano – em cujo território intelectual e imaginativo a escrita foi produzida”⁴⁴ e que partilham e constroem este “arquivo de informações”⁴⁵. Corporações, fundações, companhias petrolíferas, missões religiosas, grupos militares, serviços de relações exteriores e de inteligência estariam, assim, intimamente ligados ao mundo acadêmico em busca da afirmação e da persistência dos dogmas orientalistas, ou seja, da imagem criada no discurso acerca do Oriente Médio, dos árabes e dos muçulmanos⁴⁶.

Sob o argumento de que “a sociedade e a cultura literária só podem ser compreendidas e estudadas em conjunto”⁴⁷, Said busca, em seu livro, comprovar a existência de uma correlação entre produção literária, estudos orientalistas e dominação ocidental sobre o Oriente Médio através da análise de textos literários, de textos políticos e das artes plásticas, englobando em sua análise autores tão diversos quanto Arthur James Balfour, Flaubert, Lorde Cromer, Byron, Chateaubriand, Goethe, Henry Kissinger, Lamartine e T. E. Lawrence. Toda a produção sobre o Oriente estaria alinhada com o objetivo de elaborar o discurso sobre o Outro legitimador da dominação. Alguns anos depois de publicar *Orientalismo*, Said reforçará esta sua crença na correlação entre escritores e seu tempo ao afirmar que escritores não são “mecanicamente determinados pela ideologia, pela classe ou pela história econômica, mas [...] estão profundamente ligados à história de suas sociedades, moldando e moldados por essa história e suas experiências sociais em diferentes graus.”⁴⁸

Segundo Said, dentro do discurso orientalista, cria-se uma determinada imagem dos orientais (sobretudo árabes e muçulmanos): irracionais, crédulos, adutores, dados a intrigas, à astúcia e à maldade com animais, mentirosos, letárgicos, desconfiados⁴⁹, depravados, infantis⁵⁰, sensuais, imprecisos, propícios ao despotismo, aos subterfúgios e ao atraso⁵¹, conformistas, vingativos, violentos⁵², desleixados, desorganizados, incapazes de uma “unidade disciplinada e duradoura”, de “esforços coletivos” e de cooperar⁵³. Mais: os muçulmanos, em parte considerável das obras ocidentais sobre o Oriente, não

⁴³ *Ibidem*, p. 32.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 43-44.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 75.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 403.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 59.

⁴⁸ SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 23.

⁴⁹ SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 71.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 73.

⁵¹ *Ibidem*, p. 279.

⁵² *Ibidem*, p. 84.

⁵³ *Ibidem*, p. 413.

■ perfil intelectual

apareceriam sequer como seres humanos⁵⁴.

O orientalismo, como discurso sobre o Outro, tem outra função essencial para Said: se definir em oposição a este Outro. Em outras palavras, definindo um possível Oriente é que um suposto Ocidente constrói sua própria imagem; o Oriente surge assim como uma invenção ocidental, como um espelho no qual o Ocidente se reflete para se inventar e afirmar sua identidade eurocêntrica e discriminatória. O medo ao islã (por conta de seu período de hegemonia militar, cultural e religiosa), por exemplo, estaria na base da criação do discurso do islã como símbolo de terror e de devastação, para ser apresentado ao cristão medieval⁵⁵. Maomé teria passado, já a partir daí, a ser apresentado como o disseminador de uma falsa revelação divina, como um representante herético, impostor e imoral de uma religião marcada pela lascívia, pela devassidão, pela sodomia e pela perversão⁵⁶, uma religião miserável, árida e trivial, de uma civilização mística e estacionada⁵⁷ – imagem esta que, segundo Said, atravessou a Idade Média e foi reforçada por autores como Shakespeare, Dante, Cervantes, Roger Bacon e Lutero⁵⁸. O islã seria, assim, transformado na “epítome do estranho contra o qual foi fundada toda a civilização europeia, da Idade Média em diante”⁵⁹.

No século XIX, século que havia se iniciado assistindo às teses de que um suposto atraso do Oriente estaria associado à falta de racionalidade⁶⁰ impregnada na cultura da região⁶¹, o orientalismo teria ainda assistido a uma aproximação entre língua e raça: não só árabes formariam uma raça inferior, como falaram uma língua inferior, uma língua semítica, em oposição às línguas indo-europeias, “superiores”⁶²

Já no século XX, o orientalismo veria o islã como uma espécie de síntese cultural do Oriente Médio, estudando a política, a sociologia e a economia dos povos islâmicos sempre guardando a religião muçulmana como essência não só predominante, mas também monolítica e imutável de todas as faces possíveis dessas sociedades⁶³; algo como, nas palavras de Said, se os orientalistas dissessem: “A história, a política e a economia não têm importância. O islã é o islã, o Oriente é o Oriente, e, por favor, levem todas as suas ideias sobre esquerda e a direita, revoluções e mudança de volta para a Disneylândia.”⁶⁴ Temos aqui uma

⁵⁴ *Ibidem*, p. 133.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 97-98

⁵⁶ *Ibidem*, p. 101-106.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 282-284.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 109-112.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 112.

⁶⁰ Ideia também presente, segundo Said, em textos mais recentes, como os de Henry Kissinger, que diferencia a Europa pós-newtoniana (e racional) dos povos pré-newtonianos acerca das concepções da realidade (*Ibidem*, p. 83)

⁶¹ *Ibidem*, p. 280

⁶² *Ibidem*, p. 148

⁶³ *Ibidem*, p. 156.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 159.

crítica central de Said a diversos orientalistas, que é a crítica a um aparente essencialismo nos estudos sobre o Oriente, segundo o qual o oriental – e notadamente o muçulmano – é dado como fixo e estável⁶⁵, supostamente com determinadas características (não por acaso, características semelhantes às atribuídas ao judeu pelo tradicional antissemitismo europeu: cultuadores do poder, traiçoeiros, arrogantes, gananciosos, impatrióticos...) ⁶⁶.

Nessa crítica ao essencialismo orientalista, Said integrará sua crítica à obra de Bernard Lewis num dos maiores embates acerca dos estudos do Oriente Médio. Para Said, Lewis seria um orientalista típico, “imbuído de autoridade”, que busca “desprestigiar, diminuir e desacreditar os árabes e o islã” e criar a imagem de um islã potencialmente antissemita, irracional, passional e sem reflexão, com o objetivo de assustar seu público⁶⁷. Gustave Von Gruebaum é outro autor citado por Said, por descrever o islã como “uma entidade cultural que não partilha as nossas aspirações primárias”, como uma religião ensimesmada, anti-humanista, sem vigor intelectual, imbuída de impaciência de impedimentos de análise de longo prazo e planejamento na esfera intelectual⁶⁸.

No pós-Segunda Guerra mundial e com as guerras árabe-israelenses, os árabes e muçulmanos passariam, segundo Said, a receber maior atenção no mundo acadêmico, no mundo dos negócios e no mundo dos planejadores de políticas públicas e, ao mesmo tempo – e não por acaso –, a figurar na cultura popular norte-americana.⁶⁹ De uma imagem inicial do árabe nômade em cima de seu camelo e passando pelo “incompetente derrotado” de forma humilhante na guerra de 1967, o árabe passaria, a partir de 1973, a ser desenhado como uma figura ameaçadora e instável que controla o petróleo. Segundo Said, é aí que antissemitismo e o orientalismo mostrariam suas raízes e suas caricaturas em comum: a personificação de determinado grupo étnico como “ameaça ao Ocidente”⁷⁰.

Nos filmes e na televisão, os árabes seriam caracterizados como libidinosos, desonestos, sanguinários, sádicos, degenerados e portadores da ameaça do *jihad*.⁷¹ Em *Covering Islam*⁷², Said, segundo o qual o islã é mal estudado pelos orientalistas⁷³, aprofundará suas teorias de como os especialistas, mas também a mídia, introduzem e difundem uma determinada imagem acerca do resto do mundo, notadamente dos muçulmanos. Um debate interessante acerca dessas representações é possível através

⁶⁵ *Ibidem*, p. 411.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 408.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 421-424.

⁶⁸ VON GRUEBAUM, Gustave. *Modern Islam: the search for cultural identity*. Nova Iorque: Vintage Books, 1964, p. 55, 261 *apud* SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 396-397

⁶⁹ *Ibidem*, p. 380.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 382-383.

⁷¹ *Ibidem*, p. 383.

⁷² SAID, Edward W. *Covering Islam: How the Media and the Experts determine how we see the Rest of the World*. Nova Iorque: Vintage Books 1997

⁷³ SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 404-406.

de dois filmes que gostaríamos de trazer para cá. No primeiro deles, *Obsession: Radical Islam's War against the West*⁷⁴, de 2005, o fundamentalismo islâmico e a “ameaça de *jihad*” são apresentados como os principais perigos para o Ocidente e os EUA contemporâneos, semelhantes ao que foi o nacional-socialismo hitlerista dos anos 30 e 40. Edward Said não teve a oportunidade de assistir tal filme, lançado dois anos após sua morte, mas ele teria visto nele, certamente, um ótimo exemplo de sua teoria acerca da forma como a mídia desenha o mundo muçulmano (ou pelo menos parte dele) e cria, no Outro, a imagem do perigo irrefreável a ser combatido ou dominado.

Outro documentário, *Reel Bad Arabs: how Hollywood vilifies a people*⁷⁵, de 2006, inspirado na obra homônima de Jack Shaheen⁷⁶, dá continuidade à perspectiva saidiana de que o cinema norte-americano cria uma imagem negativamente deturpada dos árabes e dos muçulmanos, inclusive de forma semelhante ao que era feito nos períodos áureos do antissemitismo. São incluídos na crítica do referido filme, obras como *O Corcel Negro* (1979), *De Volta para o Futuro* (1985), *Comando Delta* (1986), *Ishtar* (1987), *Águia de Aço* (1986), *True Lies* (1994), *A Fogueira das Vaidades* (1990) e até mesmo o desenho infantil da Disney, *Aladdin* (1992). É importante ressaltar que o documentário lista outros filmes considerados pelos autores como representações não estereotipadas de árabes e muçulmanos, como *Paradise Now* (2005), *Syriana* (2005) e *Cruzada* (2005).

O orientalismo possui seus efeitos sobre o próprio Oriente Médio. Segundo Said, a perspectiva orientalista hegemônica fez com que o Oriente Médio tenha deixado de ser um produtor de cultura e mesmo um centro de poder político⁷⁷, se tornando um “satélite intelectual, político e cultural dos Estados Unidos”⁷⁸, sem possuir “nenhuma revista importante de estudos árabes publicada” e nem “nenhuma instituição educacional árabe capaz de competir com lugares como Oxford, Harvard ou UCLA no estudo do mundo árabe, muito menos na pesquisa de qualquer outro tema não oriental”⁷⁹, colaborando para a formação de um sistema de reprodução do discurso orientalista.

Em *Cultura e Imperialismo*⁸⁰, Said busca traçar um modelo mais geral de relações entre um Ocidente metropolitano, dominador e colonialista e os territórios sob seu domínio, que se estende até os dias de hoje⁸¹. O foco é assim ampliado, deixando as fronteiras do Oriente Médio e do mundo árabe e muçulmano para abraçar analiticamente África,

⁷⁴ OBSESSION: Radical Islam's War Against the West. Dirigido por Wayne Kopping. Produzido por Peter Mier e Raphael Shore, 2005 (78 min.)

⁷⁵ REEL Bad Arabs: How Hollywood Vilifies a People. Direção de Sut Jhally. Produção de Media Education Foundation, 2006. (51 min.)

⁷⁶ SHAHEEN, Jack G. *Reel Bad Arabs: How Hollywood Vilifies a People*. Northampton: Interlink Groups, 2001

⁷⁷ SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 385.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 429.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 431.

⁸⁰ SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁸¹ *Ibidem*, p. 349.

■ perfil intelectual

Índia, Austrália, Caribe e Extremo Oriente⁸², onde se repetiriam os vícios essencialistas do orientalismo: a oposição entre “eles” e “nós”, o “espírito” de determinado povo (africano, indiano, jamaicano, chinês ou mesmo irlandês), a imagem do Outro misterioso e os argumentos justificadores da dominação em nome da civilização a ser levada a povos bárbaros⁸³ e que serve para a autoconstrução, em oposição ao Outro, da ilusória “civilização ocidental”.

Aqui, onde Said reafirma suas teorias sobre o discurso sobre o Outro focando na análise das narrativas compartilhadas entre exploradores e ficcionistas, ele buscará ainda estudar o papel das resistências (armada, cultural, nacionalista e associativa, por exemplo), não abordado em *Orientalismo*⁸⁴. Ao enxergar uma “experiência sobreposta” e uma “interdependência de terrenos culturais, onde colonizador e colonizado coexistiram e combateram um ao outro por meio de projeções, assim como de geografias, narrativas e histórias rivais”⁸⁵ – como no caso da retroalimentação do imperialismo ocidental e do nacionalismo terceiro-mundista⁸⁶ –, Said se aproxima da noção de “zonas de contato” de Mary Louise Pratt⁸⁷, ou seja, de zonas de intercâmbio inevitável entre dominadores e dominados. Para Said, “todas as culturas são mutuamente imbricadas; nenhuma é pura e única, todas são híbridas, heterogêneas, extremamente diferenciadas, sem qualquer monolitismo”⁸⁸.

Nesta obra que representa uma continuidade de *Orientalismo*, Said tenta demonstrar como outras culturas são tratadas como patologias (com o uso de palavras como “condição”, “problema” ou mesmo “síndrome”⁸⁹), reafirma sua crítica às essencializações⁹⁰ e ao ensino superior elitizado e especializado (útil a políticas internacionais expansionistas), faz uma defesa do multiculturalismo⁹¹ e adiciona uma oposição às “tentativas de homogeneização e isolamento de populações em nome do nacionalismo”⁹². Este último ponto será essencial para a compreensão de seus últimos posicionamentos acerca da questão palestina, que abordaremos agora.

⁸² *Ibidem*, p. 11.

⁸³ *Ibidem*, p. 11-12.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 12-13.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 22.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 26.

⁸⁷ PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação*. Bauru, EDUSC, 1999; e PRATT, Mary Louise. “Arts of the Contact Zone” in: *Profession*, 1991, p. 33-40.

⁸⁸ SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 28.

⁸⁹ *Ibidem*, p. 373.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 382.

⁹¹ *Ibidem*, p. 393.

⁹² *Ibidem*, p. 368.

A questão palestina

Nascido em Jerusalém no período do mandato britânico da Palestina e se identificando como um palestino da diáspora, Edward Said foi, certamente, um dos mais proeminentes (e com mais visibilidade midiática) intelectuais palestinos. Dois elementos vistos até este momento terão influência sobre a perspectiva saidiana acerca da assim denominada questão palestina, à qual Said dedicou boa parte de sua pena: por um lado, a percepção do orientalismo como fio condutor de políticas em relação aos árabes e, por outro, a crítica às tentativas de homogeneização em nome do nacionalismo, acompanhada da defesa do multiculturalismo.

No que diz respeito ao primeiro ponto, Said afirma categoricamente que a política do Estado de Israel em relação aos árabes é regida pelo orientalismo mais tradicional⁹³, segundo o qual os árabes teriam uma tendência à violência, ao antissemitismo e à incapacidade de separar Estado e religião. Ter-se-ia criado a imagem de que os povos árabes não querem a paz e, mais ainda, são incapazes para viver em paz, são unidos por um gosto pela guerra, pela vingança e pelo objetivo compartilhado de destruir o Estado de Israel⁹⁴.

Por outro lado, a política norte-americana voltada ao Oriente Médio – e à Palestina – também estaria imbuída dos pre(con)ceitos orientalistas, numa:

visão simplificada do mundo em que um grupo relativamente pequeno de civis de elite ligados ao Pentágono formulou para a política dos Estados Unidos em todo o mundo árabe e em todo o mundo islâmico, uma visão em que o terror, a guerra preventiva e a mudança unilateral de regime – sustentados pelo orçamento militar mais polpudo da história – constituem as ideias centrais, debatidas incansável e empobrecedoramente por uma mídia que se arroga o papel de fornecer supostos ‘especialistas’ que validem a linha geral do governo⁹⁵

Acerca do segundo ponto, a recusa do nacionalismo cego e seus riscos consequentes e da negação do Outro foi uma marca das posições de Said acerca da questão palestina. Said se definia como árabe, mas também como internacionalista⁹⁶; além disso, apesar de se identificar como palestino e proclamar ser defensor dos direitos de autodeterminação dos palestinos, não deixava de levar “em consideração a história do povo judeu, o sofrimento e a perseguição de que foi vítima, e o seu próprio direito à autodeterminação”⁹⁷. Sempre crítico, Said alegava que, por um lado, Israel havia se criado sobre a base da negação da existência do povo palestino e, por outro, o movimento nacional palestino não havia se concentrado em elaborar uma forma de garantir a segurança e a autodeterminação dos judeus sem anular as próprias⁹⁸.

⁹³ SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 409.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 410.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 23.

⁹⁶ CLEMESHA, Arlene. “Uma herança árabe internacionalista”. In: CLEMESHA, A. (org.), *op. cit.*, p. 75.

⁹⁷ *Idem*.

⁹⁸ *Ibidem*, p. 76-77.

■ perfil intelectual

Sobre os acordos de paz firmados entre autoridades palestinas e israelenses com mediação estadunidense na década de 90, as críticas de Said eram fortes ao ponto de terem culminado com o rompimento com Yasser Arafat após a conclusão do processo de Oslo. Em *The End of the Peace Process: Oslo and After*⁹⁹, Said discorre sobre seus desacordos em relação aos acordos de Oslo e às posteriores tentativas de negociação entre governo israelense e Autoridade Nacional Palestina; segundo ele, os acordos negaram direitos nacionais e de autodeterminação fundamentais relativos à soberania de um possível Estado palestino, como o controle dos recursos hídricos, a soberania sobre o espaço aéreo, a emissão de documentos e a política monetária e, além disso, não tratavam de assuntos fundamentais como a solução para as colônias judaicas nos territórios palestinos e o fim da ocupação israelense efetiva sobre estes mesmos territórios. Além disso, afirmava Said que “é tolice esperar que um plano de paz que responda aos interesses palestinos saia da cabeça de um político americano”¹⁰⁰ e, à época de novas negociações no início dos anos 2000, que

Israel se propõe a reconhecer um Estado palestino – mas provisório e sem território estabelecido. Na essência, tudo que o plano diz é que os palestinos devem abrir mão da resistência, parar de lutar. Em contrapartida, Israel eventualmente levantaria algumas das restrições que impõe ao povo palestino – mas isso é dito sem maiores especificações. O plano não prevê mecanismos efetivos de implementação de suas fases. Assim como ocorreu nas negociações de Oslo, em 1993, as decisões ficariam a cargo dos israelenses. Em resumo, estamos falando de um plano que não leva a lugar algum.¹⁰¹

Nos seus últimos anos de vida, passou a advogar a criação de um único Estado binacional na Palestina histórica (território que hoje abrange o Estado de Israel e os territórios palestinos), que garantisse os direitos nacionais tanto de judeus quanto de árabes palestinos:

Apesar de a maioria dos palestinos e dos árabes em geral, inclusive os que inicialmente apoiavam a formação de um território compartilhado, defender a ideia de que seriam necessários dois Estados independentes e soberanos para encerrar os enfrentamentos, continuo a acreditar que a única solução para esse conflito é um Estado binacional. [...] Pensar em dois Estados separados é inviável apesar das resistências emocionais e das tentativas de ‘provar’ a impossibilidade de uma coexistência integrada com direitos iguais e sem discriminações¹⁰²

Para ele, judeus e palestinos compartilhavam “experiências históricas semelhantes [...], marcadas por perseguições” que “possibilitariam a elaboração de um modelo nacional alternativo marcado pelo respeito às diferenças e às similitudes”¹⁰³. A criação de um único Estado significaria

⁹⁹ SAID, Edward W. *The End of the Peace Process – Oslo and After*. Nova Iorque: Vintage Books, 2003.

¹⁰⁰ SAID, Edward W. “A Paz não virá” (entrevista) in: *Veja*, n. 1808, 25 jun. 2003.

¹⁰¹ *Idem*.

¹⁰² SAID, Edward W. *apud* FARAH, Paulo Daniel, *op. cit.*, p. 73.

¹⁰³ *Idem*.

o resgate da potencialidade criativa de duas comunidades irmãs em sua origem, inimigas apenas por obra de poderes e interesses que não os seus; [...] o resgate dos seus valores, a valorização de suas heranças, e o fim da reprodução cega do discurso das identidades nacionais.¹⁰⁴

Apesar do aparente otimismo de Said sobre uma solução de coexistência, ele não imaginava uma Palestina binacional no curto prazo. Teria dito ele que

ainda serão necessárias várias gerações para que palestinos e israelenses consigam chegar a um acordo de paz sensato que garanta uma coexistência entre eles num lugar que não seja um Estado policial e discriminatório com questões eternamente pendentes e animosidades incontroláveis.¹⁰⁵

Mas ainda que fosse exigido tempo até a construção de um Estado binacional, esta era, para Said, “a única alternativa”:

A maioria de nós ainda não aceita a ideia de que os judeus israelenses estão para ficar, que eles não irão embora, da mesma forma que os palestinos também não irão. Isso é, compreensivelmente, muito difícil para os palestinos aceitarem, já que eles estão no processo de perder sua terra e são perseguidos diariamente. Mas com nossa irresponsável e irrefletida afirmação de que os judeus serão forçados a ir embora (como nas Cruzadas), nós não nos concentramos suficientemente no fim da ocupação militar como um imperativo moral, nem em encontrar uma forma de lhes garantir uma segurança e uma autodeterminação que não anulem as nossas. Isso, e não a absurda esperança de que um presidente norte-americano nos daria um Estado, deveria ter sido a base de uma campanha de massa em toda parte. Dois povos em uma terra. Ou igualdade para todos. Ou uma pessoa, um voto. Ou uma humanidade comum afirmada num Estado binacional.¹⁰⁶

A busca de uma solução multiétnica e multicultural – através do Estado binacional – por Said tem parte de suas origens no caso sul-africano, que ele considerava inspirador¹⁰⁷. Segundo ele, os palestinos deveriam buscar, em Israel, um público de judeus que se engajasse da mesma forma que o Congresso Nacional Africano conquistou um público de brancos sul-africanos que se engajou no combate ao *Apartheid*, através da formulação de uma pauta de luta que possa emergir como uma luta moral, de “apoio quase universal” e que conquiste “a imaginação do mundo”.¹⁰⁸ Said, entretanto, não tinha perspectiva em assistir essa estratégia adotada pela OLP, por exigir elementos que iam contra a forma de agir da organização: um intenso trabalho e dedicação, uma organização realmente popular e democratizada, o abandono de iniciativas personalistas, o real conhecimento da população norte-americana para conquistá-la¹⁰⁹.

¹⁰⁴ CLEMESHA, A. *op. cit.*, p. 78.

¹⁰⁵ FARAH, P. D. *op. cit.*, p. 73.

¹⁰⁶ SAID, Edward W. “A Única Alternativa” *In: Cultura e Política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 108-109.

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 106.

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 106-107.

¹⁰⁹ SAID, Edward W. “Sionismo norte-americano: o verdadeiro problema” *In: Cultura e Política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 92-96.

Debates e críticos

O caráter polêmico e provocativo das teorias de Edward Said e o tom muitas vezes sarcástico presente em seus escritos conquistaram muitos corações, mas também atraíram diversos críticos.

Said optou por se confrontar intelectual e analiticamente com alguns autores de grande proeminência, sobretudo nos anos 90. Entre seus calorosos debates, podemos citar os que se firmaram com Samuel Huntington e Bernard Lewis, geralmente com a mesma base para a crítica: segundo Said, ambos tratam os povos, as civilizações e as religiões como “entidades fechadas, lacradas, alheias a qualquer tipo de troca”, “monolíticas” – enquanto elas seriam, na realidade, interdependentes¹¹⁰ e forjadas “na inter-relação e na fertilização mútua”¹¹¹. As críticas em relação a Lewis costumavam ser mais ácidas, tendo Said referindo-se a ele como um “especialista no Oriente Médio famoso por seu menosprezo pelas pessoas que lá vivem”¹¹², entre outras fórmulas semelhantes.

Mas as críticas a Samuel Huntington também possuíam um caráter combativo. Em um artigo intitulado *Choque da Ignorância*¹¹³ (em oposição e clara referência à teoria de Lewis e Huntington de “choque de civilizações”), Said acusa Huntington de desconsiderar a dinâmica e o pluralismo dos grupos humanos, de agir de forma demagógica, de transformar as “civilizações” em identidades monolíticas fechadas, de endossar o paradigma de “Ocidente *versus* resto” e de construir uma (falsa) teoria que “serve mais para reforçar o auto-orgulho defensivo que para uma compreensão crítica da desconcertante interdependência de nosso tempo”¹¹⁴. Em um prefácio de 2003 a *Orientalismo*, Said faz referência ao seu debate com Huntington:

Mais do que no choque manufaturado de civilizações, precisamos concentrar-nos no lento trabalho conjunto de culturas que se sobrepõem, tomam isto ou aquilo emprestado uma à outra e vivem juntas de maneira muito mais interessantes do que qualquer modo abreviado ou inautêntico de compreensão poderia supor.¹¹⁵

Said não era apenas autor de críticas, mas era (e continua sendo) igualmente alvo de opiniões divergentes sobre sua obra. Acerca de algumas acusações não queremos nos aprofundar, por seu caráter superficial, como a de pequenos grupos minoritários dentro do movimento sionista que chegaram a acusar Said de antissemitismo e nazismo ou dos que se aproveitaram da célebre foto em que ele aparece atirando uma pedra junto a jovens

¹¹⁰ SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 360.

¹¹¹ SAID, Edward W. “A Paz não virá” (entrevista) in: *Veja*, n. 1808, 25 jun. 2003.

¹¹² *Idem*.

¹¹³ SAID, Edward W. “O Choque da Ignorância” In: *Cultura e Política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 42-47.

¹¹⁴ *Idem*.

¹¹⁵ SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 23-24.

libaneses e palestinos contra um posto de controle militar israelense abandonado na fronteira entre Líbano e Israel¹¹⁶ para tecer diversas acusações que não merecem atenção. Optamos aqui também, por conta das limitações de espaço, por nos ater às críticas às obras ligadas ao *Orientalismo* de Said, deixando, infelizmente, de lado, seus profícuos debates sobre o conflito israelo-palestino com outros autores¹¹⁷.

Queremos, dessa forma, aproveitar este espaço para abordar críticas mais consolidadas que foram tecidas sobre a obra de Edward Said, inclusive de autores elogiados por este em suas obras, como Maxime Rodinson, Albert Hourani e Nikkie Keddie. Martin Kramer¹¹⁸, Robert Irwin¹¹⁹, Fred Halliday¹²⁰, Ibn Warraq¹²¹, Keith Windschuttle¹²², Joshua Teitelbaum e Meir Litvak¹²³ foram alguns dos autores que buscaram coletar críticas direcionadas a Edward Said, sobretudo a seu clássico, *Orientalismo*.

Alguns pontos destes autores críticos convergem entre si. O primeiro deles talvez interessante de ressaltar é que um bom número deles alega que Said falha ao ignorar, em suas análises, questões econômicas¹²⁴ e subestimar questões culturais¹²⁵ e religiosas¹²⁶. Outra crítica recorrente é de que Said critica o suposto caráter essencialista dos orientalistas, mas, ele mesmo, faria uma crítica essencialista ao Ocidente, englobando autores diferentes demais para serem reunidos numa mesma análise e criando uma espécie de “ocidentalismo” homogêneo e caricatural¹²⁷, enquanto, na realidade, as percepções sobre árabes e muçulmanos seriam diversas¹²⁸. Uma terceira crítica repetida por diversos autores é a de que Said ignora estudos orientalistas que não sejam ingleses, franceses e norte-americanos; faltariam análises sobre o orientalismo alemão¹²⁹, russo¹³⁰

¹¹⁶ Imagem disponível em: <http://www.faithfreedom.org/oped/said_stone.jpg> Acesso em 15 ago. 2015.

¹¹⁷ Robert Irwin, por exemplo, faz prova de seu sarcasmo direcionado a Said não apenas sobre sua análise sobre os estudos orientalistas, mas também à sua proposta de Estado binacional, que ele considera “ter o mesmo grau de exequibilidade política” que os “planos para a criação do Reino de Shangri-lá” (IRWIN, Robert. *Pelo Amor ao Saber: os Orientalistas e seus Inimigos*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006, p. 358-359)

¹¹⁸ KRAMER, Martin. “Said’s Splash” in: *Ivory Towers on Sand*. Disponível em: <<http://www.oocities.org/martinkramerorg/SaidSplash.htm>>. Acesso em 15 ago. 2015

¹¹⁹ IRWIN, Robert. *op. cit.*

¹²⁰ HALLIDAY, Fred. “‘Orientalism’ and its critics” in: *British Journal of Middle Eastern Studies*, v. 20, n. 2, 1993, p. 145-163.

¹²¹ WARRAQ, Ibn. *Debunking Edward Said*, 30 mai. 2003. Disponível em: <<http://www.butterfliesandwheels.org/2003/debunking-edward-said/>>. Acesso em: 15 ago. 2015

¹²² WINDSCHUTTLE, Keith. “Edward Said’s Orientalism revisited” in: *Quadrant*, jan./fev. 2000.

¹²³ TEITELBAUM, J.; LITVAK, M., *op. cit.*

¹²⁴ HALLIDAY, F., *op. cit.*, p. 150.

¹²⁵ WARRAQ, A., *op. cit.*

¹²⁶ IRWIN, R., *op. cit.*, p. 342; TEITELBAUM, J.; LITVAK, M., *op. cit.*

¹²⁷ KRAMER, M., *op. cit.*

¹²⁸ *Idem.*

¹²⁹ HOURANI, Albert *apud* KRAMER, M., *op. cit.*

¹³⁰ IRWIN, R., *op. cit.*, p. 334.

■ perfil intelectual

e húngaro¹³¹ ou sobre estudos sobre persas e turcos¹³², além das contribuições acadêmicas dos próprios autores árabes¹³³. Alguns críticos de Said dirão ainda que a obra de Said atraiu e deu escopo intelectual para o fundamentalismo religioso¹³⁴.

Bernard Lewis, criticado aberta e insistentemente por Said ao longo do tempo, afirma que este distorceu a história dos estudos do Oriente. Maxime Rodinson (por outro lado, elogiado por ele) declarou que Said se deixou levar por sua própria militância, o que o levou a fazer “declarações excessivas”, opinião compartilhada por Albert Hourani, que ainda afirma que Said distorceu o termo “orientalismo”, deslegitimando toda uma área de estudos. Nikkie Keddie, também elogiado por Said, enxergou na obra deste consequências ruins, por sua análise ser usada para deslegitimar de forma seletiva autores e estudos. Rodinson, numa perspectiva semelhante, chega a comparar a análise saidiana dos estudos orientalistas a uma espécie de stalinismo intelectual, opinião próxima à de P. J. Vatikiotis, que viu a implantação de um quase macarthismo nos estudos do Oriente Médio por parte de Said¹³⁵, cuja obra teria estimulado a demonização dos que fossem acusados de orientalistas.

William Montgomery Watt e Clive Dewey fazem críticas ainda mais duras: afirmam, respectivamente, que Said simplesmente não conhece o islã e que *Orientalismo* é um livro “tecnicamente ruim”, no que diz respeito às fontes, conclusões, rigor científico e equilíbrio, criando uma caricatura do Ocidente com objetivos políticos¹³⁶.

Martin Kramer faz suas próprias críticas à obra de Said: afirma que o autor de *Orientalismo* teria se aproveitado de uma “onda” foucaultiana e do terceiro-mundismo sedento de um manifesto político-intelectual para publicar suas teorias com sucesso, apesar de uma suposta superficialidade e seletividade de sua pesquisa. Kramer alega ainda que *Orientalismo* apresenta uma análise “superficial e preguiçosa”, carece de provas para suas afirmações (como a rede de interesses que ligaria governos, corporações, militares e acadêmicos) e serviu de argumento para tentar favorecer o acesso aos postos acadêmicos por parte de pesquisadores árabes, muçulmanos e descendentes que teriam, pela ótica saidiana, um “conhecimento privilegiado” sobre os assuntos do Oriente Médio. Kramer ainda põe em dúvida o próprio caráter de Said, alegando ser este desonesto por se dizer entre dois mundos, enquanto seria, na verdade, “a quintessência do *insider* institucional” e um constante autor de autovitimização.¹³⁷

Robert Irwin tece críticas igualmente pouco elogiosas à obra de Said. Irwin define *Orientalismo* não como “uma história dos estudos orientais, mas uma polêmica altamente

¹³¹ TEITELBAUM, J; LITVAK, M., *op. cit.*

¹³² IRWIN, R., *op. cit.*, p. 328.

¹³³ IRWIN, R., *op. cit.*, p. 340.

¹³⁴ WINDSCHUTTLE, K., *op. cit.*

¹³⁵ KRAMER, M. *op. cit.*

¹³⁶ *Idem.*

¹³⁷ *Idem.*

seletiva sobre certos aspectos da relação entre o conhecimento e o poder¹³⁸, “obscura”¹³⁹, “fantasiosa” e de “valor duvidoso”¹⁴⁰, aparentemente, “escrito às pressas”, “repetitivo” e com “muitos erros factuais” e que demonstra uma “ignorância espantosa da história do Oriente Médio”¹⁴¹ e uma “argumentação incoerente”¹⁴². Segundo Irwin, o legado efetivo do “mundo da fantasia de Said”¹⁴³ representado em *Orientalismo* seria a calúnia feita a gerações de acadêmicos sérios e comprometidos com o conhecimento¹⁴⁴, já que seus principais objetivos não teriam sido alcançados: nem os orientalistas teriam mudado suas práticas de trabalho e nem os imperialistas teriam se importado com suas críticas¹⁴⁵.

Para Irwin, *Orientalismo* possui, no máximo, “qualidades de um bom romance”¹⁴⁶ (“Ele é emocionante, está repleto de vilões sinistros, bem como de um número bastante menor de mocinhos, e o quadro que ele apresenta do mundo provém de uma rica imaginação, mas em sua essência é ficcional”¹⁴⁷) e o fato de um livro, segundo ele, escrito de má fé¹⁴⁸, ter sido levado a sério seria um “escândalo e um desdouro para a qualidade da vida intelectual na Grã-Bretanha”¹⁴⁹. Buscando as causas do sucesso do livro, Irwin afirma enxergar apenas possibilidades como antissionismo, antiamericanismo e a combinação dentro da obra de elementos então na moda na época de sua lançamento, como as teorias foucaultianas, gramscianas e pós-modernas questionadoras da objetividade¹⁵⁰.

Joshua Teitelbaum e Meir Litvak, num tom conservador, fazem uma crítica à “doutrina sagrada” em que foi transformada a perspectiva saidiana. Para isso, retomam alguns dos argumentos já aqui citados, mas também o posicionamento de Sadiq Jalal al-Azm, segundo o qual Said teria um posicionamento anti-intelectualista, por buscar impor limites à produção intelectual. Além disso, atacam o que chamam de “politização dos estudos” sobre o Oriente Médio em decorrência da obra de Said e questionam a total refutação de generalizações por parte dele: afinal, a sociologia e os estudos da cultura seriam possíveis sem algum grau de generalização?¹⁵¹

Outro opositor firme da análise saidiana é o paquistanês e crítico do islã, Ibn Warraq, segundo o qual *Orientalismo* – uma obra, segundo ele, repleta de “frases sem sentido” e de

¹³⁸ IRWIN, R., *op. cit.*, p. 328.

¹³⁹ *Ibidem*, p. 336.

¹⁴⁰ *Ibidem*, p. 331.

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 329.

¹⁴² *Ibidem*, p. 331.

¹⁴³ *Ibidem*, p. 346.

¹⁴⁴ *Ibidem*, p. 343.

¹⁴⁵ *Ibidem*, p. 349.

¹⁴⁶ *Ibidem*, p. 359.

¹⁴⁷ *Idem*.

¹⁴⁸ *Idem*.

¹⁴⁹ *Idem*.

¹⁵⁰ *Idem*.

¹⁵¹ TEITELBAUM, J; LITVAK, M., *op. cit.*

■ perfil intelectual

“contradições” – representou uma forma de “terrorismo intelectual”, que teria calado tanto os estudos sobre o islã quanto a autocrítica dos próprios árabes e muçulmanos. Warraq vai além e diz que Said não tinha sequer competência para escrever o que pretendia, preenchendo suas obras com excessiva vitimização, autopiedade e antiocidentalismo¹⁵².

O australiano Keith Windschuttle também publica uma dura contestação ao *Orientalismo* de Said. Segundo Windschuttle, a aproximação do imperialismo com os estudos orientais feita por Said não pode sequer “ser levada a sério”, seja por questões metodológicas (segundo o autor, as ideias de Malek e Foucault, combinadas por Said seriam, na realidade, incompatíveis), seja pelo caráter supostamente essencialista e aistórico¹⁵³ da análise saidiana¹⁵⁴.

Uma última crítica importante feita a Said e que gostaríamos de explicitar aqui é a de Fred Halliday, autor irlandês e membro da *New Left Review*. Embora Halliday concorde com o pressuposto saidiano de que os estudos sobre o Oriente Médio devem objetivar o desmonte de preconceitos e estereótipos, ele não poupa Said de críticas, seja contestando o próprio uso dos termos “orientalismo” (que, por atravessar épocas e gêneros de expressão de forma tão livre, acabaria por ter seu valor analítico e explicativo esvaziado¹⁵⁵) e “Oriente”¹⁵⁶, seja pela oposição à crença de que as ideias produzidas sob um contexto de dominação ou em favor dela não sejam válidas¹⁵⁷ e pela ausência de uma análise das ideias e ideologias do Oriente Médio¹⁵⁸.

Antes de partirmos para nossas conclusões, é preciso ressaltar que o próprio Said reconhece e rebate parte dessas críticas. Em seu anúncio sobre a metodologia em *Orientalismo*, Said deixa claro que focará na análise de material britânico, francês e estadunidense e que o livro “está longe de ser uma história completa ou relato geral do Orientalismo”. Completa ele: “dessa deficiência estou muito consciente”¹⁵⁹. Em *Cultura e Imperialismo*, está presente também o reconhecimento da ausência de análises sobre os impérios austro-húngaro, russo, espanhol, português e mesmo otomano¹⁶⁰.

Nesta mesma obra, Said aborda, ainda que rapidamente, duas importantes ideologias do Oriente Médio: o nacionalismo e o islamismo. Retomando a ideia de Franz Fanon dos riscos de uma “consciência nacional despreparada”, Said faz também um ataque à “alternativa

¹⁵² WARRAQ, I., *op. cit.*

¹⁵³ Windschuttle irá mesmo afirmar que a “inapta manipulação de material histórico” não corrigida por Said demonstraria que este “não tem admiradores conhecedores de história”.

¹⁵⁴ WINDSCHUTTLE, K., *op. cit.*

¹⁵⁵ HALLIDAY, F., *op. cit.*, p. 158.

¹⁵⁶ *Idem.*

¹⁵⁷ *Ibidem*, p. 159-160.

¹⁵⁸ *Ibidem*, p. 161.

¹⁵⁹ SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 47-55.

¹⁶⁰ SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 24.

■ perfil intelectual

teocrática”, reflexo, segundo ele, de uma “consciência religiosa despreparada”¹⁶¹.

Said também possui uma resposta aos que acreditam que sua obra é responsável por uma espécie de “filtro étnico” e moral para os estudos sobre o Oriente Médio. Já no texto original de 1978 de *Orientalismo*, Said afirma não acreditar “em absoluto na proposição limitada de que apenas um negro pode escrever sobre negros, um muçulmano sobre muçulmanos, e assim por diante”¹⁶². Quanto à ideia de que sua obra criou uma espécie de Ocidente caricaturizado e essencializado, Said afirma, em sua último parágrafo de *Orientalismo* que a “resposta ao Orientalismo não é um Ocidentalismo”¹⁶³.

No seu posfácio ao *Orientalismo*, escrito em 1994 e publicado pela primeira vez em 1995, Said tem a oportunidade de responder a outras críticas acima expostas. Segundo Said, seu livro não foi pautado numa perspectiva antiocidental generalizante, não buscou desenhar o Ocidente como uniformemente contrário ao islã e aos “orientais” ou o islã como uma religião perfeita e nem apoiar o islamismo: para ele, ao contrário, não há nenhuma realidade estável e seu livro se apresenta como uma obra antiessencialista¹⁶⁴, que reconhece a realidade humana como algo sendo constantemente feito e desfeito¹⁶⁵ e que faz uma “crítica multicultural do poder que usa o conhecimento para se promover”¹⁶⁶ – mas que, reconhece, talvez tenha sido mal compreendida¹⁶⁷.

Neste mesmo posfácio, Said dialoga com Hourani, recebendo sua crítica de forma positiva (afirmando, inclusive que o orientalismo não é “mau, desleixado ou sempre o mesmo”, possuindo numerosas realizações eruditas e humanísticas¹⁶⁸), e reconhece abertamente o caráter político e engajado de sua obra, definindo *Orientalismo* não como “uma máquina teórica”, mas como “um livro que toma partido”¹⁶⁹.

Finalmente, Edward Said afirma que, com *Orientalismo*, ele “queria que os leitores usassem [sua] obra para poder produzir novos estudos, que iluminariam a experiência histórica dos árabes e outros de modo generoso e transformador”¹⁷⁰ e para “repensar e reformular as experiências históricas outrora baseadas na separação geográfica dos povos e das culturas”¹⁷¹.

¹⁶¹ *Ibidem*, p. 377.

¹⁶² SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 429.

¹⁶³ *Ibidem*, p. 437.

¹⁶⁴ *Ibidem*, p. 440.

¹⁶⁵ *Ibidem*, p. 443.

¹⁶⁶ *Ibidem*, p. 446.

¹⁶⁷ *Idem*.

¹⁶⁸ *Ibidem*, p. 452-453

¹⁶⁹ *Ibidem*, p. 451.

¹⁷⁰ *Ibidem*, p. 450.

¹⁷¹ *Ibidem*, p. 466.

Conclusões

A partir do que foi até aqui exposto, acreditamos que algumas conclusões se fazem necessárias. Em primeiro lugar, pudemos compreender a perspectiva saidiana acerca do orientalismo. Segundo esta, o orientalismo seria, ao mesmo, tempo, uma tradição acadêmica influente, mas também uma doutrina política, uma “área de interesse definida por viajantes, empresas comerciais, governos, expedições militares, leitores de romances e de relatos de aventuras exóticas, historiadores naturais e peregrinos” e um “sistema de verdades” – sob a ótica nietzschiana, segundo a qual as verdades não passam de ilusões.¹⁷² O orientalismo aparece, assim, como um estilo de pensamento sobre o Oriente que teria permitido ao Ocidente subordiná-lo a sua dominação, traçando fronteiras hierárquicas fronteiras, de modo a idealizar o Oriente e forjar uma identidade cultural europeia. O Oriente surgiria então como uma totalidade homogênea criada artificialmente onde há uma enorme diversidade, com a função político-ideológica de ocultar a existência do Outro e torna-lo ao mesmo tempo exótico, condenável, inferior e dominável, através de um envolvimento institucional que disfarçaria de conhecimento as ideologias que interessam a um poder imperialista.

Em segundo lugar, cabe a nós ressaltar que o alcance da obra de Said não se limitou ao campo de origem acadêmica de seu autor – a crítica literária – e transbordou suas fronteiras em direção aos estudos da cultura, da geografia humana e da história, entre outras áreas do conhecimento, modificando a forma de fazer pesquisa sobre árabes, sobre o mundo muçulmano e sobre o mundo “não-ocidental” de uma forma geral. Este ponto contraria os críticos de Said que afirmam que seu objetivo de mudar a forma de produzir o conhecimento acerca do Oriente Médio, dos árabes e do islã não teria sido alcançado.

Em terceiro lugar, acerca do engajamento de Edward Said na questão palestina, talvez a ideia mais representativa de seu pensamento é a que ele expressava ao pregar que os palestinos deveriam conquistar a imaginação dos próprios palestinos, mas também dos demais povos, inclusive de seus opressores.

Em quarto lugar, em relação às críticas feitas à obra de Said – provavelmente o teor mais delicado deste breve estudo –, talvez nossas conclusões devam se basear na ideia de que as críticas postuladas não devem ser apenas endossadas pelos opositores dos pressupostos expostos por Said; pelo contrário, elas devem ser consideradas pelos próprios acadêmicos e intelectuais influenciados por sua obra, de modo a repensá-la e aprimorá-la sem romper com esta ou abandonar o cerne de seu conteúdo analítico. Embora muitas das críticas tenham validade, elas não parecem abalar o centro do debate proposto pela extensa obra deste autor.

Para concluir nosso texto, gostaríamos de retomar uma última fala de Edward Said, desta vez uma de suas memórias, mas que reflete bem este nosso último ponto: “com

¹⁷² *Idem*, p. 276-277

■ perfil intelectual

tantas dissonâncias em minha vida, de fato aprendi a preferir estar fora do lugar e não absolutamente certo”¹⁷³. ■

Referências bibliográficas

CLEMESHA, Arlene (org.). *Edward Said: Trabalho intelectual e crítica social*. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2005.

COLUMBIA University. *Remembering Edward W. Said: November 1, 1935 – September 25, 2003*. Nova Iorque: Columbia University, 2004.

HALLIDAY, Fred. “‘Orientalism’ and its critics” in: *British Journal of Middle Eastern Studies*, v. 20, n. 2, 1993, p. 145-163.

IRWIN, Robert. *Pelo Amor ao Saber: os Orientalistas e seus Inimigos*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

JASANOFF, Maysa. “Before and after Said” in *London Review of Books*, v. 28, n. 11, 8 jun. 2006.

KRAMER, Martin. “Said’s Splash” in: *Ivory Towers on Sand*. Disponível em: <<http://www.oocities.org/martinkramerorg/SaidSplash.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

OBSESSION: Radical Islam’s War Against the West. Dirigido por Wayne Kopping. Produzido por Peter Mier e Raphael Shore, 2005 (78 min.).

PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação*. Bauru, EDUSC, 1999.

_____. *Arts of the Contact Zone*, in: *Profession*, 1991, p. 33-40.

REEL Bad Arabs: How Hollywood Vilifies a People. Direção de Sut Jhally. Produção de Media Education Foundation, 2006 (51 min.).

SAID, Edward W. *Covering Islam: How the Media and the Experts determine how we see the Rest of the World*. Nova Iorque: Vintage Books 1997.

_____. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Cultura e Política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

_____. *Fora do Lugar: Memórias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

¹⁷³ SAID, Edward W. *Fora do Lugar: Memórias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 429.

■ perfil intelectual

_____. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Representations of the Intellectual*. Nova Iorque: Vintage Books, 1996.

_____. *The End of the Peace Process – Oslo and After*. Nova Iorque: Vintage Books, 2003.

_____. *The Question of Palestine*. Nova Iorque: Vintage Books, 1992.

_____. “A Paz não virá” (entrevista) in: *Veja*, n. 1808, 25 jun. 2003.

_____. “Between Worlds” in: *London Review of Book*, n. 9, v. 20, pp. 3-7, mai. 1998.

SHAHEEN, Jack G. *Reel Bad Arabs: How Hollywood Vilifies a People*. Northampton: Interlink Groups, 2001.

SPRINKER, Michael (ed.). *Edward Said: a Critical Reader*. Cambridge: Blackwell Publishers, 1992.

TEITELBAUM, Joshua; LITVAK, Meir. “Students, teachers, and Edward Said: taking stock of Orientalism” in: *The Middle East Review of International Affairs*, v. 10, n. 2, mar. 2006.

WARRAQ, Ibn. *Debunking Edward Said*, 30 mai. 2003. Disponível em: <<http://www.butterfliesandwheels.org/2003/debunking-edward-said/>>. Acesso em 14 ago. 2015

WINDSCHUTTLE, Keith. “Edward Said’s Orientalism revisited” in: *Quadrant*, jan./fev. 2000.